



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ- UESPI  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PROP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA-PPGSC  
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, EDUCAÇÃO E MUNDO RURAL



IRAMAIRA DE OLIVEIRA TORRES

**INFÂNCIAS CATIVAS: TRAMAS DO TRABALHO DOMÉSTICO DE MENINAS NO  
PIAUÍ (1980-1990)**

Teresina – PI  
2025



IRAMAIRA DE OLIVEIRA TORRES

**INFÂNCIAS CATIVAS: TRAMAS DO TRABALHO DOMÉSTICO DE MENINAS NO  
PIAUÍ (1980-1990)**

Dissertação sobre infâncias cativas: tramas do trabalho doméstico de meninas no Piauí (1980-1990) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, como requisito para se tornar mestre em Sociedade e Cultura.

Orientador: Prof Dr. Antonio Alexandre Isidio Cardoso

Cororientadora: Profa. Dra. Cristiana Costa da Rocha

T693i Torres, Iramaira de Oliveira.

Infâncias cativas: tramas do trabalho doméstico de meninas no Piauí (19801990) / Iramaira de Oliveira Torres. - 2025.  
158 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura - PPGSC, Universidade Estadual do Piauí, 2025.

"Orientador: Prof. Dr. Antonio Alexandre Isidio Cardoso".

1. Trabalho doméstico. 2. Trabalho infantil. 3. Barras-PI. 4. Infância. 5. Interdisciplinaridade. I. Cardoso, Antonio Alexandre Isidio . II. Título.

CDD 331.31

IRAMAIRA DE OLIVEIRA TORRES

**INFÂNCIAS CATIVAS: TRAMAS DO TRABALHO DOMÉSTICO DE MENINAS NO  
PIAUÍ (1980-1990)**

Dissertação sobre infâncias cativas: tramas do trabalho doméstico de meninas no Piauí (1980-1990) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, como requisito para se tornar mestre em Sociedade e Cultura.

Aprovado em: 29/08/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antonio Alexandre Isídio Cardoso (PPGSC – UESPI)  
Orientador

---

Prof. Dra. Cristiana Costa da Rocha (PPGSC - UESPI)  
Examinadora interna

---

Prof. Dr. Igor Thiago Silva Sousa (PPGSC - UESPI)  
Examinador interno

---

Profa. Dra. Cristina Donza Cancela (UFPA)  
Examinadora externa

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me sustentou em cada etapa desta caminhada e guiou os meus passos com amor e sabedoria. À minha mãe, Osmália, e ao meu pai, Israel, sou profundamente grata pelo amor, pelo incentivo e pelos ensinamentos que moldaram quem sou. Com carinho e saudade, ao meu avô Israel e à minha avó Francisca (In memoriam), que sempre acreditaram no meu futuro, mesmo quando ele era apenas um sonho.

Ao meu marido, Lucas, por estar ao meu lado em todos os momentos – por sua paciência, compreensão e apoio incondicional. Às minhas irmãs, Ilanaira e Inaira, agradeço por cada palavra de encorajamento, por cada gesto de carinho e pela presença constante em minha vida.

Agradeço às minhas amigas, Brenda, Hellen, Hortência, Giselle, Gerlândia pelos diálogos enriquecedores sobre a pesquisa acadêmica, pelo incentivo e apoio constantes.

Agradeço ao meu orientador, professor Antonio Alexandre Isidio Cardoso, pela paciência, pelas orientações valiosas e pelo comprometimento. Às professoras Cristiana Costa da Rocha e Cristina Donza Cancela, agradeço pelas sugestões durante a banca de qualificação e pelo estímulo a continuidade deste trabalho.

Sou grata ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC) da Universidade Estadual do Piauí pelo acolhimento, bem como a todos os professores do PPGSC pelas trocas e ensinamentos compartilhados. Aos colegas de turma do mestrado, pelos debates, parcerias e pelas ricas trocas sobre nossas pesquisas.

Por fim, às mulheres que trabalharam como domésticas desde a infância e que aceitaram participar desta pesquisa por meio das entrevistas orais, compartilhando comigo episódios de suas vidas com generosidade e coragem. Esta dissertação é, sobretudo, um reflexo das vozes e histórias que vocês confiaram a mim.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil, pelo apoio financeiro concedido, fundamental para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa analisa as estratégias históricas de produção e reprodução da força de trabalho infantil doméstica a partir do município de Barras-PI, entre os anos de 1980 e 1990. A história do Brasil é profundamente marcada pela exploração do trabalho infantil, especialmente no âmbito doméstico, com raízes que remontam ao período escravocrata. Naquela época, era comum que crianças desempenhassem funções como pajens, “moleques de recados”, copeiros, entre outras atividades. Anúncios em jornais buscavam menores de idade para executar tarefas domésticas ou fazer companhia aos filhos dos patrões, em troca de alimentação e/ou moradia, refletindo a naturalização dessa prática. Apesar dos avanços legais e institucionais nas décadas seguintes, a exploração do trabalho infantil ainda persiste, especialmente no trabalho doméstico. Muitas crianças, sobretudo meninas, são levadas para casas de outras famílias sob falsas promessas de estudo e melhoria de vida, mas acabam submetidas a longas jornadas de trabalho em contextos de vulnerabilidade. A partir das memórias e experiências de mulheres da cidade de Barras-PI, esta pesquisa busca compreender os mecanismos de naturalização e perpetuação da exploração da força de trabalho infantil doméstica. A metodologia adotada combina história oral e análise documental, com base em entrevistas, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), registros de denúncias, legislação e o livro de relatos “Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”. A abordagem interdisciplinar permitiu evidenciar como práticas históricas e culturais contribuem para a manutenção de desigualdades estruturais que afetam, sobretudo, meninas empobrecidas e negras.

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico; Infância; Piauí; Barras; Interdisciplinaridade.

## ABSTRACT

This research analyzes the historical strategies of production and reproduction of child domestic labor in the city of Barras, Piauí, between the 1980 and 1990. The history of Brazil is deeply marked by the exploitation of child labor, especially in the domestic sphere, with roots that date back to the slavery period. At that time, it was common for children to perform roles as pages, errand boys, and waiters, among other activities. Advertisements in newspapers sought minors to perform domestic tasks or keep their employers' children company, in exchange for food and/or housing, reflecting the naturalization of this practice. Despite legal and institutional advances in the following decades, the exploitation of child labor still persists, especially in domestic work. Many children, especially girls, are taken to other families' homes under false promises of education and a better life, but end up subjected to long working hours and in contexts of vulnerability. Based on the memories and experiences of women from the city of Barras-PI, this research seeks to understand the mechanisms of naturalization and perpetuation of the exploitation of child domestic labor. The methodology adopted combines oral history and documentary analysis, based on interviews, data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), reports from the International Labor Organization (ILO), records of complaints, legislation and the book of stories "I, a domestic worker: the modern slave quarters are the maid's little room". The interdisciplinary approach makes it possible to highlight how historical and cultural practices contribute to the maintenance of structural inequalities that affect, above all, impoverished and black girls.

**Keywords:** Domestic Work; Childhood; Piauí; Barras; Interdisciplinarity.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CONLACTRAHO	Confederação Latino-Americana e do Caribe das Trabalhadoras Domésticas
CPDOC	Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrária
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	09
<b>1 “EU QUASE NÃO TIVE INFÂNCIA”: CRIANÇAS EM RELAÇÕES LABORAIS .....</b>	25
1.1 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE INFÂNCIA .....	31
1.2 “NATURALIZAÇÃO” DO CATIVEIRO: RELAÇÕES LABORAIS PRECOCES .....	48
1.3 MENINAS NEGRAS: GÊNERO, RAÇA E CLASSE .....	59
<b>2 FAMÍLIA, CONDIÇÕES DE VIDA E MIGRAÇÃO.....</b>	67
2.1 ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIAS .....	68
2.2 MENINAS MIGRANTES: ALICIAMENTO DE CRIANÇAS .....	84
2.3 “PORQUE QUE MINHA MÃE IA ME MANDAR PRA UM LUGAR TÃO DISTANTE, CONVIVER COM PESSOAS DISTANTES” .....	101
<b>3 COTIDIANO E VIVÊNCIAS .....</b>	115
3.1 “EU SINTO VONTADE DE DIZER, REALMENTE, O QUANTO FOI RUIM”: MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS.....	115
3.2 “DIZEM ELES QUE FAZEM PARTE DA FAMÍLIA”.....	126
3.3 RESISTÊNCIAS COTIDIANAS .....	136
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	146
<b>FONTES .....</b>	149
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	152

## APRESENTAÇÃO

O processo de escrita é resultado de etapas fundamentais da pesquisa científica. Entre elas, podemos destacar o problema de pesquisa, pois é a partir dele que podemos visualizar as demais etapas da investigação. Neste estudo, propomos investigar as estratégias históricas de produção e reprodução da força de trabalho doméstica infantil, tendo como recorte temporal o período de 1980 a 1990 e como recorte espacial o município de Barras-PI. Conforme o Censo Demográfico de 2022, Barras possuía uma população de 47.938 habitantes<sup>1</sup>.

A partir do problema central, algumas questões foram ganhando amplitude: como essas relações de trabalho se produziram e reproduziram com base na exploração da força de trabalho infantil doméstica? De que maneira esse sistema de exploração da força de trabalho infantil se articulou a sociedade de nuances patriarcais? Essas são perguntas que nortearam nossa análise ao longo da pesquisa.

O município de Barras fica na região Norte do estado do Piauí, localizado a 120 km da capital, no centro de seis barras de rios e riachos. Foi fundado por volta do século XVIII, a partir da construção de uma capela. O núcleo populacional começou a se desenvolver a partir da Fazenda Buritizinho, no ano de 1809, e se transformou na povoação de Barras. O município carrega marcas profundas de conflitos por terras e relações de domínio, o trabalho doméstico na cidade se enquadra nesse contexto, uma vez que se trata de um trabalho servil que tem suas bases na ruralidade e relações patriarcais, reproduzindo relações de trabalho seculares.

Diante da complexidade do objeto de análise escolhido, embasamos nosso estudo em uma perspectiva interdisciplinar, isto é, no diálogo afinado entre as áreas do conhecimento nas humanidades, como Ciências Sociais, Antropologia, História, Direito, Psicologia, entre outras. Essa perspectiva nos permite compreender como essa problemática se insere na conjuntura dos problemas sociais, além de contribuir com os debates sobre a infância de crianças empobrecidas inseridas nos mundos do trabalho.

O termo “mão de obra” aparece algumas vezes nesta dissertação entre aspas porque remete, no campo discursivo, a um processo metonímico que transforma o trabalhador/a em “mãos”, pensadas nos termos de sua capacidade produtiva. Historicamente, esse termo refere-se a posições sociais subalternizadas, que traduzem, em geral, os sujeitos apenas considerando o cálculo “braçal” de seu labor, distanciando-os de qualquer subjetividade, desejos e vontades.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/06/28/populacao-de-barras-pi-e-de-47-938-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 23/06/2025.

Utilizamos o termo nesta escrita apenas como sinônimo de “força de trabalho”, para evitar muitas repetições, pois um dos principais objetivos desta pesquisa é ressaltar as subjetividades, desejos e vontades dos sujeitos em análise e não o contrário. As aspas são utilizadas com intuito de não reproduzir tal discurso. Entendemos que é necessário ter certo cuidado com as palavras, pois nossas palavras carregam uma dimensão política, seja na nossa escrita ou na nossa fala. Escrever e falar convertem-se em um ato político (Kilomba, 2019).

Ao tratar especificamente da questão do trabalho infantil, é importante considerar que tal problemática histórico-semântica ganha ainda mais substância por se tratar da força de trabalho de crianças, o que reforça os sentidos da violência da terminologia. Tais significados exigem uma abordagem interdisciplinar. Há autores, como Macêdo (2014), que propõem, inclusive, que a história da infância seja observada a partir de uma abordagem multidisciplinar. A diferença entre interdisciplinar e multidisciplinar é bastante sutil: enquanto na interdisciplinaridade as diferentes áreas do conhecimento se integram com um objetivo comum, na multidisciplinaridade as diferentes áreas do conhecimento estudam a mesma temática de forma separada, cada uma em sua área do conhecimento, somando seus resultados. Logo, a diferença reside na interação entre as áreas, mais potencializada na interdisciplinaridade. Além disso, refletir a respeito do acúmulo considerável de informações sobre a criança e adolescência nos mais variados tempos históricos reforça o escopo da abordagem e da metodologia de matriz interdisciplinar.

Em relação ao contexto do trabalho doméstico no Brasil, um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2013, apontou que o Brasil apresenta um dos maiores contingentes de trabalhadores domésticos do mundo (Bernadino-Costa, 2015). A forte presença do trabalho doméstico na sociedade brasileira carrega traços profundos do período escravista do país, como o desejo de ser servido, a subalternização de sujeitos, condições degradantes de trabalho, a desvalorização, torturas físicas e psicológicas, etc. A naturalização do trabalho doméstico como responsabilidade inerente às mulheres colabora para sua estigmatização e invisibilidade social.

Ainda segundo a mesma pesquisa apontada acima, as trabalhadoras domésticas no Brasil são majoritariamente mulheres negras. Diante do exposto, conseguimos observar os marcadores de raça, gênero e classe nessa atividade laboral. Esse contexto é resultado do processo de pós-abolição<sup>2</sup>, que empurrou mulheres negras para os empregos mais

---

<sup>2</sup> Denominamos pós-abolição o período posterior a abolição legal (1888) no Brasil, um período de muita luta da população negra por direitos básicos. Lorena Ferres Teles (2011) realizou estudo sobre o trabalho doméstico no

desvalorizados e precarizados, aqueles que não exigiam qualificação profissional. De acordo com Lélia Gonzalez (2021), a infância da maioria das mulheres negras é marcada pela entrada precoce no trabalho, o que nos conduz a refletir sobre o trabalho doméstico infantil e o elevado número de meninas empobrecidas e negras ocupando esse espaço na casa de terceiros.

Conforme o relatório<sup>3</sup> disponibilizado pela OIT, no ano de 2008, estimava-se que cerca de 15,5 milhões de crianças estavam envolvidas no trabalho doméstico na casa de terceiros. Dessas crianças, 10,5 milhões estavam em situação de trabalho infantil, seja por não ter a idade mínima para trabalhar, seja por trabalharem em condições prejudiciais ou em circunstâncias equivalentes à escravidão. O número de meninas envolvidas no trabalho doméstico ultrapassa sobremaneira o número de meninos, embora estes também figurem consideravelmente nesse trabalho. De acordo com o relatório, é muito difícil proteger essas crianças, não só por ser realizado por trás das portas fechadas, mas também porque a sociedade não enxerga a labuta dessas crianças. Com isso, o número de subnotificações dos casos de trabalho infantil doméstico é bastante elevado no Brasil e no mundo. Os dados e as considerações apresentadas evidenciam a necessidade e a relevância de aprofundarmos discussões sobre o trabalho infantil doméstico.

Na realidade brasileira, as crianças provenientes de famílias empobrecidas, desde muito tempo, foram lançadas ao mundo do trabalho em tenra idade, inclusive com o aval do Estado. Desde a Lei do Ventre Livre, de 1871<sup>4</sup>, ao segundo Código de Menores de 1979<sup>5</sup>, conseguimos observar como o próprio Estado legitimava a utilização da força de trabalho infantil. Não afirmando que após essa data a exploração não tenha continuado, muito pelo contrário, crianças empobrecidas continuaram sendo exploradas em diversas esferas da sociedade. No entanto, a partir de 1988 e 1990, com a Constituição Federal e aprovação do Estatuto da Criança e do

---

pós-abolição, o qual tem como título “Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão”. O entendimento destacado do termo “pós-abolição” parte de suas análises.

<sup>3</sup> Organização Internacional do Trabalho. Relatório mundial sobre trabalho infantil Vulnerabilidade econômica, proteção social e luta contra o trabalho infantil / Genebra, Secretariado Internacional do Trabalho, primeira edição 2013. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/media/451516/download>. Acesso em: 06/07/2024.

<sup>4</sup> A Lei do Ventre Livre nº 2040, de 28 de setembro de 1871 previa que os filhos de escravizadas seriam a partir de então considerados “livres”. Assim rompendo com o princípio do *partus sequitur ventrem*, o qual determinava que o filho seguia a condição de escravizada de sua mãe. Essa é uma das leis que compõem o quadro de leis gradualistas decretadas ao longo do século XIX com o objetivo de abolir gradualmente a escravidão no Brasil. Discutiremos adiante sobre essa lei (Machado e Cardoso, 2021). Link de acesso para referida lei: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm) Acesso em: 06/07/2024.

<sup>5</sup> O Código de Menores de 1979 (Lei/ 6697) foi uma revisão do Código de Menores de 1927. Esse Código foi promulgado no período da ditadura civil-militar brasileiro. Os dois Códigos tinham como objetivo controlar, punir e ordenar crianças empobrecidas, as quais eram relacionadas à criminalidade. Adiante trataremos com mais vagar sobre esse contexto. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1979/L6697impressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1979/L6697impressao.htm). Acesso em: 15/06/2025. Código de Menores de 1979. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697impressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697impressao.htm). Acesso em: 15/06/2025.

Adolescente<sup>6</sup>, respetivamente, ocorreu uma mudança de perspectiva na legislação brasileira voltada para as crianças em situação de pobreza no país.

As décadas de 1980 e 1990, foram marcadas pela visibilidade da imprensa nacional, que noticiava o comportamento autoritário e atroz dos atores e guardiões de uma infância negada e institucionalizada. A história da infância do Brasil é marcada pela violência e faz parte de uma grande dívida social, na qual crianças e adolescentes desfavorecidos foram vítimas e injustiçados (Macêdo, 2014). Nesse ínterim, é importante lembrar que o país estava em fins de uma ditadura civil-militar, entrando num início de redemocratização. É dentro desse cenário geral que se insere o recorte temporal da presente dissertação, focalizando em referências do trabalho infantil no Piauí.

Muitos momentos atravessaram a construção deste trabalho, mas o ponto de partida das reflexões em torno da arregimentação da força de trabalho para exploração doméstica situa-se no ano de 2017. Então, voltemos ao ano de 2017, ainda morando na cidade de Barras (PI), havia concluído o terceiro ano do Ensino Médio, sem muitas possibilidades de continuar os estudos na cidade onde morava. O campus da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) em Barras praticamente havia fechado as portas, os cursos de história e geografia que funcionavam na cidade não mais ofertariam vagas para novos alunos. Dessa sorte, quem tivesse planos de fazer uma graduação em universidade pública teria que, além de ter nota suficiente no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mudar de cidade. Para pessoas empobrecidas, o maior desafio não era somente o deslocamento, mas também os custos para viver em outro município.

Diante dessa realidade, a única opção era buscar um parente que pudesse ceder moradia. Não foi difícil encontrar, logo apareceu. Minha mãe entrou em contato com uma prima que, ao tomar conhecimento da situação resolveu “ajudar”. Em troca da “ajuda” com os gastos com alimentação e moradia, esperava “ajuda” nos cuidados com uma criança, sua filha que na época tinha aproximadamente 1 ano de idade. Sem outras possibilidades, de pronto aceitei a proposta com o apoio dos meus pais, com o objetivo de continuar os estudos.

Próximo ao início das minhas aulas, arrumei minhas malas e percorri, de ônibus, mais de 120 Km, até chegar em Teresina, capital do Piauí, para a casa que seria meu novo “lar”. Ao

---

<sup>6</sup> A Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fazem parte da legislação promulgada após a ditadura civil-militar no país. Essa legislação passou a adotar outra perspectiva em relação às crianças empobrecidas. Constituição de 1988, disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 16/07/2025.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/696197/Estatuto\\_crianca\\_adolescente\\_8ed\\_2025.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/696197/Estatuto_crianca_adolescente_8ed_2025.pdf). Acesso em: 16/07/2025.

chegar em Teresina-PI o que era apenas “ajudar” com a criança se desdobrou em outros afazeres domésticos. Pela manhã cuidava da criança, ia comprar alimentos no mercado, ajudava na organização da casa, à tarde ia para universidade, ao chegar às 18:00 horas cuidava da criança novamente até mais ou menos 21:00 horas, logo após pegava as apostilas e cadernos e começava a estudar e fazer as demandas da universidade. Os dias eram pesados, tentava estudar e ao mesmo tempo ser babá.

Dentro desse contexto, e com uma visão limitada percebia a ação dessa prima como ajuda e meus pais também. Como não tinha outra possibilidade e ela me “aceitou” na casa dela, por muito tempo essa relação foi visualizada como “ajuda”. Assim passou mais de um ano, pois quando tive a oportunidade de ir embora, não pensei duas vezes. Apesar de não ser uma criança quando tudo ocorreu, a inserção no contexto do trabalho doméstico tornou perceptível como as vulnerabilidades possibilitam o aliciamento da força de trabalho barata de forma sutil nesse âmbito. Diante do exposto, este estudo parte também de uma inquietação pessoal na tentativa de compreender e explicar as nuances desse contexto tão cruel que rouba a infância de diversas crianças no país e no mundo.

Fazendo a graduação em História e com um olhar mais crítico para sociedade comecei a tentar entender esse contexto tão complexo da exploração doméstica pautada na perspectiva de “ajuda”, com isso a temática da monografia desenvolvida para conclusão da graduação foi sobre o trabalho doméstico na cidade de Barras-PI. A partir disso, observamos como a arregimentação da força de trabalho feminina é feita na cidade para o trabalho doméstico, pois são inúmeros os casos de mulheres e meninas que foram aliciadas para esse trabalho no próprio município, ou levadas para outras cidades, outros estados, por meio principalmente da esperança em ter oportunidade de estudar. Percebe-se a existência de um jogo de interesses de ambas as partes: de um lado, há quem busque força de trabalho gratuita sob o pretexto de “ajuda” perante a sociedade, do outro, embora em situação de vulnerabilidade, há quem aceite essa condição na expectativa de conseguir novas oportunidades e melhorar suas condições de vida.

O sonho de estudar e ter o estudo como uma válvula de escape é comum no meio rural. O estudo se apresenta como uma estratégia de superação das condições que o sujeito se encontra. Os pais, que muitas vezes não conseguiram terminar nem o ensino fundamental, incentivavam seus filhos a estudarem para ter conforto e um trabalho menos penoso. Nesse sentido, famílias abastadas da própria cidade e de cidades vizinhas e até mesmo parentes com condições financeiras quase semelhantes se beneficiavam da situação de vulnerabilidade,

captando força de trabalho barata para o trabalho doméstico em troca apenas de moradia, alimentação e/ou promessas de estudos.

Esse sistema de exploração pode ser compreendido também por meio do que Thompson (1998) denomina como “teatro” e “contra-teatro”, termos que ajudam a analisar os embates simbólicos e ideológicos presentes nas relações sociais. No contexto da exploração doméstica infantil, o “teatro” refere-se à encenação construída pelas famílias exploradoras, que através de discursos permeados de promessas de cuidado, afeto e oportunidades, produzem uma imagem de acolhimento e benevolência. Alegam que a criança será tratada como parte da família, prometem acesso à educação e melhores condições de vida, utilizando-se de um jogo emocional e moral para convencer os pais. Por outro lado, o “contra-teatro” se manifesta de forma silenciosa ou reprimida, presente nas dúvidas, receios ou experiências anteriores das famílias empobrecidas, que embora muitas vezes cientes de casos semelhantes, inclusive na própria família, acabam aceitando a saída da filha, com a esperança que daquela vez seja diferente.

Nessa lógica, a criança é incorporada a uma rede de exploração disfarçada de solidariedade. Importa ressaltar que a culpa não recai apenas sobre os sonhos ou expectativas da criança, muito menos sobre os desejos de seus pais por uma vida melhor. A culpa está nas falsas promessas e nos mecanismos de manipulação realizados por quem se beneficia dessa relação e nos outros problemas sociais que empurram essas meninas para exploração. É importante entendermos que esse sistema era/é normalizado a partir do disfarce de cuidado e da ajuda, se tratando assim de uma forma de exploração disfarçada.

Minhas vivências na cidade de Barras-PI foram permeadas por histórias de mulheres que tiveram inserção laboral precoce no trabalho doméstico. Tanto mulheres da minha família, como apenas conhecidas, que durante conversas sobre suas infâncias destacavam experiências na exploração doméstica, os trabalhos desproporcionais ao físico infantil, agressões físicas e psicológicas. Além disso, a privação do sonho de estudar, em alguns casos os estudos relegados à última tarefa do dia, após longas jornadas de trabalho. O trabalho doméstico em Barras-PI é uma marca na vida de meninas que pertencem a famílias empobrecidas, principalmente na zona rural do município. Por volta de 1980, as famílias eram bastante numerosas, nesse contexto, as famílias em situação de pobreza “doavam” seus filhos para serem criados por outras famílias, as “crias da casa”. Adiante discutiremos mais a respeito desse termo. Portanto, as memórias dessas mulheres se cruzam com minhas vivências, não apenas por se tratarem de algumas mulheres da minha família, mas em partes por se tratar da minha própria história.

A maioria das famílias de Barras-PI seguem a lógica da família nuclear, composta por pai, mãe e filhos. Mas é válido ressaltar que nem sempre o conceito de família segue à risca o

conceito biológico de família. Eram famílias numerosas que possuíam redes elásticas de parentela (Rocha, 2015). A família rural estabelecida nesse contexto, além de agregar pai, mãe e filhos ganhava maiores proporções com o ingresso de afilhados, vizinhos que se tornavam parte da família. Encontrava-se ainda famílias monoparentais, como a de Marlene e Luzia, nossas interlocutoras.

Essas configurações familiares, marcadas por laços ampliados de convivência e solidariedade, estavam intimamente conectadas às dinâmicas econômicas e territoriais da região. Para compreender melhor esse cenário, é fundamental considerar o contexto socioeconômico mais amplo em que essas famílias estavam inseridas.

O livro de memórias “Barras, histórias e saudades” (2007) escrito pelo herdeiro de propriedades rurais do município, Antenor Rêgo Filho, ressalta a crise do extrativismo no Piauí. A população da cidade de Barras vivia da pecuária extensiva, agricultura de subsistência e extrativismo vegetal. É importante destacar que até o ano, de 1970, a área rural do município se dividia em três zonas. Zona de campo (fazenda Mimosos, Mocambo, Alegre, Marimbondo, Baixa Fria, Camponês, Pedra Branca e Cabeceiras) destinada à criação de gado e produtora de carnaúba; Zona da Puba (fazenda Boa hora, São José, Volta do Rio e Rancho do Fogo) destinada ao plantio de cana e à criação de alguns gados; e Zona da Mata (constituída pelas fazendas, São Francisco, Boca da Mata, Mato Grande, Esperança, Barreiro, Angical, Murici, Socoessego, Barro Preto, Mocambo, Centro, Formosa, Trindade e Santa Maria). Essa última se destaca por abrigar a mata dos cocais, uma formação vegetal de transição que ocupa uma posição ecológica estratégica entre grandes biomas brasileiros: a Amazônia, a Caatinga e o Cerrado. Composta principalmente por palmeiras como o babaçu e a carnaúba, a mata dos cocais desempenha papel essencial na biodiversidade e nos ecossistemas locais, além de ter sido historicamente fonte de recursos para o extrativismo vegetal praticado pelas populações rurais piauienses (Rocha, 2015).

De acordo com Cristiana Costa da Rocha (2015), até o ano de 1950, a exploração dessa região se baseou na força de trabalho de camponeses em terras cedidas pelos grandes proprietários a moradores que combinavam atividades extrativas com a agricultura de subsistência. Mas a cultura de subsistência só funcionou enquanto o pó da carnaúba e a amêndoia do babaçu permaneceram valorizados, sendo o interesse principal dos proprietários das terras na região. Assim, a renda da terra cedida era proveniente de relações de parceria como a meia,

terça, dentre outras.<sup>7</sup> Com a crise do extrativismo, a agricultura de subsistência passou a ser o principal meio de sobrevivência das populações rurais. Sobrevivendo, a princípio, sob “condição de moradia”.

As relações estabelecidas entre os proprietários de terras com os trabalhadores rurais de Barras, que viviam sob a condição de moradia em fazendas da região, eram bastante opressoras. Um dado bastante interessante para entender esse contexto é que pelo menos até a década de 1970, 90% das terras do município pertenciam apenas a três famílias (Rocha, 2015). Nesse sentido, podemos, a partir dessa afirmação, considerar a existência de grandes latifúndios.

Nesse contexto, a situação de pobreza enfrentada pela(s) família(s) era determinante na “doação” dos próprios filhos. A filha trabalhando como doméstica na fazenda onde o pai morava como agregado ou indo morar na casa de algum parente ou conhecido, contribuía para complementar a renda da família, quando recebia algo ou apenas seria uma boca a menos para ser alimentada. Ademais, o vislumbre de melhores oportunidades para a criança era também um fator determinante, pois a família patronal que se tornava responsável pela criança tinha melhores condições financeiras. Desse modo, a falácia de que a menina se tornaria parte da família atuava como manobra de engano, pois ao invés de estudar e ser cuidada, tornava-se dever dela cuidar e servir.

Nesse contexto, a prática coronelista em Barras-PI era algo bastante comum, muitos traços dessas práticas são observados até a atualidade. O coronel barrense exercia a função de grande fazendeiro, tinha muitas propriedades e além disso era comerciante. Tinha grande influência política e as pessoas que moravam em “suas terras” acreditavam que deviam obediência a ele. O coronel, nesse contexto, era senhor da região, inclusive das pessoas que trabalhavam para ele. Os moradores deviam votar em quem o coronel determinasse ou então eram expulsos das terras. Alcides do Rêgo Lages foi um desses coronéis em Barras-PI, mais especificamente na região do Barreiro, como um dos maiores donos de terras do município, herdou as terras de Alfredo Pires Lages (Costa; Santos, 2023). A família Lages ainda tem muito poder politicamente na cidade de Barras-PI. O período de 1955 a 1980 foi o momento de ápice da política coronelista no município de Barras-PI.

---

<sup>7</sup> Meia e terça são formas de parceria, o parceiro é o trabalhador rural que trabalha em terras de outra pessoa e reparte os rendimentos com o “dono” da terra. Meia: o trabalhador recebe metade da produção, enquanto o proprietário fica com a outra metade. Terça: o trabalhador fica com um terço da produção, e o proprietário com dois terços. Alguns desses processos de acordos informais de uso da terra foram mencionados nas entrevistas realizadas. Esses termos também são usados pela pesquisadora (Rocha, 2010; 2015).

De modo geral, havia uma realidade social em Barras-PI, na qual os coronéis exploravam os seus moradores humildes, tanto do ponto de vista do trabalho realizado por eles em suas terras e, também, principalmente na política através do sistema de compra de votos e voto de cabresto (Costa; Santos, 2023, p. 87).

O termo “coronel” era utilizado para denominar pessoas de grande influência social e política no Brasil e tem suas raízes em 1831, com a instituição da Guarda Nacional. Tal prática tornou-se um dos símbolos do coronelismo, um sistema de poder consolidado pelas elites rurais. De acordo com Leal (2012), a figura do coronel concentrava funções de diversas instituições sociais relevantes, mas sem substituí-las. Ele exercia grande autoridade sobre seus sobordinados, solucionando conflitos e disputas. Essa autoridade era desenvolvida por meio de laços paternalistas. Podemos observar que essa prática era adotada em outras regiões do Piauí, como apontado na pesquisa de Santos (2024) sobre a região de Novo Nilo-PI (1940-1990), essa localidade também era dominada por práticas coronelistas.

A estrutura fundiária de Barras, não diferente do Piauí como um todo, era marcada pela grande propriedade e por várias unidades de produção familiar. Como pontuado por Cristiana Costa da Rocha (2010) em suas pesquisas sobre o município, no final da década de 1980, começou ser revertido o predomínio dos grandes latifúndios por meio do processo de desapropriação de terras que teve como consequência a intensificação dos conflitos rurais em 1990. Com a promulgação da Constituição de 1988, entrou em pauta a questão da reforma agrária de forma efetiva. Sarney criou o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário-MIRAD. No entanto, poucas famílias foram assentadas, o que resultou em uma explosão de violência no campo. O contexto de criação dos assentamentos foi marcado por diversos conflitos por terra. Esses conflitos tiveram caráter dramático e violento, com assassinatos, ameaças de morte, queima de casas, destruição de plantações (Rocha, 2015).

Segundo Rocha (2015) tratavam-se de famílias em situação de pobreza e exclusão social. O número de assentados rurais em Barras era pequeno, porém já existia um movimento forte de reivindicação por parte dos camponeses. O acesso à terra para essas famílias significava maior estabilidade e novas estratégias de produção familiar. Até o final de 1990 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Barras registrou mais de cem processos de reintegração da posse da terra movidos pelos proprietários, todos vencidos pelos camponeses (Rocha, 2015). O município passou a ser considerado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) como a maior quantidade de áreas de assentamentos no país. Após o processo de criação dos assentamentos rurais no município, os lavradores continuaram migrando para outros destinos, pois as famílias precisavam criar estratégias de posse para sobrevivência e manutenção da terra.

Ressaltamos os conflitos pela posse da terra em Barras porque eles se entrelaçam diretamente com as trajetórias de algumas das mulheres entrevistadas para esta pesquisa. Muitas delas são provenientes do sistema de moradia rural, e algumas vivenciaram, com suas famílias, o processo de conquista da terra. Essas experiências, serão abordadas mais detalhadamente adiante, especialmente por meio das narrativas de Maria e Luzia, cujos relatos iluminam as múltiplas dimensões da vida no campo.

A posse da terra não significou grandes mudanças em relação às condições de vida, então, para manter a posse e garantir a subsistência de suas famílias diversos homens da região migraram para o corte de cana ou de juquira<sup>8</sup> em outros estados. Migraram para os estados do Pará, Mato Grosso e Goiás, alguns deles foram principalmente para essas regiões, onde vivenciaram formas de trabalho análogo à escravidão. “A baixa produção da roça, dentre outros aspectos, faz desses sujeitos pobres alvos para o aliciamento e migração para outras regiões” (Rocha, 2015, p. 53). As narrativas analisadas evidenciaram que a economia se voltava para os interesses primários das famílias de trabalhadores rurais migrantes. Um tipo particular de economia que se fazia numa ação combinada de trabalho entre os que migram e os que permanecem. Essa ação combinada tinha como objetivo a manutenção e posse da área assentada. A lida na roça era alternada com atividades extrativas, em particular da amêndoia do babaçu, essa atividade figura como complemento às migrações masculinas. A autora diz o seguinte:

No seio dessas comunidades rurais foi desenvolvido entre os pares um tipo de economia que combina a migração masculina com o trabalho executado pelas mulheres que permanecem na terra natal, para o sustento da prole e manutenção da terra. O contexto evidencia relações de solidariedade e reciprocidade, que atendem as concepções do que é justo e necessário para os interesses primários das famílias dos migrantes, a subsistência (Rocha, 2015, p. 45).

Esse trabalho combinado, deixando a esposa na terra natal favorecia a volta do migrante para a cidade. A cidade de Barras-PI é marcada pela migração de retorno, principalmente masculina. Tem destaque também no município a migração de meninas para o trabalho doméstico em busca de melhores condições de vida, desde quando uma parcela significativa dessa população ainda vivia sob o sistema de moradia. E se manteve após uma parte dos

---

<sup>8</sup> É um termo usado para denominar vegetação que nasce em áreas abandonadas, como por exemplo em pastos e campos de plantio (Rocha, 2015).

moradores ter a posse da terra. O acesso à terra potencialmente resolvia apenas um de seus problemas.

A migração de retorno masculina na cidade de Barras é uma característica comum, em qualquer lugar, principalmente na zona rural do município onde encontravam-se mulheres sozinhas (viúvas de marido vivo) em casa ou com os filhos aguardando o retorno do marido. O qual migrou em busca de trabalho, com intuito de manter a terra e garantir as necessidades básicas da família, que era complementada pela quebra do coco babaçu feita pela esposa<sup>9</sup>. Em seção posterior discutiremos mais a respeito dessa atividade laboral. Além disso, a maioria visava a compra de bens de consumo, como uma moto ou a construção de uma casa.

No ano 2000, o pesquisador Ricardo Rezende Figueira visitou a cidade de Barras para realizar um estudo com os migrantes da região. A pesquisa foi publicada no livro intitulado “Pisando fora da própria sombra: escravidão por dívida no Brasil contemporâneo”. O livro tem como foco principal o trabalho escravo contemporâneo no Pará e Mato Grosso. O autor é padre e atuou durante muitos anos como membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Realizou diversas entrevistas com trabalhadores, fazendeiros, empreiteiros e até pistoleiros para embasamento de suas análises para tese de doutorado sobre a escravidão por dívida. Figueira (2004) pontua que a sede da cidade de Barras era pequena, pobre, com ruas estreitas, ladeadas por casas modestas, de arquitetura bonita, as janelas e portas dando para calçada, diminuindo o espaço íntimo e privado da casa. A partir da rua as habitações poderiam ser visualizadas por dentro. A prefeitura recém-pintada, mostrava traços e belezas, logo mais modesta havia a Academia de Letras da cidade. A praça da matriz era arborizada e cercada por fileiras de casas. Um dos aspectos de orgulho para a população do município é o fato de ter produzido intelectuais e governadores.

A cidade de Barras ficou conhecida como “Terra dos Governadores”, depois de seis barrenses se tornarem governadores em diversos estados do Brasil. Além disso, a cidade ganhou destaque por apresentar, ao longo de sua história, intelectuais, poetas e coronéis, que se reuniam nos grandes casarões do município até hoje preservados.

É nesse cenário histórico e social de Barras, marcado por desigualdades, tradições e memórias profundamente enraizadas, que se insere a trajetória da minha família e a realidade

---

<sup>9</sup> O trabalho de quebrar coco babaçu é uma atividade tradicionalmente realizada por mulheres, especialmente em comunidades rurais. Trata-se de um processo manual, árduo e repetitivo, que consiste em recolher os cocos do chão, quebra-los com uso de machado ou facão e extraír suas amêndoas, que são utilizadas para produção de azeite, sabão, carvão, entre outros produtos. O trabalho de quebrar coco foi historicamente atribuído às mulheres, consolidando-se socialmente como uma prática laboral associada ao feminino. Alguns pesquisadores pontuam, que a predominância de mulheres se deve ao patriarcado se sustentar na desvalorização do trabalho feminino e doméstico (Dias; Pereira, 2022).

vivida por muitas mulheres da região. A história da minha vida, de mulheres da minha família, de mulheres de Barras-PI e tantas outras no Brasil compõem este trabalho. Estudar o trabalho doméstico, especialmente quando relacionado à infância, é um tanto desafiador em relação às fontes. Sabendo disso tivemos a metodologia da História Oral como instrumento central para construção de nossa análise. A realização das entrevistas, gravações e transcrições exigiu que estivéssemos em contato direto e profundo com uma temática muito sensível e preocupante. Nesse sentido, o estudo de memórias relacionadas aos mundos do trabalho foi nosso principal aliado.

Partimos da perspectiva defendida por Ecléa Bosi (2003), ao destacar a importância de buscar as fontes nos próprios sujeitos-viventes para construção de estudos e pesquisas sobre sujeitos historicamente subalternizados. Nesse sentido, torna-se necessário buscar e ouvir as vozes dos sujeitos marginalizados e amplificá-las no debate público (Portelli, 2013). Compreendemos que essas narrativas sempre existiram, esses sujeitos sempre tiveram suas vozes, mas muitas vezes foram silenciadas. A História Oral nos permite acessá-las a partir da memória dessas pessoas, interagindo com suas subjetividades e experiências. Desse modo, a memória de mulheres da cidade de Barras-PI, inseridas em tenra idade em relações laborais no trabalho doméstico foi essencial para o desenvolvimento deste estudo. Por meio das entrevistas realizadas compreendemos nuances e sentidos do contexto de exploração da força de trabalho infantil no Piauí.

A utilização da metodologia da História Oral nesta pesquisa, desde a formulação do roteiro até a fase de análise das entrevistas, foi guiada pelos estudos de autores como Portelli (2010), Meihy (2015) e Alberti (2010). Foram realizadas ao todo 14 entrevistas com roteiros semiestruturados e embasados na perspectiva da História Oral temática. É importante ressaltar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e usamos pseudônimos para preservar as identidades das mulheres entrevistadas. Optamos por não utilizar todas as entrevistas conduzidas, devido as repetições identificadas nas falas de nossas interlocutoras. No quadro 1, apresenta-se o perfil das mulheres cujas narrativas foram analisadas nesta dissertação.

Quadro 1- Perfil das Mulheres Entrevistadas

Pseudônimo	Idade e Estado civil	Cor	Gênero	Escolaridade e Profissão	Deslocamentos
Luzia	48 anos Divorciada	Parda	Feminino	Superior completo e pós-graduada Assistente Social	1º deslocamento da zona rural de Barras-PI para zona urbana da cidade. 2º retorno para zona rural.

					3º deslocamento da cidade da zona rural de Barras-PI para Teresina-PI.  4º retorno para zona rural de Barras-PI.  5º deslocamento da zona rural de Barras-PI para Teresina-PI.  6º retorno para zona rural de Barras-PI.  7º deslocamento da zona rural de Barras-PI para Teresina-PI.
Maria	47 anos Casada	Parda	Feminino	Ensino Fundamental completo  Trabalhadora doméstica	1º deslocamento: da zona rural de Barras-PI para zona urbana da cidade.  2º retorno para zona rural de Barras-PI.  3º deslocamento da zona rural de Barras-PI para Picos-PI.
Joana	43 anos Casada	Parda	Feminino	Ensino Fundamental completo  Trabalhadora doméstica	Deslocou-se da zona rural de Barras-PI para zona urbana da cidade.
Joselma	39 anos Casada	Morena	Feminino	Ensino Fundamental incompleto  Manicure	Deslocou-se de Barras-PI para Teresina-PI.
Domingas	40 anos Casada	Preta	Feminino	Ensino Médio completo  Trabalhadora doméstica	Deslocou-se de Barras-PI para Teresina-PI.
Marlene	37 anos Casada	Negra	Feminino	Ensino Médio completo  Dona do próprio negócio.	Deslocou-se da zona rural de Barras-PI para zona urbana da cidade.
Josefa	48 anos Casada	Parda	Feminino	Ensino Fundamental incompleto.  Trabalhadora doméstica.	Deslocou-se da zona rural de Barras-PI para zona urbana da cidade.
Rita	58 anos Viúva	Preta	Feminino	Ensino Fundamental incompleto  Dona do próprio negócio.	1º deslocamento de Batalha para Teresina- PI.  2º retorno para Batalha-PI.  2º deslocamento feito em família de Batalha-PI para Barras-PI.

Márcia	47 anos Solteira	Morena	Feminino	Ensino Fundamental incompleto  Dona de um restaurante	Trabalhou na infância apenas na cidade de Barras-PI.
Ducarmo	28 anos Casada	Morena	Feminino	Ensino Fundamental incompleto  Trabalha na limpeza de uma academia de musculação.	Deslocamento da zona rural de Barras-PI para Teresina-PI.
Ana	39 anos Solteira	Branca	Feminino	Ensino Fundamental completo  Trabalhadora doméstica	Deslocou-se de Esperantina para Batalha.

**Fonte:** Autoria própria, 2025.

Além das entrevistas, foram incorporadas outras fontes como relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reportagens de denúncias em jornais de circulação nacional sobre o assunto, e os relatos contidos no livro “Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada” também foram importantes para o andamento desta pesquisa. O cruzamento entre fontes oficiais produzidas por instituições como OIT, IBGE e fontes orais foi essencial para discussão da temática apresentada nesta dissertação. Esse diálogo entre as fontes evidenciou a importância da abordagem interdisciplinar desta pesquisa.

A metodologia deste estudo baseia-se na perspectiva analítica de micro-análise, pois por meio dos indícios, dos rastros e dos detalhes procuramos dimensões invisibilizadas, mas que têm grande importância no contexto geral. Em diálogo com Jacques Revel (1998) colocaremos em análise aspectos estruturais-macro e também dimensões específicas-micro da abordagem, como detalhes das entrevistas pautados nas experiências individuais de cada interlocutora sobre suas memórias da infância no labor doméstico. Buscamos compreender a exploração no âmbito do trabalho doméstico infantil a partir do entrelaçamento entre contexto geral e as experiências vividas em suas especificidades.

Por meio da análise das entrevistas conseguimos observar silêncios em determinados momentos das entrevistas, bem como lágrimas ou o esforço em segurar o choro. Essas ações revelam camadas emocionais profundas relacionadas às lembranças da infância. As entrevistadas organizaram suas memórias, pautadas nas dificuldades enfrentadas com a família

de origem e no trabalho desempenhado na casa de terceiros, geralmente como crias da casa. Essas escolhas nos permitem vizualizar além do que ocorreu, evidenciando o que elas entendem e sentem sobre o que viveram.

Essas experiências individuais nos direcionam a pensar sobre as condições vividas por meninas empobrecidas nas décadas de 1980-1990. Apontando nuances do contexto social da época, especialmente no que diz respeito à desigualdade de classe, gênero e raça. A proposta de Revel (1998) nos convida a olhar essas memórias individuais não como relatos isolados, mas como partes importantes para compreensão de dinâmicas sociais mais amplas. A forma como essas mulheres rememoram suas infâncias atualmente nos ajuda a entender como elas dão sentido às suas experiências e como essas memórias se conectam com suas trajetórias atuais. Afinal, como destaca Bosi (1994) a memória não é uma simples reprodução do passado, ela é construída ao longo do tempo e influenciada pelo presente.

A análise dos relatórios da OIT, de narrativas orais, da legislação voltada para infância e da literatura produzida sobre o assunto, nos possibilitou avançar em diversas reflexões sobre o assunto discutido. Percebemos continuidades muito semelhantes na legislação, apesar da mudança de perspectiva no final do século XX. Os relatórios da OIT, relatos orais e os relatos escritos retirados do livro “Eu empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada” escancaram o elevado número de crianças em condição de trabalho infantil, não só em Barras-PI, mas no Brasil e no mundo. Assim, a necessidade de refletir sobre o trabalho doméstico infantil, para além da naturalização de ajuda é crucial, pois nesse contexto a “boa vontade” tem mascarado, ao longo do tempo, a exploração, roubando infâncias de muitas meninas.

Diante do exposto, estruturamos este trabalho de forma a aprofundar as questões levantadas sobre a exploração da força de trabalho de meninas na esfera doméstica. O primeiro capítulo, intitulado “Eu quase não tive infância”: crianças em relações laborais, tem como objetivo discutir a infância de meninas empobrecidas do mundo rural que foram precocemente inseridas no trabalho doméstico. Para tanto, iniciamos refletindo sobre o conceito de infância; em seguida tentamos compreender a naturalização do cativeiro doméstico ao qual essas meninas são submetidas e as nuances do cruzamento de opressões nesse contexto.

No segundo capítulo, “Família, condições de vida e migração”, refletimos acerca das condições de vida dos sujeitos em estudo e a relação dessas condições com o aliciamento das crianças para exploração de sua força de trabalho em âmbito doméstico. Embora não tenhamos reduzido a experiência dessas pessoas ao contexto social em que estão inseridas, compreendê-lo é essencial para entender suas subjetividades e trajetórias. Importa ressaltar que, para

entender as subjetividades, também é preciso entender os regimes de temporalidade, os campos de possibilidades e limites experimentados pelos agentes históricos. Além disso, analisamos os deslocamentos feitos por essas meninas.

O terceiro capítulo, “Cotidiano e vivências”, é dedicado à análise da memória, ferramenta central de nossas análises. Também abordamos aspectos do cotidiano das meninas que eram doadas para outras famílias, evidenciando interdições, manipulações afetivas e as resistências cotidianas. A adoção informal, muitas vezes não passava de um disfarce para práticas de exploração, o verdadeiro propósito era dispor de alguém que servisse como empregada doméstica de forma gratuita.

Portanto, este estudo busca contribuir para a compreensão crítica das múltiplas dimensões que envolvem o trabalho doméstico infantil. Ao tomar as memórias como fonte e ferramenta analítica, buscamos lançar luz sobre histórias silenciadas e refletir sobre as continuidades de práticas de exploração naturalizadas ao longo do tempo. Esperamos, com isso, não apenas ampliar o debate acadêmico sobre o tema, mas também provocar reflexões que contribuam para o enfrentamento dessa problemática ainda tão presente na sociedade brasileira.

## 1. “EU QUASE NÃO TIVE INFÂNCIA”: CRIANÇAS EM RELAÇÕES LABORAIS

Nas minhas andanças pela cidade de Barras-PI, durante conversas informais com algumas mulheres sobre o trabalho doméstico na cidade, buscando entender como era antes e como é atualmente o mercado de trabalho para as mulheres barreenses, foi possível observar que a força de trabalho de mulheres empobrecidas da cidade era, e continua sendo absorvida principalmente pelo trabalho doméstico na casa de terceiros. Em uma das conversas, escutei a seguinte frase: “Não temos outra opção, a não ser trabalhar em casa de família”. O trabalho doméstico na região é denominado como “trabalhar em casa de família”. A expressão denota o peso do vínculo “familiar” nessa relação de trabalho, não se fala em patroa ou patrão. Isso silencia a existência de uma relação de exploração, traduzida por relações de apadrinhamento.

Diante da análise de algumas entrevistas e observando a realidade atual, é perceptível que a informalidade se mantém nesse trabalho no município, em cidades vizinhas e no Brasil como um todo. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o trabalho doméstico destacam o alto percentual de informalidade nesse trabalho. As relações de trabalho, nesse contexto se confundem com relações de amizade e parentesco, seja a trabalhadora adulta ou criança. As mulheres as quais entrevistamos iniciaram como domésticas ainda crianças, entre 7 e 12 anos de idade, como foi mencionado durante as narrativas de Maria, Paula, Rita, Joana dentre outras. Os pagamentos, quando não são reduzidos à alimentação e moradia, são bastante exíguos. Nesse sentido, a realidade do município não difere das características gerais do trabalho doméstico nacional. Os dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE confirmam todas essas nuances no trabalho doméstico, nacional e internacional.

Essa realidade, marcada pela informalidade e por profundas desigualdades sociais, tem despertado o interesse de diversas áreas do conhecimento, que buscam compreender as raízes históricas e os impactos sociais dessa forma de trabalho. Na área do direito, o trabalho doméstico vem sendo estudado a partir de múltiplos enfoques, com forte ênfase no Direito do Trabalho, mas incorporando também perspectivas sociológicas, históricas e de direitos humanos. Na sociologia, o trabalho doméstico é estudado por meio de diversas abordagens que analisam como um pilar invisível da economia e do bem-estar social. Os sociólogos examinam as desigualdades sociais, as dinâmicas de poder e os fatores estruturais que moldam as experiências dos trabalhadores domésticos. A antropologia estuda o trabalho doméstico como uma forma de trabalho historicamente inviabilizada, buscando dar visibilidade às desigualdades de classe, gênero e raça que o cercam. As pesquisas da área especialmente aquelas com foco

etnográfico, analisam as dinâmicas sociais econômicas e afetivas que moldam essas relações de trabalho.

A partir dessa perspectiva interdisciplinar, podemos apontar também os dados estatísticos que evidenciam a dimensão e as especificidades do trabalho doméstico no Brasil. Em âmbito nacional, o trabalho doméstico abriga uma das maiores categorias de trabalhadores: 7,2 milhões em 2009, principalmente de trabalhadoras, pois o percentual de mulheres nesta atividade profissional ultrapassava os 93%.<sup>10</sup> Com isso, é importante ressaltar que a utilização do termo “trabalhadoras” ao longo da pesquisa, não significa que não existam homens desenvolvendo esse trabalho, mas sim que as mulheres compõem quase a totalidade dessa categoria.

Mesmo com números tão expressivos em relação a essa categoria, os estudos acadêmicos a respeito do trabalho doméstico são bastante recentes no Brasil. Nos últimos anos, o trabalho doméstico ganhou grande visibilidade em pesquisas situadas no campo da História Social do trabalho, devido às várias renovações que ocorreram nessa área de pesquisa. De forma geral, tais transformações foram marcadas pela ampliação de temas e problemas, novos métodos e abordagens. Assim, outras experiências de trabalhadores passaram a ser fundamentais em pesquisas historiográficas, a cultura operária como um todo e o cotidiano de vida e do trabalho. Com isso, o número de estudos sobre temas relegados às margens aumentou significativamente. Desse modo, a história do trabalho, após 1990, passou por grandes mudanças, não só no Brasil como no mundo, aumentando o número de pesquisas e publicações (Sousa; Silva, 2019).

A mudança em torno do objeto foi uma tentativa de entender, de forma mais ampla, os trabalhadores, uma vez que a diversidade de cultura e identidades não poderia ser deixada de lado, tampouco reduzida a uma única perspectiva da figura do operariado fabril masculino. O diálogo entre História Social da Escravidão e História Social do Trabalho apresentou-se fundamental para entender as origens e permanências de determinadas práticas sociais e laborais. O trabalho doméstico, tem sido frequentemente interpretado como uma continuidade das estruturas escravistas, não apenas no que se refere à subalternização e à racialização das trabalhadoras, como também em relação à desvalorização e invisibilidade social do serviço

---

<sup>10</sup> De acordo com pesquisa realizada pela OIT, em 2013, o Brasil concentrava, em números absolutos, a maior população trabalhadora empregada no setor. Cf. BRASIL TEM MAIOR NÚMERO DE DOMÉSTICAS DO MUNDO. G1. São Paulo, 09 jan. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-diz-oit.html>>. Acesso em: 28/08/2024.

prestado dentro das casas.

Somente por volta dos anos 2000, as pesquisas aumentaram expressivamente (Souza, 2016). Embora algumas iniciativas tenham sido propostas nas décadas anteriores, foi apenas em meados dos anos 2000 que o trabalho doméstico se tornou bastante presente na mídia e em pautas na esfera pública, em decorrência da criação de uma comissão especial na Câmara dos Deputados para análise de projetos de lei e emendas constitucionais relativas ao trabalho doméstico no Brasil. Posteriormente, o tema voltou a ganhar destaque com a promulgação da Emenda Constitucional 72, de abril de 2013, conhecida como “PEC das domésticas”, que alterou a legislação do trabalho doméstico remunerado, ao estender direitos elementares às trabalhadoras. Assim, o tema ganhou nova repercussão pública em diferentes âmbitos da sociedade.

Nos últimos anos, o trabalho doméstico tornou-se objeto de estudo comum em pesquisas e debates a respeito da História do Brasil. Especialmente no campo da História Social do Trabalho e ainda em suas intersecções ou diálogos com linhas historiográficas como História das mulheres, História da escravidão e da pós-abolição, além da história urbana e do cotidiano (Souza, 2016). Autoras como Juliana Teixeira (2021), Preta-Rara (2019) e Lélia Gonzalez (2020) contribuíram significativamente para esse campo ao problematizarem a intersecção entre gênero, raça e classe. O crescente interesse por esse objeto de pesquisa nos permite repensar diversas nuances do trabalho doméstico.

O debate no Brasil sobre a temática do trabalho doméstico dialoga com as reflexões internacionais. Chitra Joshi (2009) e Silvia Federeci (2017) nos apresentaram estudos com novas perspectivas para compreensão do trabalho doméstico. A historiadora Chitra Joshi (2009), analisou a História Social do Trabalho na Índia, pesquisando sobre as mulheres e a história do trabalho, tecendo análises para além da polêmica do “homem provedor”. No que se refere à invisibilidade feminina na história do trabalho, sua perspectiva converge com a da filósofa Silvia Federeci (2017). Para essas autoras, essa invisibilidade é resultado da supervvalorização do trabalho fabril/industrial visto como eminentemente masculino e como único lugar produtivo reconhecido na sociedade.

Em relação à literatura crítica sobre o homem provedor e da domesticação da mulher, Joshi afirma que havia duas tendências, uma ideológica e outra política institucional. A tendência ideológica: baseia-se nas ideias vitorianas de domesticidade e reclusão do século XIX. A autora argumenta que as ideologias, que valorizavam o papel da mulher no ambiente doméstico, exercem forte influência na formação da consciência social, nas estratégias de empregadores e nas ações de reformadores burgueses. Além disso, moldaram o discurso

sindical e a percepção do papel social da mulher, reforçando a sua posição como dona de casa e consolidando o ideal feminino baseado na reclusão no espaço doméstico.

Já a tendência na política institucional: busca compreender como o modelo do “homem provedor” se consolidou nas representações de masculinidade. Nesse sentido, analisa-se como as noções de autoridade, independência e habilidade, associadas ao homem, foram reforçadas nas políticas sociais e nas estruturas de poder. Especificamente, essa tendência investiga como a ideologia do “salário familiar”, desenvolvida para preservar essas ideias de masculinidade, levou à exclusão das mulheres dos espaços de tomada de decisão econômica e social, reforçando os papéis tradicionais de gênero e contribuindo para a invisibilização do trabalho feminino. Essas duas tendências revelam as diferentes dimensões (ideológicas e política) que sustentaram a hegemonia do ideal do homem provedor e da domesticidade da mulher na sociedade.

Em diferentes momentos históricos, o trabalho doméstico esteve diretamente relacionado às relações servis, como afirmado por Souza (2017):

(...) característica das eras medieval e moderna: em vários contextos, significou um trabalho de “ajuda” ou “complementar”, não especificamente doméstico, mas característico, por exemplo, de ambientes rurais; também poderia ser uma atividade ocupacional típica de uma modalidade escravista de exploração do trabalho - lembrando que um dos sentidos metafóricos de “servo” ou “criado” é exatamente “escravo”; e, finalmente, tornou-se presente também no modo capitalista de produção. Ou seja, todos esses termos, que em português caracterizam ideias contidas na noção de “trabalhador doméstico”, carregam consigo a própria carga histórica do trabalho doméstico. Ou seria melhor do serviço doméstico? (Souza, 2017, p. 54-55).

Ao final de suas considerações sobre a vinculação do trabalho doméstico a relações servis, historicamente, Flavia Fernandes de Souza (2017) faz uma indagação pertinente: como denominar esse tipo de trabalho? Seria “trabalho doméstico” ou “serviço doméstico”? Para a autora, a expressão “serviço doméstico” tornou-se, de certa forma, “oficial” ao longo dos séculos XIX e XX, no sentido de designar um determinado seguimento ocupacional em grande parte do Ocidente.

Outro ponto relevante é que o termo “serviço doméstico” permite uma diferenciação mais precisa entre os “trabalhos domésticos” existentes. Há, basicamente, duas formas de trabalho doméstico: a primeira refere-se ao trabalho realizado nos domicílios por um ou mais membros de um núcleo familiar, com o objetivo de garantir a subsistência desse mesmo grupo social; e a segunda diz respeito ao trabalho realizado por terceiros, em domicílio alheio, por

meio de atividades de cuidado, asseio e manutenção de um grupo familiar distinto daquele ao qual o trabalhador pertence.

Segundo Souza (2017), essa segunda forma se configura como “serviço doméstico”, o qual pode ser ou não remunerado em termos monetários, a depender do contexto histórico e da formação social. A utilização da designação “serviço doméstico” nesse contexto contribui para diferenciar trabalhos que, embora semelhantes em sua natureza, estão inseridos em relações sociais diferentes. Trata-se, portanto, de uma chave de discussão bastante complexa dentro dos estudos sobre o trabalho doméstico.

Nesse sentido, outra definição historicamente complexa refere-se à identificação de quem era, ou não, considerado trabalhador doméstico, existindo inclusive dificuldades para delimitar com clareza os espaços e as atividades que caracterizam a atuação desses trabalhadores. Dessa forma, do ponto de vista teórico, definir o que é trabalho doméstico impõe desafios e obstáculos significativos.

No ano de 2016, Flavia Fernandes de Souza desenvolveu um estudo sobre o tema trabalho doméstico em pesquisas no âmbito da História Social do Trabalho. Nessa pesquisa, a historiadora apontou como temas pouco abordados em estudos sobre o trabalho doméstico a migração rural-urbana e a imigração. Além desses, citou ainda a escassez de estudos sobre o trabalho infantil, apesar de cruzar o caminho de todos os pesquisadores dedicados ao estudo do trabalho doméstico. Como já foi evidenciado em algumas pesquisas recentes sobre os processos de tutela de menores e de locação de serviços de crianças expostas em Santas Casas de Misericórdia. Nesse sentido, ressaltamos que, neste estudo, nosso principal objetivo foi justamente abordar essas nuances do trabalho doméstico.

Diante da complexidade dessa discussão, destacaremos o nosso entendimento sobre a categoria trabalho, a qual nos ajuda a compreender algumas nuances desse contexto. Thompson (1987) em “A formação da Classe Operária” destacou que a classe operária inglesa “se fez a si mesma tanto quanto foi feita”, ressaltando a experiência do trabalho como algo construído historicamente. O trabalho, portanto, deve ser analisado não apenas como função produtiva, mas como experiência social que forma identidades, culturas e resistências. Nesse mesmo viés, Hobsbawm (1984) chama atenção para os “mundos do trabalho”, ou seja, os espaços de solidariedade, cultura e organização criados pelas classes trabalhadoras. O trabalho, nesse sentido, também é território de invenção e luta.

No contexto brasileiro, Chalhoub (2001), na sua obra “Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque”, demonstra como o cotidiano dos trabalhadores pobres no Rio de Janeiro do século XIX era atravessado por formas de

trabalho precário, instável e racializado, mas também por formas de organização e resistência. Isso mostra que o trabalho, mesmo nos setores mais marginalizados, é espaço de agência.

A partir dessas contribuições, é possível perceber que, embora os estudos clássicos sobre o trabalho tenham se concentrado majoritariamente nas experiências da classe operária masculina em espaços fabris e urbanos, novas abordagens vêm ampliando esse olhar, incorporando o papel central do trabalho invisibilizado e reprodutivo, sobretudo aquele realizado por mulheres. Com a expansão do capitalismo e a consolidação de novas formas de dominação de classe, raça e gênero, o trabalho doméstico emergiu como um eixo fundamental de análise. É nesse contexto que retomamos o pensamento de Silvia Federici, cuja crítica ao processo de desvalorização do trabalho doméstico revela seu papel estruturante dentro do sistema capitalista.

Silvia Federici (2019) afirma que a desvalorização do trabalho doméstico, considerado como uma ocupação inferior, foi um projeto que se desenvolveu junto ao capitalismo. Em sintonia com o pensamento de Federici sobre o tema, destaca-se o pensamento da cientista política Françoise Vergès (2020), a qual destaca que o trabalho de cuidado e limpeza indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado, do capitalismo racial e do neoliberalismo. No entanto, embora essencial e necessário, esse labor deve permanecer invisível, marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado.

No Brasil, essa discussão teve início com a socióloga Heleith Saffioti, que investigou a situação das mulheres na sociedade de classes e estudou as relações entre capitalismo e trabalho doméstico. Saffioti desenvolveu, no final dos anos 1970, um estudo sobre as trabalhadoras domésticas em Araraquara, interior de São Paulo. Refletiu sobre o papel do trabalho doméstico remunerado no desenvolvimento dependente do modo de produção capitalista no Brasil. Já destacando o mesmo debate de Silvia Federici, sobre o trabalho realizado de forma gratuita pelas donas de casa que se dedicam exclusivamente ao lar, Saffioti chama atenção para o fato de que, no caso brasileiro, essa reflexão não pode perder de vista o emprego doméstico. Para a autora, a existência de milhões de mulheres em atividades domésticas remuneradas no Brasil revela um padrão de desenvolvimento do capitalismo marcado pela desigualdade na renda nacional. Além disso, para ela o trabalho doméstico, dentro do modo de produção capitalista contemporâneo, seria uma forma de exploração de trabalho não capitalista, mas que acaba contribuindo na reprodução ampliada do capital. Sendo assim, Saffioti destaca as atividades domésticas como indispensáveis para reprodução do capital, pois contribuem para produção da força de trabalho, criando condições para sua produção e reprodução.

O trabalho doméstico é uma atividade atravessada por diversas determinações, como gênero, a raça e as classes, que em conjunto, contribuem para sua permanência em condições de precariedade e informalidade. Essa breve contextualização a respeito do trabalho doméstico é importante para que possamos compreender a complexidade e a profundidade da temática abordada.

A idade precoce de início da atuação das mulheres no trabalho doméstico é uma problemática que merece atenção especial, tanto do ponto de vista social quanto jurídico e histórico. Inúmeras mulheres iniciaram suas trajetórias nesse tipo de ocupação ainda na infância ou adolescência, muitas vezes entre os 7 e 12 anos de idade, como evidenciado em relatos das entrevistas realizadas para esta pesquisa. Essa inserção precoce no mundo do trabalho não apenas configura uma violação dos direitos da criança, como também perpetua ciclos de exclusão social, abandono escolar e precarização das condições de vida. Além disso, a naturalização do trabalho doméstico infantil revela como as desigualdades de classe, gênero e raça se entrelaçam para produzir um contexto, no qual meninas são destinadas a ocupar esse espaço de subalternidade. Por esse motivo é importante refletir sobre os diálogos entre trabalho doméstico e infância.

## 1.1 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE INFÂNCIA

A categoria infância é uma das principais nessa pesquisa. Diante disso, a pesquisa aqui apresentada parte da perspectiva de que a infância é resultado de uma construção cultural e histórica. Com isso, destaca-se a importância de trabalhar problematizações em torno da concepção de infância, visto que é um conceito socialmente e historicamente construído e que, ao longo do tempo, foi sendo modificado. O ponto central reside na análise da infância de crianças oriundas de famílias empobrecidas do mundo rural.

Ao passar dos anos, a categoria infância ganhou novos olhares, novos significados e, consequentemente, surgiram novos estudos e pesquisas sobre o assunto no Brasil e no mundo. Philippe Ariès é uma das principais referências ao falar a respeito da infância. Apesar das diversas críticas às suas teorias, não é possível falar de infância sem citá-lo. Em sua obra História Social da Criança e da Família, publicada na França na década de 1960, o autor analisa as concepções de infância e o modo de vida das crianças na sociedade medieval. Além disso, abordou como as relações foram se modificando ao longo do tempo em relação à infância. A principal ideia por ele defendida é que o sentimento de afeto e cuidado que dedicamos atualmente às crianças não era o mesmo antigamente, sendo algo construído por volta do século

## XVII e XVIII.

Na Idade Média, por volta do século XII, Ariès afirmou que não existia a concepção de infância na Europa. As crianças eram tratadas de outra maneira, como adultos. Participavam da vida social dos adultos, mesmo em eventos destinados apenas para eles, pois não existia distinção em relação a isso. De acordo com o autor, a distinção se fazia apenas no trabalho, por conta da força física da criança, levada em consideração em alguns tipos de trabalhos. Desse modo, não existia diferenciação entre crianças e adultos. Apenas a partir dos séculos XV e XVII, de forma lenta, surgiram novos modos de pensar a criança.

Uma das maiores críticas ao estudo de Ariès sobre a infância é direcionada à perspectiva anacrônica de sua pesquisa. Vários estudiosos do assunto defendem que Ariès, por não encontrar o tratamento moderno destinado à infância, concluiu que não existia concepção de infância. A percepção de infância do presente direcionou seu olhar. Outros estudiosos defendem que existia sim, sentimentos pelas crianças, mas referente à linhagem. Desse modo, a contribuição de Ariès para os estudos sobre a infância é incontestável, no entanto, é preciso ter um olhar crítico, cuidoso e atento, rastreando os sinais, indícios e signos existentes na pesquisa para nos auxiliar na construção de um ponto de vista sobre a infância em nossos estudos.

Como sabemos, a ideia de infância foi sendo modificada ao longo do tempo, mas não se trata de uma mudança rápida. No Brasil, por exemplo, para o Estado a perspectiva só começou a ser modificada em finais do século XX, como veremos no decorrer da discussão. O país, no século XIX, passou por diversas transformações, tornou-se sede do império português, tornou-se independente politicamente, organizou-se como monarquia, logo após, como república, envolveu-se em guerras, adentrou a economia da cafeicultura, aboliu a escravidão (oficialmente) e viu a entrada massiva de imigrantes. Diante de tantas transformações na sociedade, é importante refletir sobre a noção de infância no Brasil historicamente.

Desde o século XIX, a sociedade brasileira está imersa em um de seus maiores paradoxos. O Estado criou diversas “soluções” direcionadas à infância que lesaram a população empobrecida do país. Isso aparece de forma explícita no estudo de Irene Rizzini sobre a infância no Brasil, intitulado “O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil”, no qual evidencia a história das múltiplas representações que a infância empobrecida inspirou no seio das elites nacionais, compreendendo o período de 1870-1930. Para Rizzini, dentro desse ínterim, a criança passou a ser percebida como “patrimônio”, vista como o futuro da nação e tendo como obrigação ser útil à pátria. A frase “salvar a criança é salvar a nação” sintetiza a concepção de infância dessa época. Logo no prefácio da obra, Rizzini (2021) afirma que o Brasil é um país onde predominaram práticas impiedosas contra as crianças pobres: desde

o “adestramento” físico e mental a que foram submetidas as crianças indígenas pelos jesuítas, passando pela adoção dos “enjeitados” no período colonial, pelo infanticídio com disfarce de Roda dos Expostos<sup>11</sup>, pelo trabalho quase forçado no mundo fabril e sem proteção às crianças, pela estigmatização da criança empobrecida em “menor”, em “pequeno bandido”, em “menor institucionalizado”.

Sidney Chalhoub (2012), em seu livro “A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista”, aponta a precarização da liberdade no século XIX, enfrentada por pardos e pretos, livres ou libertos. A escravização ilegal, após o “fim” do tráfico de escravizados, em 1831, era comum. O pressuposto de que qualquer negro fosse um escravizado até comprovar o contrário foi um legado transmitido às futuras gerações, pois a liberdade de negros pobres continuou sendo questionada, tendo como base o preconceito de cor e de classe. Com isso, os filhos e netos de escravizados e pessoas libertas tiveram oportunidades limitadas, implicando diretamente as vivências de meninas e meninos negros, relegados aos estratos mais desvalorizados da sociedade, sem acesso educacional de qualidade ou posições de poder, estando assim, como afirmado por Mamigonian (2016), sujeitos ao racismo aberto, mesmo não sendo oficializado.

No século XIX, logo após a Guerra do Paraguai, pensando em garantir que a abolição da escravatura no Brasil fosse realizada de forma lenta e segura para elite, o visconde do Rio Branco, foi um dos principais atores na criação da Lei Rio Branco, ou Lei do Vento Livre, promulgada no dia 28 de setembro de 1871. A elite refletia sobre os “grandes problemas” que iriam enfrentar se a abolição fosse realizada de maneira rápida. Um desses problemas, seria a perda da “mão de obra” escravizada, sendo necessário substituí-la pela força de trabalho imigrante assalariada e, para esse feito, precisavam de tempo. Outro fator que preocupava a elite da época era a política de embranquecimento, visto que, com a abolição ocorrendo rapidamente, a população seria majoritariamente negra. Assim, o projeto de embranquecimento da população seria “concretizado” com a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, além de supostamente resolver o problema que teriam em relação à “mão de obra”.

Nesse sentido, como precisavam de tempo, algumas leis foram promulgadas com o intuito de postergar a abolição. Devemos lembrar que, com forte pressão da Inglaterra, em 1850 foi promulgada a Lei 581/1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós<sup>12</sup>, cujo objetivo principal foi proibir o tráfico de africanos escravizados. A lei antirráfico, contra o comércio

<sup>11</sup> A roda dos expostos ou roda dos enjeitados consistia num mecanismo utilizado para abandonar recém-nascidos que ficavam ao cuidado de instituições de caridade (Telles, 2011).

<sup>12</sup> Lei Eusébio de Queirós: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm). Acesso em: 10/06/2025.

negreiro, barrava a principal fonte de renovação da população cativa (Lima, 2019). Diante desse contexto, o número de escravizados no país foi sendo reduzido. Logo, em 1871, ocorreu a promulgação da Lei do Ventre Livre e, posteriormente, a Lei dos Sexagenários<sup>13</sup>. Diante das pressões internas e internacionais pelo fim da escravidão, essas leis eram usadas como estratégia para preservar os interesses dos senhores de escravizados, ao mesmo tempo que reduzia gradualmente a população escravizada (Machado *et al.*, 2021).

Na discussão aqui empreendida, interessa refletir mais sobre a Lei do Ventre Livre, pois se trata de uma Lei que destaca a infância escravizada e suas nuances, que tem sentidos e conexões com a infância explorada no século XX, sobretudo de crianças negras. O principal objetivo dessa lei era que os filhos de escravizadas nascidos a partir da data de promulgação da lei seriam “como se livres fossem”. O status jurídico era de ingênuo<sup>14</sup>.

A Lei do Ventre Livre tinha brechas jurídicas que permitiam a continuidade da exploração da força de trabalho infantil, sob o disfarce de uma suposta liberdade. De acordo com essa legislação, os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir de sua promulgação seriam “livres”. No entanto, essa liberdade era meramente formal, pois, na prática, essas crianças permaneciam sob tutela dos senhores até os 8 anos de idade, e após isso, estes podiam escolher entre duas opções: libertá-las mediante indenização paga pelo Estado, ou mantê-los sob tutela até os 21 anos, sem indenização.

Não se tratava de uma alforria convencional, mas sim de um instrumento legal que reproduzia a lógica da escravidão sob outras formas. A figura da tutela implicava subordinação completa da criança à vontade do senhor, o que neutralizava qualquer sentido real de liberdade. A própria escolha dada ao senhor, evidenciava a prevalência dos interesses da elite. Muitos optavam por manter os ingênuos, sob sua guarda, garantido força de trabalho gratuita. Portanto, a Lei do Ventre Livre tinha um caráter profundamente conservador, favorecendo os senhores de escravizados e perpetuando formas de dominação, legalmente amparada. Assim como o Código de Menores de 1927 e 1979, que legitimavam a captação e exploração do trabalho de crianças empobrecidas, disfarçavam a verdadeira intenção sob a roupagem da proteção ou da liberdade, quando na lei institucionalizava novas formas de exploração.

Machado e Cardoso (2021), no texto intitulado “Germiniana e seus filhos: escravidão e morte”, tecem reflexões sobre a infância no período de promulgação da Lei do Ventre Livre.

<sup>13</sup> Lei dos Sexagenários: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3270.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm). Acesso em: 10/06/2025.

<sup>14</sup> Esse termo passou a ter especial relevância com a Lei do Ventre Livre. As crianças nascidas de mulheres escravizadas a partir daquela data não seriam mais consideradas escravas, mas ingênuas, ou seja, livre de nascimento, embora ainda continuasse submetida a diversas restrições (Ariza, 2017).

Suas análises têm como centralidade a história de Inocêncio e Jacinto, os quais foram torturados e assassinados pela Ana Rosa Viana Ribeiro em 1876. Trata-se de uma denúncia da残酷 da escravidão do século XIX, com crianças no Brasil. Sobre a dita lei, os autores dizem o seguinte:

Entre os 8 e 21 anos, o (a) ingênuo(a) ficava sob tutela senhorial ou poderia ser entregue aos cuidados do Estado, o que muito raramente acontecia. Além disso, a lei consolidava o direito dos escravizados adquirirem sua liberdade mediante a apresentação em juízo de parte de seu valor da negociação de indenização do restante por meio de contratos de trabalho. No entanto, a libertanda ou liberta era obrigada a deixar sua prole escravizada ou ingênua maior de 8 anos sob o domínio senhorial, de fato separando, mais uma vez mães e filhos(as). De fato, o que aconteceu após 1871 pode ser compreendido como um longo processo de erosão do poder materno por parte da mãe alforriada" (Machado; Cardoso, 2021, p. 94).

Em suma, o contexto da Lei do Ventre Livre foi um momento no qual senhores se aproveitaram para permanecer com a guarda das crianças "de cor", filhas (os) de escravizados, por meio dos processos de tutela. Tendo em vista que as crianças não teriam onde e com quem ficar, então o "melhor" seria permanecer com a criança sob seus "cuidados", sendo, perante a sociedade, um favor que estava sendo feito, pois não era mais de sua responsabilidade, já que era considerada igênuo, "como se livre fosse". Essas crianças continuavam sendo tratadas como escravizadas e desempenhando diversas atividades na casa dos "senhores" (Peçanha, 2018).

Para Peçanha (2018), durante o século XIX e até as primeiras décadas do século XX, o processo de institucionalização da criança brasileira fez com que o princípio de "proteção" se convertesse em mecanismo de agenciamento do trabalho infantil, sobretudo quando pensamos os efeitos da Lei do Ventre Livre. Esta lei, ao mesmo passo que representou um fim próximo da escravidão, foi também um mecanismo de assimilação da "mão de obra" infantil "de cor" em permanência servil – através da tutela.

Lorena Féres da Silva Telles (2011), em "Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)" analisa as experiências de mulheres escravizadas, libertas e descendentes livres por meio das inscrições e contratos de trabalho livre. Ao longo da narrativa, a autora conduz a reflexão sobre a suposta transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Percebe-se que a linha entre uma forma de trabalho e outra era bastante tênue. Nesse sentido, os dados e análises apontam para discussão do que significaria a liberdade no pós-abolição para as mulheres trabalhadoras domésticas. Desse modo, as dimensões de liberdade da época são percebidas permeadas por características, comportamentos e tratamentos provenientes do sistema escravista. O contexto de pós-abolição empurrou as mulheres negras

para trabalhos subvalorizados, e o trabalho doméstico foi uma das alternativas de trabalho para sobrevivência dessas mulheres, sendo o principal nicho de mercado para as mulheres negras depois da abolição e ao longo de todo o século XX, conforme apontado por Mamigonian (2016).

Tal reflexão tem relação direta com a renovação da leitura de temas e problemas pela produção recente, amparada numa História Social do Trabalho, que alargou a perspectiva de análise do trabalho e inseriu novos sujeitos nas pesquisas. Esse movimento na historiografia em relação ao trabalho possibilitou debates sobre alguns termos antes utilizados, por exemplo:

(...) à visão historiográfica que estabelece poderosas barreiras e diferenciações limitadas em relação ao significado de “trabalho”. Um exemplo revela-se na famigerada dicotomia entre escravidão e trabalho livre em que uma encaminharia de forma progressiva e linear para a outra, tornando as análises indiferentes às diversas modalidades intermediárias de trabalho. Em oposição a essa marcha, tornou-se mais interessante para os historiadores alargar o sentido do termo e admitir a concomitância e mesmo a interdependência de diferentes formas de trabalho ao longo da história, bem como reconhecer as incertezas dos limites legais que regulam tais relações (Silva, 2019, p. 192).

Assim, é válido refletir sobre a continuidade e temporalidades sobrepostas, pois pensar em ruptura total e em uma simples transição limita nossa perspectiva e análise. Partindo desse ponto de vista, não consideramos uma suposta dicotomia entre trabalho escravo e “trabalho livre” e muito menos, que ocorreu uma transição de forma progressiva e linear. Analisar a infância empobrecida no trabalho doméstico é visualizar, de forma escancarada, como as duas formas de trabalho continuaram coexistindo, e uma não marca o fim da outra.

Podemos afirmar que a área da história, como um todo, passou por muitas renovações, ampliações de temas e problemas, e abertura para novos métodos e abordagens. Um novo olhar destinado à história da infância de mulheres negras na historiografia tem revelado novas nuances desse contexto. Conforme Souza e Silva (2019), a exploração do trabalho infantil, sob diversas modalidades, marcou o Brasil oitocentista. Para esses autores, ser criança negra e pobre, nas principais cidades brasileiras do século XIX, parecia demarcar um destino inescapável de serviço doméstico na casa de famílias, onde a servidão e violência se tornavam parte do cotidiano. Logo, o trabalho doméstico está intrinsecamente relacionado à história da infância.

Em relação ao século XX, foi denominado por seus contemporâneos como o “século da criança”, pois acreditava-se no desenvolvimento de ações de cuidado e proteção voltados para criança nesse período. Entretanto, todos os acontecimentos deste século demonstram o contrário. Nesse sentido, o elevado número de mortalidade infantil era um impasse tanto na

Europa como nas Américas em finais do século XIX, começando a despertar o interesse médico sobre o assunto (Pessoa, 2018). Com isso, no início do século XX, ocorreram diversas tentativas de implantação de políticas públicas com intuito de reduzir o número de mortalidade infantil e proteger a infância, porém todos os indícios apontam que não passaram do papel e não tiveram uma prática efetiva. Longe de ser o século da criança foi o que mais as matou (Pessoa, 2018).

O Brasil, na década de 1930, foi palco de intensas transformações políticas e sociais, devido ao golpe instaurado no país nesse período. A partir desse ínterim, as crianças foram consideradas alvo de várias políticas públicas com objetivo de reduzir o número de mortes. O governo adotou tal postura em razão de a infância ter se tornado uma política de governo. Para o Governo de Getúlio Vargas, as crianças passaram a ser vistas como o futuro da nação, tendo em vista que seriam os futuros braços trabalhando para construção do país. Desse modo, o “interesse” direcionado para as crianças tinha como objetivo construir “mão de obra” de qualidade para a nação.

Alba Pessoa (2018), em sua tese intitulada “Pequenos Construtores da Nação: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945)”, apresenta diversos argumentos e fontes a respeito do assunto. Ao mesmo tempo que o Estado apresentava um discurso de salvar a criança para salvar o país, os tratamentos dispensados eram contrários. A autora problematiza como se deu o processo de disciplinarização da infância no Brasil, durante o período de 1930 a 1945, tendo como local de análise, a cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. Como pontuado por Alba Pessoa, a preocupação com a redução de problemas relacionados à infância no Brasil restringia-se aos espaços políticos e científicos, não se concretizando de forma efetiva na prática. O próprio presidente Getúlio Vargas, em um de seus discursos, ressalta a precariedade no atendimento às famílias empobrecidas das capitais brasileiras e do interior dos estados.

Um grande marco voltado para infância do país foi o Código de Menores, de 1927. Esse código, também chamado de Código Mello Mattos, foi o primeiro código de menores do Brasil e vigorou até o ano de 1979. As leis que constavam nesse código eram voltadas para pessoas abaixo de 18 anos de idade, consideradas abandonadas ou delinquentes. Normatizar e controlar os filhos de famílias empobrecidas eram as principais funções deste código. Existia, por trás disso, um interesse em preparar futuros cidadãos fortes e saudáveis para servir a nação no futuro, para tornarem-se mulheres e homens úteis à pátria (Pessoa, 2018). A preocupação do Estado era totalmente voltada ao trabalhador do futuro, ordeiro, disciplinado e obediente, não necessariamente em benefício da infância empobrecida.

Uma grande preocupação do Estado, em fins do século XIX e início do século XX, era a vadiagem. Com as diversas transformações era necessário ressaltar o valor do trabalho, diferente do que era percebido pela população como algo degradante, devido ao sistema escravista. Com isso, medidas de controle e coerção foram tomadas, a fim de introjetar o amor pelo trabalho e criminalizar a ociosidade. Importa destacar que “ociosidade” tinha conexão com a ideia da “vadiagem” que vem do século XIX, que atacava a população livre e pobre. Ou seja, ociosidade não tem um sentido stricto, não era “ficar sem fazer nada” - era uma maneira de classificar e violentamente criminalizar manifestações, costumes populares, sobretudo de populações empobrecidas com certo grau de independência, que não tinham senhor ou patrão. A ociosidade passou a ser combatida por Leis e Códigos que exigiam a ocupação produtiva. Nesse contexto, passou-se a utilizar o termo “menor” em referência à pobreza e à delinquência, deixando de se relacionar como sinônimo de criança. Desse modo, “menor” significava infrator, aquele/a que não seguia as normas.

Uma das pautas bastante discutidas, em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foi o futuro das crianças libertas e pobres, que poderiam se converter em um “mal” para a sociedade. Foi um momento de preocupação em relação aos trabalhadores “livres”, com diversas propostas de ordená-los e controlá-los. O Código de Menores foi uma das ferramentas utilizadas para o controle e repressão dessas crianças pobres e libertas.

Essa concepção de infância, relacionada às crianças de famílias em situação de pobreza, estava presente e latente em todos os estados do país. A abolição legal da escravidão, o início do período republicano e a chegada de ventos de modernidade no Brasil, como pontuado por Pessoa (2010), exigiam, além de mudanças políticas e econômicas, a implantação de novos valores de trabalho e de família, o que impulsionava novos olhares destinados à infância. Nesse sentido, a autora afirma que as políticas públicas voltadas para infância e o uso que se fazia do trabalho infantil são provenientes de um determinado momento histórico e de uma dada forma de olhar para criança.

Pessoa (2010) refere-se a percepção da infância desse período como período da vida destinado à aprendizagem. Aquelas crianças que possuíam uma família com recursos financeiros, durante essa fase da vida, não tinham grandes obrigações ou preocupações. Muito diferente das crianças pertencentes às famílias empobrecidas, as quais se dedicavam à aprendizagem para o trabalho desde cedo. Desse modo, o trabalho infantil era percebido como uma necessidade econômica e moral. Além de ajuda financeira para família, significava formação de caráter benéfico da criança em construção. Em relação à percepção de infância no Piauí, nos anos iniciais do século XX e durante as décadas posteriores, não difere em nada dessa

concepção.

A infância do Piauí, no século XX, é descrita por Pedro Vilarinho Castelo Branco (2009), em seu texto intitulado “A infância em Teresina nas primeiras décadas do século XX”. A pesquisa realizada teve como principal objetivo analisar a produção discursiva de um grupo de intelectuais piauienses, durante o século XX, sobre as novas concepções de infância. O argumento se organizava em torno da tese de que esta produção oferecia preceitos culturais que favorecessem o rompimento da mentalidade rural. O foco principal do autor são crianças pertencentes às famílias abastadas. Contudo, em apenas um parágrafo do texto, é descrita a infância de crianças pertencentes às famílias empobrecidas.

A infância das crianças filhas de “donos” de terras era percebida como continuidade da linhagem, sendo uma infância marcada pela concepção de infância como fase específica da vida humana. As crianças não eram percebidas como seres que necessitavam de cuidado e proteção. Não havia instituições exclusivas para atendê-las e educá-las; a partir dos sete anos de idade, a maioria estava envolvida com algum tipo de trabalho, engajada a aprender algum ofício. A mudança de perspectiva ocorreu de forma gradual, a partir dos anos finais da década de 1910 até 1920, pois começaram a seguir alguns debates em torno da importância da escolarização na vida de crianças abastadas. No entanto, como bem afirma o autor, essa mudança de perspectiva não englobava todas as crianças; muito pelo contrário deixou de lado as crianças empobrecidas.

A infância das crianças de famílias menos abastadas continuou sendo marcada com a preparação, desde tenra idade, para o mundo do trabalho. A mudança de perspectiva atingiu apenas as crianças de família abastadas, como sugere o autor durante o texto, no trecho seguinte ao se referir a essas crianças como a “grande massa” provenientes de “camadas populares”:

A grande massa das crianças, provenientes das camadas populares, continuavam enredadas em um ciclo de não escolarização e de baixos níveis de renda. Essas crianças serão engajadas, desde cedo, no mundo do trabalho. Os meninos torna-se-ão “os moleques de recado”, os aguadeiros e vendedores ambulantes de capim, ou ainda, em melhor situação, aprenderão ofícios práticos, como o de pedreiro, marceneiro, ferreiro, pintor ou carpinteiro, que lhes possibilitarão, na vida adulta, assumirem o papel de provedor familiar. Dariam assim, continuidade a velhas práticas de socialização infantil que, diante da valorização da escolarização, passaram a ser percebidas como arcaicas. As meninas serão as “molecas” que, desde cedo, entrarão no mundo do trabalho doméstico, como crias da casa, ou ainda como operárias, em alguma das pouca fábricas instaladas em Teresina no período. Para as camadas populares a indistinção entre infância e vida adulta continuava (Branco, 2009, p. 19-20).

No trecho em destaque, o autor descreve os ofícios seguidos pelas crianças

empobrecidas. Nesse sentido, o autor mostra a continuidade de indistinção entre infância e vida adulta para crianças de famílias menos favorecidas financeiramente, apesar da modificação da concepção de infância para outra parcela de crianças. Ao se referir às meninas, o autor menciona que eram chamadas de “molecas” e, na maioria das vezes, ingressavam no mundo do trabalho como “crias da casa”. Essa observação é importante para compreendermos o contexto que será analisado no próximo tópico desta dissertação. A centralidade desta pesquisa são as meninas pertencentes às famílias empobrecidas que tiveram suas infâncias suplantadas cruelmente pela exploração doméstica na cidade de Barras-PI (1980-1990). Por vezes, são feitos recuos ou avanços em relação ao recorte temporal em análise, a fim de compreender melhor o contexto da temática.

A perspectiva de proteção e cuidado em relação à infância empobrecida no país foi modificada legalmente apenas no ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal. No entanto, na prática, a situação continuou sendo um impasse, que se prolonga até a atualidade. A mudança de percepção em torno da infância das crianças pobres levou muito mais tempo para se efetivar de maneira legal. Enquanto essa mudança iniciou-se a partir da década de 1910, para as crianças abastadas, como destacado por Branco (2009), para a outra parcela marginalizada da população só começou de forma legal com a Constituição de 1988, e, mesmo assim, ainda sem plena aplicabilidade, como veremos adiante.

Pedro Vilarinho destaca, ainda durante o texto, a cidade de Barras-PI em relação à infância. O autor descreve a vida do menino Leônidas de Castro e Melo, filho do coronel Regino Melo, ressaltando sua infância na cidade de Barras-PI, no final do século XIX e início do século XX, além de abordar problematizações em torno da escolarização. Para os pais, a criança precisava aprender um ofício que lhe permitisse a continuar comandando os bens da família, embora já se discutissem outras possibilidades para infância, permeadas pela educação escolar e outros cuidados. Leônidas tornou-se professor, médico e foi um dos políticos nascidos em Barras. Governou o Piauí durante dez anos. Atualmente, o único hospital da cidade carrega seu nome: “Hospital Regional Leônidas Melo”. Contudo, o foco desta pesquisa são outras crianças da cidade, nas décadas finais do século XX, as empobrecidas, cujas vidas foram marcadas pela exploração na esfera do trabalho doméstico, as “crias da casa”. Como citado anteriormente, sabemos que a vida dessas crianças permaneceu permeada por relações laborais.

A partir do ano de 1965, o país encontrava-se imerso em ditadura civil-militar, um período de intensas transformações sociais, políticas e econômicas. Dois anos depois, em 1967, foi promulgada uma nova constituição, imposta à sociedade e carregada de retrocessos. Em relação à infância, por exemplo, houve a redução da idade de entrada no mundo do trabalho, de

14 para 12 anos de idade. Tal medida leva a refletir sobre o sentido da infância para as crianças empobrecidas e sua íntima relação com o trabalho. Após o período citado, em 1979 foi instituído outro código de menores, que, embora adotasse como doutrina a proteção integral, manteve o mesmo intuito de controlar e tornar úteis crianças empobrecidas.

Foram anos permeados pelo interesse do Estado em utilizar a infância em benefício próprio, sem realmente promover proteção e cuidado efetivos. Fazendo uso do termo de James Scott (2013), todas as leis voltadas à infância empobrecida no país constituíram-se como *eufemismos* utilizados pelo Estado. Scott considera eufemismo a ação realizada pelo dominador com intuito de minimizar as crueldades impostas ao oprimido, em termos “representativos”, ou melhor, com supostos bons propósitos, disfarçando a exploração. Desse modo, as leis voltadas à infância, ao tratarem o trabalho como algo positivo e de correção para as crianças empobrecidas, roubaram infâncias e empurraram crianças para diversos tipos de exploração. Infâncias marcadas essencialmente pelo uso da força de trabalho, bastante diferente da realidade vivida pelas crianças das famílias abastadas do país.

Com o fim da ditadura civil-militar, em 1985, foram realizadas eleições presidenciais, embora apenas o Congresso Nacional pudesse votar, em votação “indireta”. O presidente eleito morreu antes de assumir o cargo, e José Sarney, o vice, tornou-se presidente em seu lugar. Após três anos, em 1988, foi promulgada uma nova constituição no Brasil, conhecida popularmente de “Constituição Cidadã” a qual diferenciava-se das anteriores, apresentava um novo olhar para infância. O artigo 227 ressalta o seguinte:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

É perceptível a mudança de sentido em relação à infância na legislação brasileira a partir da Constituição Federal de 1988, a qual impulsionou, dois anos depois, o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no ano de 1990. O ECA, em um de seus artigos, proíbe o trabalho infantil. Tais mudanças de perspectivas na legislação, contudo, não significam que a sociedade rompeu totalmente com a visão de trabalho para as crianças empobrecidas como algo positivo. Ao contrário, até o momento atual, ainda se acredita no trabalho como algo benéfico para crianças sem muitos recursos financeiros. Em 2020, o próprio ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, defendeu, em um de seus discursos, o trabalho

infantil, com a seguinte frase: “Deixa a molecada trabalhar”. Em outro momento, afirmou: “Podem até fumar um paralelepípedo de crack, menos trabalhar”.<sup>15</sup>

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>16</sup>, de 2016, mostram que o Brasil tem 2,4 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, trabalhando. Os adolescentes pretos e pardos correspondem a 66,2% do total do grupo identificado em situação de trabalho infantil. Em relação ao perfil econômico das famílias com crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, 49,83% têm rendimento mensal *per capita* menor do que meio salário mínimo, sendo consideradas famílias de baixa renda. Todo esse contexto sobre a Infância no Brasil é importante para compreensão da concepção de infância no país, no século XX, com características específicas que se arrastam até os dias atuais.

No que diz respeito às fontes, devemos lembrar que a legislação e dados oficiais devem ser usados no texto com cautela. A utilização dessas fontes são, de certa forma, perigosa. No texto “Vênus em dois atos”, Saidiya Hartman (2020) alerta os pesquisadores em relação ao uso das fontes e à complexidade de escrever e estudar a população negra. A dificuldade reside em como não reproduzir o discurso do opressor e não violentar os sujeitos negros que foram e continuam sendo violentados pelas estruturas dominantes. As fontes oficiais apresentam esse perigo para as pesquisas. Ao recorrer à legislação, em muitos momentos surgiu o questionamento: “Estaríamos diante da reprodução de violências em relação às pessoas que este estudo apresenta?” Contudo, a necessidade de entender o contexto em sua totalidade exige a análise do dominante, entretanto com um certo cuidado. É necessário entender além do que está disposto de forma explícita nas fontes; é preciso compreender o implícito e o que nos é sugerido. Os discursos ocultos têm muito a nos revelar sobre diversos contextos e estruturas.

A pesquisa aqui apresentada tem como local de partida o mundo rural do Piauí, logo, faz-se necessário refletir sobre a infância nesse contexto. José de Souza Martins (2009) publicou a primeira edição do livro “Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano”, no ano de 1996, resultado de 30 anos de pesquisa. Nesse livro, o autor apresenta a infância rural no Brasil, no terceiro capítulo, denominado “Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida”. Ao evidenciar entrevistas com crianças sobre a luta pela terra, o autor possibilita a compreensão da infância de crianças empobrecidas no mundo rural. Ao falar sobre a pobreza e

---

<sup>15</sup> EXAME. “Deixa a molecada trabalhar”, diz Bolsonaro ao defender trabalho infantil”, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/exame.com/brasil/deixa-a-molecada-trabalhar-diz-bolsonaro-ao-defender-trabalho-infantil/amp/>. Acesso em: 28/11/2024.

<sup>16</sup> AGÊNCIA BRASIL. Trabalho infantil ainda é preocupante no Brasil, diz fórum. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-06/trabalho-infantil-ainda-e-preocupante-no-brasil-diz-secretaria>. Acesso em: 15/05/2025

infância de filhos de posseiros, o autor ressalta o seguinte:

Maria de Fátima R., também de 13 anos, disse-me que sua vida “é uma vida pensativa. Passa uns tempos bons e outros ruins. Mas dá de a gente viver assim mesmo. Porque [ser] pobre [em] todo lugar é ruim”. A alegria da brincadeira como exceção circunstancial é que define para as crianças desses lugares a infância como intervalo do dia, e não como um período peculiar da vida, de fantasia, jogo e brinquedo, de amadurecimento. Primeiro trabalham, depois vão à escola e depois brincam, no fim do dia, na boca da noite. A infância é resíduo de um tempo que está acabando (Martins, 2009, p. 116).

Martins (2009) se refere à infância como *resíduo de um tempo que está acabando*. A infância não é percebida como um período peculiar da vida, mas como um intervalo do dia, sendo a brincadeira, na vida dessas crianças, uma exceção circunstancial. Nesse sentido, a maior parte do dia das crianças rurais empobrecidas é permeada pelo trabalho. De acordo com o termo usado pelo autor, são adultos em corpos de crianças: nascia um adulto no corpo da criança diante da necessidade de sobrevivência. Por essa razão, fez-se referência à pobreza como algo “ruim”. Nesse contexto, o capital imobiliza e incorpora o trabalho da família toda; sendo assim, o trabalho marginaliza a infância dessas crianças. A infância passa a ser entendida e vivida como um intervalo do dia, tornando-se, com isso, uma *falsa infância*.

O autor ressalta ainda que a realidade é saturada pelas carências. O trabalho é considerado uma missão familiar de sobrevivência. A atividade laboral da criança completa os parcisos ganhos do trabalho dos pais e possibilita a sobrevivência. Esse contexto é evidenciado pelo autor no trecho seguinte: “(...) o tempo disponível para o lúdico foi amplamente sacrificado pelas carências cotidianas, que são também ampliação de necessidades decorrentes de cercamento da terra de trabalho e da supressão da possibilidade de sobrevivência dos pobres no campo” (Martins, 2009, p. 127).

Marilda Aparecida Menezes (2002), no texto “Memória de infância de mulheres e homens camponeses”, percebe a experiência da infância na vida de crianças do mundo rural da mesma forma que José de Souza Martins (2009): como um intervalo do dia. Seguindo a metodologia da História Oral, Menezes apresenta narrativas de homens e mulheres camponeses que têm o trabalho como centralidade de suas experiências de infância, sendo as brincadeiras relatadas como um intervalo do dia e não como uma fase peculiar da vida. Com isso, a autora defende que não existia ruptura entre a fase da infância e a vida adulta, mas sim uma junção entre as duas fases, intermediada pelas atividades laborais. O labor das crianças é parte da divisão social do trabalho na família camponesa. Além disso, é uma forma de socialização das crianças, que muitas vezes substitui a sociabilidade lúdica e a escola. A maioria das narrativas

analisadas evoca o sofrimento na infância em razão da necessidade de trabalhar, porque as famílias eram bastante numerosas e os pais não conseguiam dar conta do sustento sozinhos.

Uma de nossas interlocutoras, Maria, de 47 anos, parda, natural de Barras-PI, relatou sua experiência na infância. A entrevista foi realizada online, devido a pandemia de COVID-19. O contato com Maria foi estabelecido por meio de uma amiga em comum. Não conhecia Maria, mas, desde o primeiro contato, por meio de mensagens no whatsapp, ela mostrou interesse em participar da pesquisa. Maria, no início da entrevista, se mostrou tímida, no entanto, ao longo do diálogo, foi perdendo a timidez e ganhando confiança em descrever, com riqueza de detalhes, sua história. Maria continua sendo trabalhadora doméstica, então a entrevista começou à noite, após sua chegada do trabalho. Embora permaneça na profissão as condições de trabalho atualmente são melhores em relação aos seus direitos. Ao entrar na chamada pelo Google Meet, aguardei Maria e, em alguns minutos, ela entrou na chamada, pediu desculpas pelo atraso e começamos a conversar. Maria falava de alguns acontecimentos pela metade e, depois de algum tempo, retornava dando mais detalhes. Podemos considerar duas hipóteses para tal comportamento: 1) Maria lembrou, depois, de mais detalhes? 2) Maria adquiriu confiança e segurança em falar mais, conforme o tempo foi passando? Ao solicitar que Maria falasse sobre as condições de vida de sua família, ela descreveu o seguinte:

Teve um período que eles (os pais) viveram agregados. Não tô bem lembrada o nome das pessoas que eles moraram lá, na terra deles. Mas só que depois foi... como é que chama... foi desapropriado (a terra) pelo Incra. Aí foi quando eles ficaram de boa mesmo lá, tranquilo, terrenozinho da gente mesmo (Maria, 2021).

Na narrativa de Maria, a posse da terra significava melhores condições de vida para a família. Além disso, apresenta as condições da família como piores antes, quando viviam sob o sistema de moradia. Lembremos que, na cidade de Barras-PI, a terra estava concentrada nas mãos de poucas famílias tradicionais e abastadas da região. Muitas famílias empobrecidas sobreviviam e tinham onde morar por meio do sistema de moradia, realidade que começou a ser revertida em 1990, após muitos conflitos e violências. É nesse contexto que se insere a narrativa de Maria sobre o sistema de moradia e a posse da terra. Acreditava-se que, com a posse da terra, as condições melhorariam, porém em consonância com a posse, aumentou o número de homens migrando para outros estados em busca de trabalho, para manter a terra e garantir a subsistência da família.

Ao falar sobre as condições de vida de sua família ainda sob o sistema de moradia, Maria disse:

Era bem carente, bem sofrida, bem dependente. Tinha dia que a gente só arrumava para almoço, tinha dia que arrumava para janta, aquelas coisas... e era mesmo bem sofrido mesmo. Tinha vez que meus pais deixavam de comer pra dá para gente, porque a gente era entre três irmãs..." (Maria, 2021).

Nesse trecho da narrativa de Maria, as carências em relação à comida são evidenciadas. Com essa descrição, aponta a pobreza enfrentada por ela e pela família, a falta de comida suficiente. Então, denomina o período como “carente”, “sofrido” e “dependente”. Os pais ficavam sem se alimentar, priorizando a alimentação das filhas. Em seguida, Maria continua a narrativa, enfatizando a comida com as frases: “era muito precário” e “era muito difícil”:

Carne ninguém não ouvia nem falar o que era carne. Então, foi aquela infância bem sofrida, tinha dia que tinha, tinha dia que não tinha... era muito precário, era muito difícil. Carne ninguém não via nem falar o que era carne. Então, era aquele feijãozinho com ovo, aquela piabinha quando tinha, aquele famoso peixinho, aquelas coisas, era assim" (Maria, 2021).

O detalhamento da comida é uma tentativa de Maria ressaltar a situação de pobreza de sua família. Ao pedir que falasse de sua infância, lembrou a princípio da alimentação, das dificuldades enfrentadas pela família. A pobreza atravessava o cotidiano de mulheres e homens da zona rural em Barras-PI (Rocha, 2010). Lembramos nesse momento a frase dita por uma criança a José de Souza Martins: “Ser pobre em todo lugar é ruim”.

A segunda entrevista foi feita com uma prima, Joana, 43 anos, parda, casada, natural da zona rural de Barras-PI. Tomei conhecimento de sua história com o trabalho doméstico através de conversas com minha mãe sobre a pesquisa. Então, ao entrar em contato com Joana ela aceitou participar da pesquisa. Ao chegar em sua casa, ela já me aguardava sentada à mesa, com sorriso no rosto. Joana estava empolgada com o fato de conceder a entrevista. Ao longo do diálogo era evidente seu cuidado em pronunciar as palavras de forma correta. A entrevista feita com Joana, foi realizada ao final da pandemia de COVID-19; por esse motivo, conseguimos fazer a entrevista de forma presencial.

A empolgação de Joana em conceder a entrevista também percebemos ao estabelecer contato com Maria. É importante dizer que nem todos as pessoas que entramos em contato tiveram a mesma atitude. Esse estado de empolgação e entusiasmo são provenientes do sentimento de importância de suas histórias ressaltado pelo ato de conceder entrevista para a pesquisa, e ter alguém disposto a ouvir. Podemos relacionar esse aspecto à discussão realizada por Pollak (1989) sobre memória subterrânea, uma vez que essas são difíceis de localizar e exigem que se recorra ao instrumento da história oral, diferente da memória nacional

dominante, de fácil acesso. Com isso, o fato de conceder uma entrevista sobre uma memória que, por muito tempo, foi silenciada no espaço público é algo que exalta a importância dessa história para essas sujeitas. Devido ao teor do diálogo, o sorriso do início não se manteve; em alguns momentos, ficou com a voz embargada e com a fisionomia triste. De modo geral, em todas as entrevistas que realizamos, o silêncio das nossas interlocutoras ecoou intensamente em nossas reflexões. Nesse contexto, o silêncio significou muito mais do que a ausência de palavras: tornou-se uma válvula de escape de memórias marcadas pela dor.

O ato de falar é uma negociação entre quem fala e quem escuta. Ouvir se configura, então, em uma autorização na direção de quem narra. A fala que encontra escuta e a escrita oportuniza reconfiguração de poder na produção de um conhecimento. Portanto, a questão é realmente: “Quem pode falar?” (Spivak, 2010).

Joana, assim como Maria, morava com a família sob o sistema de moradia, mas, diferente de Maria, não mencionou a posse da terra. Suas lembranças sobre como funcionava o acordo estabelecido para o uso da terra apresentam certo esquecimento, denominado por ela como uma falha da memória:

Se eu não falho na memória, eu acho que a gente tinha que pagar alguma coisa. Quando fazia a roça, tinha que dar uma quantidade para eles... eu não lembro muito direito, porque eu era pequena naquele tempo. Mas eu acho que tinha que pagar alguma coisa para eles, quando apanhava o legume, tinha que dar alguma coisa para eles da roça (Joana, 2021).

Itamar Vieira Junior (2018), no livro “Torto Arado”, por meio da escrita literária, descreve como essas relações de troca por um pedaço de terra para morar e plantar aconteciam em uma fazenda fictícia chamada Água Negra. Plantar e entregar parte da colheita para os “donos da terra”, mesmo que a colheita não fosse boa, fazia parte do acordo de morada de famílias pobres de zonas rurais. Como dependiam da terra para ter o que comer e onde morar, eram submetidos a diversos tipos de exploração. O trecho destacado abaixo, da narrativa de Belonísia, uma das personagens da obra, ressalta a relação estabelecida entre moradores e donos da fazenda. Podemos observar o sentimento de revolta e indignação:

Sutério passava rigorosamente toda semana e levava o que podia. Mas não o deixava levar o melhor, como meu pai fazia por gratidão. Separava os legumes maiores para a casa, para meus pais. Só não deixava apodrecer nos pés, de desgosto, porque achava um desrespeito com a própria terra. Mas se desse para dar aos animais, eu dava, só para não deixar que ele levasse meu suor, minhas dores nas costas, meus calos nas mãos e minhas feridas nos pés, como se fosse algo seu” (Vieira Junior, 2018, p. 152).

Nesse trecho da obra, é descrito o sentimento em relação à divisão de parte da plantação, fruto do trabalho com a terra cedida, com o então “dono da terra”, semelhante a narrativa de Joana. Assim, apesar de ser uma obra literária, nos sugere como essas pessoas que vivenciaram tal contexto se sentiam diante dessa relação. As memórias de mulheres de Barras-PI ressaltadas se situam dentro do sistema de moradia, como apontado nas narrativas.

A moradia nas fazendas, na cidade de Barras, envolvia toda família, incluindo jovens e crianças, pois o “dono da terra” precisava do conjunto de “mão de obra” (Rocha, 2010). Essa condição de moradia era aceita pelas famílias, diante da situação de pobreza, como uma alternativa de sobrevivência. Diante disso, as normas impostas eram aceitas em troca da terra, para ter onde morar e onde plantar.

Alexandre Von Chayanov (1966) realizou pesquisas sobre sistemas econômicos não capitalistas em sociedades camponesas, os quais tinham como ponto de partida a “unidade econômica familiar não assalariada”. A força de trabalho infantil estava inclusa devido às necessidades dessa unidade de produção, que, na maioria das vezes, tinha relação direta com o tamanho da terra. O tamanho da família influenciava na quantidade de pessoas trabalhando na terra, sejam crianças ou adultos. Esse modelo de produção não tem como objetivo o lucro, e sim garantir a satisfação de necessidades básicas, como: habitação e alimentação. Era, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo. A criança a partir dos 5 anos de idade começava a ser introduzida no ambiente de trabalho de forma gradativa.

Muitas meninas ficavam em suas casas cuidando dos irmãos mais novos e/ou dos afazeres domésticos, enquanto os pais trabalhavam em prol da subsistência da família. Como assinalado por Martins (2009) ao falar sobre a menina Regimar e sua família: “(...) não pode ver que o capital mobilizou e incorporou à força de trabalho de toda sua família, inclusive ela mesma, sem cujo trabalho a mãe teria de deixar de trabalhar fora reduzindo a oferta de mão de obra para o capital nas terras violentas da fronteira mais remota” (Martins, 2009, p. 125). Em diversos estudos, as crianças aparecem também auxiliando nas atividades laborais de adultos e prestando serviços domésticos na casa dos “donos da terra”. De certo, o trabalho doméstico surge cedo na vida das mulheres, principalmente nas que pertencem a famílias empobrecidas do mundo rural. Portanto, os pais saem para trabalhar na roça, e as mães, na maior parte das vezes, saíam para quebrar coco<sup>17</sup>; com isso, os filhos mais “velhos”, ainda em tenra idade, ficavam em casa encarregados de cuidar dos irmãos mais novos e das atividades domésticas.

---

<sup>17</sup> A quebra do coco babaçu é uma atividade tradicional desempenhada, principalmente, por mulheres. Com objetivo de complementar a renda da família. A extração da amêndoas do babaçu é feita com a utilização de um

Durante a entrevista, Maria afirma que ficava cuidando dos irmãos mais novos quando seus pais saiam para trabalhar a fim de garantir a subsistência da família. Sendo assim, ela afirma que quase não teve infância, uma vez que não tinha tempo para brincar, já que tinha outras responsabilidades, como é possível observar no trecho a seguir:

(...) tipo assim, como eu era a filha mais velha eu já costumava ficar em casa sempre dando uma auxiliada nos irmãos mais novos, minha mãe saía para trabalhar com meu pai e eu ficava cuidando deles. Então assim, quase não tive uma infância de criança como era para ter, né? (Maria, 2021).

Nesse trecho do relato de Maria, em relação a sua infância na cidade de Barras-PI, destaca-se o peso das obrigações às quais ficava responsável quando era criança. O cuidado dos irmãos mais novos e as obrigações domésticas recaíam sobre as crianças que ficavam em casa enquanto os pais saíam para trabalhar. Nesse sentido, o tempo para brincadeiras era bastante escasso e, devido a isso a infância na vida dessas crianças, como afirmado por José de Souza Martins (2009), era apenas um intervalo no dia, e não uma fase peculiar da vida. Desse modo, a experiência de trabalho é preponderante na narrativa dessas mulheres ao indagar sobre o período da infância. Isso não significa que não brincavam, mas que o trabalho consumia parte considerável de seu tempo, tornando a brincadeira uma exceção circunstancial. Com isso, Maria afirma não ter tido uma infância como era para ter, porque esse período na vida de crianças em situação de pobreza no mundo rural é marcado por obrigações de adultos. Não existia uma dissociação evidente entre a fase da infância e a adulta (Menezes, 2002).

Menezes (2002) ressalta, em seu estudo, o relato de Dona Manuela, mulher de 44 anos de idade, a qual afirma que não teve infância, do mesmo modo que Maria, da narrativa anterior, porque não tinha condições de brincar. Uma vez que era filha de pais separados, e tinha que ajudar a criar os outros irmãos. Então, fez a seguinte afirmação: “Aí não sei o que é infância” (Menezes, 2002, p. 189). Portanto, foi feita a associação ao trabalho com a ausência de infância, evidenciando uma percepção de infância engolida pelo trabalho.

## 1.2 “NATURALIZAÇÃO” DO CATIVEIRO: RELAÇÕES LABORAIS PRECOCES

No dia 10 de março de 2024, o programa da rede globo “Fantástico” exibiu uma reportagem<sup>18</sup>, em caráter de denúncia, sobre as condições degradantes que uma mulher chamada Maria de Moura foi submetida ao trabalho doméstico desde tenra idade. Maria de Moura, de acordo com a reportagem, nasceu em Vassouras, interior do Rio de Janeiro, em uma família extremamente empobrecida. Além dela, havia 10 irmãos. Aos 12 anos de idade, foi morar com a família dos patrões de seu pai, em uma fazenda onde ele trabalhava. Maria de Moura trabalhou durante toda sua vida para essa família, prestando serviços domésticos, passando de geração em geração, até seus 85 anos de idade. Seu pai lhe entregou aos “cuidados” dessas pessoas com o desejo que a filha estudasse e tivesse melhores condições. Ao contrário do esperado pelo pai, Maria permaneceu sua vida servindo como doméstica e não estudou, tampouco usufruiu das promessas realizadas pelos patrões, os quais, na época, tinham uma filha da mesma idade e prometeram que cuidariam de Maria de Moura da mesma forma que cuidariam da filha deles. Anos depois, essa filha se tornou patroa de Maria de Moura.

Similar à história de Maria de Moura, o jornal El País<sup>19</sup> noticiou um caso flagrante de exploração doméstica em Patos, Minas Gerais (MG): o caso de Madalena. Escravizada desde os oito anos, foi resgatada aos 46 anos, em novembro de 2020, por meio de agentes de fiscalização do Ministério do Trabalho brasileiro. Madalena contou na reportagem que, em 1982, bateu à porta para pedir comida e a dona da casa, uma professora branca, prometeu adotá-la. Segundo a notícia a mãe de Madalena aceitou a proposta. No entanto, de acordo com o relato, a menina nunca foi adotada e nem voltou a estudar. Cozinhar, lavar e limpar tornaram-se sua rotina diária durante quatro décadas de sua vida. Ademais, os procuradores que investigam o caso afirmaram que Madalena nunca teve salário, folga ou férias; além disso, era proibida de se comunicar com qualquer vizinho. O resgate aconteceu por meio da denúncia de um morador do prédio. Madalena foi escravizada, realizando atividades domésticas ainda criança.

As histórias dessas mulheres se cruzam, assim como as diversas outras espelhadas pelo país. Mulheres que guardam em suas memórias traumas de suas infâncias, marcadas pela exploração doméstica na casa de terceiros. Diversos foram os casos noticiados recentemente

---

<sup>18</sup> FANTÁSTICO. Mãe e filho réus acusados de submeter idosa a trabalho análogo à escravidão durante 72 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/03/10/mae-e-filho-viram-reus-acusados-de-submeter-idosa-a-trabalho-analogo-a-escravidao-durante-72-anos.ghtml>. Acesso em: 26/05/2024.

<sup>19</sup> GORTAZÁR, Naiara Galarraga. Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil. El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-extremo-de-racismo-no-brasil-do-século-xxi.html>. Acesso em: 16/09/2022.

nos jornais locais e nacionais de mulheres resgatadas. Em 23 de maio de 2023, na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, uma mulher de aproximadamente 27 anos foi resgatada da casa de Danielly Medeiros, onde vivia em condições análogas à escravidão há 15 anos, na zona sul da cidade, no bairro Ilhotas. A vítima chegou a essa residência quando tinha apenas 12 anos de idade. A menina vivia com os pais e recebeu um convite de uma prima para passar a semana santa no Maranhão, segundo a reportagem do portal A10+.<sup>20</sup> Nesse ínterim, foi sequestrada e levada para Teresina, onde foi obrigada a trabalhar e era constantemente agredida física e psicologicamente. A polícia já havia iniciado investigações sobre o caso, no entanto malsucedidas. De acordo com a reportagem, a vítima contou à polícia que era trancada dentro do quarto, ameaçada e agredida todos os dias.

Nesse caso, a família da criança tentou recuperar a filha, e não foi uma “negociação” que fez com que a criança fosse levada para outro estado, como costuma acontecer em alguns casos. Na maioria das vezes, os pais entregam suas filhas a outras famílias para que essas tenham melhores oportunidades. Diante da falácia que seriam tratadas “como se fossem da família”, muitas crianças do mundo rural são arrancadas de seus lares e levadas para exploração na casa de terceiros, disfarçada de ajuda. As pessoas que levam as crianças para exploração no serviço doméstico são, em sua grande maioria conhecidos ou parentes, o que contribuía para o estabelecimento de confiança. A menina resgatada na casa de Danielly era afilhada dela. A madrinha ameaçava a família da criança de morte, caso tentassem buscá-la de volta. De acordo com a mãe da vítima, Danielly dizia que a menina iria estudar e ter melhores condições de vida; no entanto, isso nunca ocorreu. A menina era explorada nas atividades domésticas da casa, e até sua documentação foi expedida como incapaz.

É importante ressaltar que as denúncias e reportagens em torno da exploração doméstica no Brasil somente ganharam força após discussões e aprovação da tão conhecida PEC (Proposta de Emenda à Constituição) das Domésticas. A lei complementar 150, de 06/2015, que equiparou legalmente os direitos de trabalhadoras/es domésticas/os as/os demais trabalhadoras/as, causou grande repercussão, ampliando o número de pesquisas, produções audiovisuais e denúncias de exploração da força de trabalho doméstica infantil e adulta. É necessário, além disso, destacar que, mesmo tendo aumentado o número de denúncias, este ainda é ínfimo diante de tantas subnotificações. Isso ocorre, em partes, porque o trabalho

---

<sup>20</sup> BARREIRA, Ana Paula; COUTO, Ana. Mulher é presa após manter parente em cárcere privado por 15 anos em Teresina; vítima é resgatada. Disponível em: <https://a10mais.com/noticias/policia/mulher-e-presa-apos-manter-parente-em-carcere-privado-por-15-anos-em-teresina-vitima-e-resgatada-12012.html>. Acesso em: 24/06/2024.

doméstico é exercido em ambiente privado, contexto que dificulta e mascara a exploração de diversas meninas no país afora.

Como apontado anteriormente, o Brasil abriga um dos maiores contingentes do mundo de trabalhadores domésticos no qual existe uma enorme predominância feminina. Mais da metade do total de trabalhadores dessa categoria são mulheres, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), conforme o relatório do ano de 2010.<sup>21</sup> De acordo com os dados apresentados, o Brasil tinha 7,2 milhões de empregados domésticos, sendo 6,7 milhões de mulheres e 504 mil homens, aparecendo como o país com a maior população de trabalhadores domésticos do mundo, em números absolutos, segundo estudo feito em 117 países. Aliado a isso, existe ainda alta concentração de mulheres negras, empobrecidas, com baixa escolaridade e sem qualificação profissional.

Segundo Silvia Federici (2019), é uma atividade essencial ao bom funcionamento da economia, pois garante a reprodução da força de trabalho através das atividades de cuidado. No entanto, mesmo tendo importância central na organização social e econômica do país, é caracterizado pela desvalorização, invisibilidade e baixa regularização, distanciando-o do conceito de “trabalho decente”. O conceito de trabalho decente foi formalizado em 1999 pela OIT e pode ser definido como trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna.<sup>22</sup>

Um aspecto de destaque nesse contexto é que a maioria das mulheres regatadas narra o início da exploração doméstica a partir da infância. Como mencionado no tópico anterior, as memórias de mulheres exploradas no trabalho doméstico na casa de terceiros estão intrinsecamente relacionadas à história da infância. No livro intitulado “Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”, são apresentados, pela historiadora Preta-Rara, diversos relatos nesse sentido: memórias carregadas de sofrimentos e traumas sobre marcas da exploração cruel vivenciada por diversas mulheres. Posteriormente, ao longo das discussões realizadas, evidenciaremos algumas narrativas encontradas nesse livro (Preta-Rara, 2019). Preta-Rara é uma historiadora, rapper, turbanista e influenciadora digital que criou a hashtag #EuEmpregadaDoméstica, que viralizou na internet. Com isso, criou uma página onde passou a receber e compartilhar relatos escritos sobre o cotidiano de trabalho das domésticas

---

<sup>21</sup> BRASIL TEM O MAIOR NÚMERO DE DOMÉSTICAS DO MUNDO, DIZ OIT. Disponível em: <https://g1.globo.com/concursos-e-empregos/noticia/2013/01/brasil-tem-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-diz-oit.html>. Acesso em: 08/07/2024.

<sup>22</sup> O trabalho decente e o crescimento econômico. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/trabalho-decente-e-crescimento-econômico/>. Acesso em: 08/07/2024.

que atuaram e atuam em diferentes regiões do Brasil entre o século XX e os dias atuais. No ano de 2019, Preta-Rara transformou os relatos em livro.

O livro não tem um referencial teórico esmiuçado, apenas referências breves na apresentação. Os relatos de diversas mulheres compõem praticamente o livro todo. Logo no prefácio, a autora ressalta: “Esse livro mostra o quanto o Brasil ainda bebe em fontes coloniais, se banhando na servidão desde a escravidão.” Os relatos apresentados apontam grande semelhança com as características do período escravocrata brasileiro. Além de ser uma ferramenta de denúncia, este livro se constitui como uma importante fonte histórica para pesquisadores sobre a temática do trabalho doméstico.

As trabalhadoras domésticas, durante muitos anos, estiveram às margens dos direitos trabalhistas brasileiros. É incontestável, e consenso entre diversos pesquisadores, que os resquícios do período escravista no Brasil criaram um legado para o trabalho doméstico, caracterizado pela desvalorização. Como enfatizado por Mamigonian (2016), nosso presente é composto por diversas camadas do passado. A história da escravidão e do tráfico negreiro, apesar de parecerem distantes, estão bem próximas. Pensar que são páginas viradas é um engano: a exploração da força de trabalho humana continua sendo um grande problema. Como apontado pela autora, o presente está impregnado de passado, por isso é necessário diálogo com o período escravista do país, a fim de entender melhor o contexto de crianças inseridas precocemente no trabalho doméstico brasileiro e sua naturalização. Portanto, como afirmado por Norberto Ferreras (2022), a escravidão teve sua abolição apenas de forma legal, em 1888, com a Lei Áurea. No entanto, não significa que a escravização foi extinta, apenas encontrou novas estratégias para coexistir diante do novo contexto social, político e econômico do país.

Antes da PEC das Domésticas, com a Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, as trabalhadoras só tinham direito a 9 dos 34 direitos trabalhistas previstos na lei<sup>23</sup>. No final do século XX, o processo político democrático gerou grande pressão, que modificou o sistema legal do país. Ao longo da década de 1990 e dos anos 2000, a dinâmica

---

<sup>23</sup> IV - Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

VI - Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;  
 VIII - Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;  
 XV - Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.  
 XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;  
 XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;  
 XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;  
 XXI - aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;  
 XXIV - aposentadoria.

política facilitou reformas graduais, ajudando a superar disparidades entre trabalhadoras domésticas e outros setores trabalhistas. A ampliação da lei relacionada ao FGTS, a Lei n.º 11.324/2006, contemplou o descanso pago nos finais de semana, 30 dias de férias, licença-maternidade e proibições de descontos no salário por fornecimento de alimentos, lavagem de roupas ou moradia. O Decreto n.º 6.481/2008 implementou o estabelecido na Convenção n.º 182 da OIT, sobre “as piores formas de trabalho infantil”, e proibiu o trabalho doméstico para menores de 18 anos. Os riscos nessa forma de exploração infantil são muitos, inclusive, vários países o classificam entre os mais perigosos, proibidos para menores de 18 anos. No Brasil, esse tipo de trabalho está incluído na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP)<sup>24</sup>.

Somente em 2013, com a aprovação da PEC das Domésticas, a categoria foi equiparada legalmente aos demais trabalhadores. Em meio às discussões e à aprovação desta Emenda Constitucional, a historiadora Keila Grinberg (2013) publicou o artigo com título provocativo “Quem vai cortar o melão?”<sup>25</sup>, publicado no site “Vermelho: a esquerda bem informada”, ressaltando a continuidade das relações escravistas no atual contexto do trabalho doméstico no Brasil. A autora descreve a história de Joaquim José da Costa Portugal, um português que, em 1825, em meio à instabilidade política do país em relação à independência, resolveu voltar para Portugal levando consigo seus escravizados. No entanto, ao chegar em terras portuguesas, foi informado que não era possível desembarcar com Luciano e Carolina, os escravizados, pois a nova legislação portuguesa do trabalho não permitia. Diante disso, Joaquim argumentou que não havia como viajar sem ser servido pelos escravizados. Porém, não adiantou nada, pois eles foram alforriados. Essa história foi encontrada pela historiadora no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.

Nesse sentido, a reflexão e a crítica se fazem em torno da necessidade de ser servido, evidente na narrativa. A autora, ao apresentar essa história do século XIX, faz uma comparação com a contemporaneidade, marcada pelo mesmo desejo em ter alguém para servir.

No contexto de exploração infantil no trabalho doméstico, as famílias buscam “mão de obra” de baixo custo no mundo rural, onde diversas meninas vulneráveis, em situação de pobreza, ainda crianças, são retiradas de suas vidas e têm suas infâncias roubadas. Desse modo, muitas famílias conseguem explorar crianças, responsabilizando-as pelas atividades domésticas

<sup>24</sup> Lista TIP é uma sigla que identifica a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, instituída pelo Brasil no ano de 2008 pelo Decreto Nº 6.481/2008. Esse decreto regulamentou os termos descritos pela Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Lista TIP apresenta 93 atividades no Brasil prejudiciais à saúde, à segurança e a moralidade de crianças e adolescentes. As atividades são descritas apontando os prováveis riscos ocupacionais para as crianças e adolescentes e as possíveis repercuções à saúde.

<sup>25</sup> GRINBERG, Keila. Domésticas: Quem vai cortar o melão? 2013. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2013/05/17/domesticas-quem-vai-cortar-o-melao/>. Acessado em: 25/05/2024.

da casa. Como as crianças servem a família em troca de comida, moradia ou salários irrisórios, torna-se um bom negócio para os “empregadores”.

Muitas dessas famílias que recorriam as meninas para exercerem atividades domésticas não tinham sequer condições financeiras de contratar uma profissional adulta, registrada. O aliciamento de meninas no meio rural acabava se tornando uma estratégia de obter força de trabalho gratuita ou extremamente barata. Devemos considerar também, mesmo entre aqueles que possuíam recursos para pagar uma empregada de forma legal, era comum a busca por crianças ou adolescentes para realizar essas tarefas, com o objetivo de economizar.

Esse cenário revela uma realidade preocupante: a desvalorização histórica do trabalho doméstico, que é frequentemente visto como uma extensão das obrigações femininas dentro do lar, e não como um serviço profissional digno de remuneração justa. Essa percepção estava enraizada em uma sociedade marcada por nuances patriarcais, na qual tarefas de cuidado e da casa são atribuídas quase exclusivamente às mulheres, muitas vezes desde a infância, e naturalizadas como parte do seu papel social. Assim, o trabalho infantil doméstico se perpetua não apenas por razões econômicas, mas também por uma estrutura social que normaliza a exploração de meninas, reforçando desigualdades de gênero, classe e raça. Discutiremos mais a respeito desse assunto no próximo tópico.

Segundo Alba Pessoa (2018), o próprio Código de Menores legitimava a ideia de trabalho infantil como algo positivo, pois essa legislação entendia que a criança oriunda de família empobrecida, que não trabalhava e não estudava, era um potencial delinquente a ser controlado e reprimido pelas estruturas punitivas do Estado. Nesse contexto, era disseminada a ideia de trabalho infantil como desejável e enobrecedor para crianças empobrecidas. A frase “melhor trabalhando do que na rua” é um grande exemplo. Mesmo com a mudança de posicionamento do Estado em relação à institucionalização de crianças das classes desfavorecidas, com a promulgação da Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, a crença no trabalho infantil como algo benéfico para crianças em situação de pobreza ainda continuou persistindo.

Alba Pessoa pontua o seguinte a respeito desse contexto:

As condições de pobreza vivenciadas por grande parte da população, somada com a ideia de trabalho como valor positivo para a formação do caráter da criança, concorria para que os pais encaminhassem seus filhos para contribuírem com o sustento da família. Na maioria das vezes, o fato de a criança ser uma boca a menos para alimentar, em muito contribuía para o exíguo orçamento doméstico. Quanto à legislação voltada para o trabalho

desses pequenos, eram quase nulas, e as poucas existentes não eram cumpridas (Pessoa, 2018, p. 141).

Trabalho infantil corresponde a toda forma de ocupação, remunerada ou não, que priva crianças e adolescentes de vivências próprias da infância e adolescência, como brincar e estudar e se desenvolver plenamente. Além de impor responsabilidades desproporcionais à faixa etária, esse tipo de trabalho envolve tarefas inadequadas ao condicionamento físico e psicológico das crianças, colocando em risco sua saúde e segurança. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho doméstico infantil na casa de terceiros é uma das formas mais tradicionais e persistentes dessa violação de direitos.

Para compreender as raízes desse problema, especialmente em sua expressão no meio rural, é necessário analisar como se organiza a família camponesa e qual o lugar do trabalho na vida dessas comunidades. Nesse contexto, surgem camadas adicionais de complexidade, pois o trabalho infantil pode ser percebido não apenas como uma necessidade econômica, mas como parte de um sistema de valores morais e culturais. A respeito disso, Menezes fez algumas considerações:

Se a família camponesa é organizada como uma ordem moral, o trabalho das crianças não pode ser explicado pelos princípios da ordem econômica, mas por princípios da ordem “moral”. O trabalho infantil, em relações de trabalho assalariadas, é compreendido como consequência do processo de desigualdades sociais gerado pela acumulação. O trabalho de crianças, embora possa inviabilizar direitos básicos da criança, como a escolarização, é também concebido como um modo de vida centrado na associação entre trabalho, família e terra (Menezes, 2002, p. 206).

Para as famílias camponesas, a iniciação do trabalho na infância configura-se como uma prática social. Além de significar a cooperação dos braços de toda família, garantindo a sobrevivência, apresenta-se como processo de aprendizagem associado à transmissão do trabalho como valor, que constrói mulheres e homens honrados, como apresentado por Menezes (2002). Tal perspectiva de trabalho facilita que meninas, em tenra idade, sejam presas fáceis da exploração infantil doméstica na casa de terceiros.

Na narrativa de Maria (2021), durante seu relato afirmou ter saído de casa pela primeira vez para trabalhar como doméstica com apenas 9 anos de idade. Mas, quando saiu de sua casa não sabia que iria trabalhar como doméstica; não conhecia o lugar e muito menos as pessoas que iria conviver. Uma tia disse ao seu pai que havia uma mulher procurando uma menina apenas para brincar com sua filha. A proposta foi aceita e Maria saiu da cidade de Barras e foi para outro município chamado Picos. De Barras para Picos são 438 km, aproximadamente 6

horas de carro. Picos, geograficamente, é cortado pelo rio Guaribas e situa-se na região centro-sul do Piauí, sendo um polo comercial no estado.

Ao chegar, foi posta para realizar, as atividades domésticas da residência e cuidar de uma criança. Maria sintetiza sua indignação nos seguintes dizeres: “Aí, eu fui lá, essa era intenção: de brincar, né? Só apenas brincar com essa menina, quando na verdade cheguei lá, não era brincar, era trabalhar puxado mesmo: lavar, passar, limpar os quartos das menina” (Maria, 2021).

Nesse trecho, fica evidente que Maria e os seus foram enganados. Desde o princípio, a procura era por uma menina para trabalhar e não para brincar. Dizer que a criança iria apenas brincar com outra era apenas um eufemismo para esconder as reais relações que iriam se desenvolver naquele contexto, além de servir para convencer os pais da criança. Mas devemos refletir com cuidado sobre a posição dos pais nesse cenário. Alguns deles provavelmente, sabiam da existência de outros casos semelhantes na própria família ou de conhecidos, e mesmo assim deixavam suas filhas serem levadas. Mas porque “aceitavam?” O primeiro ponto é que eram forçados pelas circunstâncias e condições de vida; o segundo ponto é que se agarravam à esperança de que seria diferente de outras experiências, marcadas por abusos e exploração. Dessa forma, configura-se em autoengano. Não estamos dizendo que a vítima ou as vítimas são culpadas, mas sim tentando refletir sobre o contexto de uma forma ampla.

Quando essas crianças são retiradas de seus lares no meio rural e levadas à casa de terceiros para exploração infantil doméstica, para executar atividades que lesam sua integridade física e atrapalha seus estudos, estamos diante da exploração doméstica do corpo de uma criança. As promessas feitas à família e à própria criança no local de origem, ganhavam/ganham uma nova dimensão quando a criança chegava no seu novo “lar”: a exploração infantil. Nesse ínterim, a criança deixava de ser visualizada como criança e passava a ser tratada como um adulto, cuidando muitas vezes de crianças um pouco mais novas ou da mesma idade. Todas as promessas feitas eram rapidamente substituídas por muito trabalho e humilhações como apontado na narrativa de Maria.

Outro ponto de destaque é que alguns responsáveis pela criança sabiam que ela iria para trabalhar, porém as promessas de uma vida confortável e estudos se sobreponham ao trabalho que seria realizado pela criança. Além disso, devemos lembrar que para pessoas do meio rural o trabalho é sinônimo de caráter, dignidade e honra. Desse modo, o trabalho é visto como algo que significa o sujeito/a.

Essa naturalização do trabalho precoce encontra respaldo, inclusive, na própria legislação brasileira. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Lei 8069/1990) foi um

marco de mudança de perspectiva na legislação brasileira no que diz respeito à infância no Brasil. Seu principal objetivo é a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Entretanto, até o ano de 2008 legitimava o trabalho infantil doméstico, pois o artigo (248) determinava a regularização da guarda do adolescente empregado na prestação de serviços doméstico. Somente quando o Brasil aprovou a lista de piores formas de trabalho, em 2008, esse artigo foi revogado<sup>26</sup>. Medida bastante recente. Dessa forma, percebe-se como o trabalho doméstico estava/está enraizado na sociedade brasileira, a tal ponto de ser contemplado com um artigo pelo próprio ECA.

Esse tipo de exploração infantil esconde-se na realidade de diversas residências brasileiras. Assim, a “naturalização” da exploração mascarada de ajuda rouba infâncias de crianças empobrecidas no Brasil e no mundo, como apontado pelo relatório da Organização Internacional do Trabalho sobre o trabalho infantil no ano de 2008. Como ressaltado anteriormente, os aliciadores de crianças fazem uso de algumas estratégias. Mas devemos observar que o ato de doar uma filha para outra família também se configura como uma estratégia, mas, nesse caso, uma estratégia de sobrevivência diante das condições de pobreza. Contudo, essas pessoas não assumem o lugar de vítima sabendo da exploração. Como afirmado por Norberto Ferreras (2022), ninguém se converte em vítima de forma voluntária. O engano e vislumbre de oportunidades convertem meninas em vítimas da exploração doméstica, e a “aceitação” ou “negociação” prévia não significa a ausência de crime. Desse modo, a “naturalização” desse processo não ocorre devido ao não reconhecimento da exploração, mas sim devido à preponderância da percepção de ajuda.

Esse cenário cruel foi destacado no curta-metragem “Você viu a Rosinha?”<sup>27</sup>, produzido pela professora Célia Gurgel, da Universidade Federal do Ceará – UFC, em 2007. O qual conta a história de uma criança que foi levada de sua casa, no interior, para casa de sua madrinha na capital. Um ano depois de sua ida, a mãe foi procurar pela filha na casa da madrinha, porém não encontrou a menina. Então, iniciou buscas pela filha, Rosinha, na vizinhança. Ao perguntar sobre a filha e afirmar que havia saído do interior para estudar, todos discordavam do que ouviam, levando a mãe a saber que Rosinha não estava estudando como imaginava. Para os pais, Rosinha havia ido para a capital em busca de seus estudos; no entanto, para madrinha, sua ida significava ter uma doméstica para lhe servir. A história retrata a exploração de uma criança

<sup>26</sup> A Lista TIP regulamenta a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foi instituída no Brasil pelo Decreto nº 6.481/2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm). Acesso em: 17/02/2025.

<sup>27</sup> GURGEL, Célia. Você viu a Rosinha? Universidade Federal do Ceará (UFC), 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i5DLzwV-ao&=1480s>. Acesso em: 25/05/2024.

no trabalho infantil doméstico, um grave problema social muito comum no Brasil e no mundo. Além de apontar estratégias usadas para aliciar crianças no mundo rural.

Infelizmente, esse caso não se limita à ficção. Muitas crianças enfrentaram situações semelhante e até piores, em que as promessas de cuidados e educação se transformaram em exploração doméstica. O relato a seguir descreve o cotidiano de uma menina que foi arrancada do interior do Rio de Janeiro aos quatro anos de idade e teve sua infância interrompida pela exploração e pelos abusos. O relato diz o seguinte:

Sou de um município muito pobre no interior do RJ, e aos 4 anos fui tirada de casa por uma família que prometeu aos meus pais que iria estudar, fazer pequenos serviços como tomar conta de outra criança. Aí começou o meu pesadelo, eu trabalhava igual condenada mesmo sendo apenas uma criança arrumava a casa inteira subia no banco para lavar louça, era abusada pelo homem da casa que me fazia ver revistas de pornôs enquanto abusava de mim, meus talheres eram separados, e ficavam em baixo da pia, e não recebia salário, recebia apenas restos de comida e roupa velha (Preta- Rara, 2019, p. 154).

Esse é um dos relatos cruéis da exploração infantil doméstica, tão naturalizada e, por vezes, invisibilizada em nossa sociedade. A menina, aos 4 anos, foi retirada de sua casa para cuidar de outra criança e realizar atividades domésticas desproporcionais à sua condição física. Além da exploração laboral, era explorada sexualmente pelo homem da casa que lhe obrigava a ver revistas pornôs. Essas meninas ocupavam posição de vulnerabilidade, tanto por se tratar de uma criança como por estar longe da família de origem, sendo assim expostas a abusos de todos os tipos.

Conforme argumentado por Cunha (2018), as crianças de famílias empobrecidas estão em situação de vulnerabilidade, o que facilita a manipulação e permite sua captação para os trabalhos degradantes, com submissão às jornadas exaustivas, incompatíveis com sua condição física e psicológica. Até o desamparo protetivo parental soma-se à sua vulnerabilidade a esse tipo de trabalho. A maior parte dessas crianças eram/são provenientes de famílias super exploradas. O trabalho da criança se torna uma necessidade diante das condições precárias de sobrevivência.

Destarte, em síntese, crianças camponesas foram e continuam sendo colocadas em situação de exploração em diferentes regiões do país. Em muitos casos, são parte de uma “negociação”, se é que podemos denominar assim, estabelecida entre exploradores e familiares das vítimas. As famílias às quais essas crianças pertencem são empobrecidas, com grandes dificuldades de manter o básico para sobrevivência. Com isso, as promessas de melhores

condições de vida, possibilidade de estudar e pertencer a uma família mais abastada funcionavam como uma válvula de escape da situação de pobreza e privação. Esse contexto facilita a arregimentação de meninas para a cruel exploração infantil doméstica, disfarçada de ajuda e “naturalizada” no Brasil.

### 1.3 MENINAS NEGRAS: GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Beatriz Nascimento (2021) argumentou, em seus estudos que a mulher negra é um dos principais exemplos de cristalização da estrutura de dominação, pois, desde a escravidão, ocupa lugares que lhes foram atribuídos como “seus”. Caracteriza-se, assim, a existência de uma continuidade da herança escravocrata no que diz respeito à mulher negra. As permanências patriarcais e racistas na sociedade brasileira nos explicam muito sobre a exploração predominante de crianças negras no trabalho doméstico. Nesse sentido, as vidas de ontem e hoje de meninas e mulheres negras são marcadas por essa ferida ainda aberta em nossa sociedade. Percebe-se uma continuidade na forma de ver e pensar o mundo. Embora os novos contextos apresentem novas estratégias de opressão e dominação, as semelhanças são bastante explícitas. É “Por essas e outras que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação: social, racial e sexual (Gonzalez, 2020, p. 217). “Portanto, as imagens construídas historicamente sobre as mulheres negras continuam produzindo formas particulares de violências vividas presentemente por elas (...) (Carneiro, 2020, p. 161-162).

A escravidão foi central na construção do trabalho doméstico atual e nas formas como essas trabalhadoras têm sido tratadas ao longo do tempo, destacando-se como uma construção colonial (Teixeira, 2021). Um dos debates constantes nos estudos de feministas negras é a diferenciação de experiências de mulheres negras, negando a perspectiva da mulher universal. Nesse sentido, um dos argumentos é que as mulheres negras, desde a escravidão, ocuparam espaços públicos e privados trabalhando. Devemos ressaltar que, após a abolição, o trabalho doméstico se tornou a principal forma de sobrevivência de mulheres negras, que, em sua maioria, iniciavam ainda na infância, como ressaltado em estudos de Lélia Gonzalez (2020), Beatriz Nascimento (2021) dentre tantas outras pesquisadoras negras. Desse modo, Sueli Carneiro (2003) afirma que as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada do discurso clássico de opressão sobre a mulher, existindo ainda uma diferença qualitativa do efeito da opressão sofrida na identidade feminina de mulheres negras.

A exploração de meninas negras no trabalho doméstico expressa marcas profundas do colonialismo na atualidade em nossa sociedade. Marcas essas que evidenciam o patriarcado, racismo, dentre outras marcas da colonização, que se fazem vivas e pulsantes, como uma ferida que parece não ter cura. A psicóloga Grada Kilomba (2019), ao analisar o racismo cotidiano, aponta sua atemporalidade. Para ela, o sujeito negro é posto em uma “reencenação” do trauma social tornando-se cativo do “outro”, sendo forçado a ocupar um lugar de inferioridade, de objeto, de subordinado e diferente. Nesse sentido, ao levantar reflexão sobre o tempo no racismo cotidiano, Kilomba ressalta que a cena colonial persiste em se repetir e vem à tona por meio da branquitude, apesar de estar localizada em um passado histórico. Além disso, outra característica do racismo é a realidade traumática, denominada como “choque violento” pela autora, o qual tem a finalidade de descrever a sensação dessa experiência. Desse modo, a realidade traumática revela a experiência de um passado que não passou.

Ao falar sobre trauma colonial, a autora busca embasamento na ideia de *plantation*, a qual se trata da memória da história coletiva vivenciada pelas pessoas negras, que carregam consigo as dores e as marcas das humilhações, ofensas, maus-tratos, rememoradas e revividas nos episódios de racismo cotidiano. As memórias coletivas do trauma colonial tornam explícito o padrão de abuso racial violento e expõem a acumulação de acontecimentos violentos. Kilomba conceitua racismo cotidiano como uma experiência traumática, sendo o “trauma colonial” vinculado ao “trauma individual”. Assim, apresenta como características do trauma: o choque violento, a separação e a atemporalidade.

O choque violento faz referência à opressão racial esperada pela pessoa negra, mas sempre recebida com choque e surpresa. Significa, então, que a pessoa negra, apesar de esperar, nunca estará preparada para absorver a experiência violenta do racismo. Os vários episódios de racismo reproduzem a história colonial coletiva. Em relação à separação, há o isolamento da sociedade que o cerca, e a atemporalidade é o fato de o racismo cotidiano, situado no presente, levar a pessoa negra a uma cena do passado. Podemos observar de forma explícita as características de trauma presente na estrutura do trabalho doméstico e na memória narrada pelas interlocutoras desta pesquisa.

Kilomba realiza suas análises sobre trauma embasadas na psicologia. Nesse sentido, o trauma é entendido a partir das três características citadas acima. Em primeiro lugar, acontece um evento violento e inesperado, que produz um choque; em segundo lugar, ocorre um rompimento de laços e conexões com a sociedade, gerando fragmentação; e, por último, há a atemporalidade, onde passado e presente se entrelaçam. A categoria trauma é fundamental em nossas reflexões, tendo em vista que estamos analisando memórias traumáticas. Desse modo, é

válido ressaltar que nosso entendimento sobre trauma também é proveniente da psicologia, assim como a categoria memória, a qual recorremos a estudos da área da psicologia, a partir de Ecléa Bosi. As experiências de nossas interlocutoras se situam nessas três características do trauma: primeiro, o choque em relação às experiências violentas vivenciadas na infância; a separação do seu núcleo familiar e até mesmo da sociedade, pois tornam-se invisíveis; e, a atemporalidade de suas memórias relembradas com dor no presente<sup>28</sup>.

Retomando a reflexão sobre as intersecções de opressões, de acordo com dados disponibilizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a maioria das crianças inseridas no contexto de exploração infantil doméstica, na casa de terceiros, são meninas. Saffioti (1985) destaca o patriarcado como responsável por introjetar na sociedade a crença da naturalização dos papéis domésticos como algo pertencente ao sexo feminino. A autora ressalta ainda que o patriarcado, racismo e capitalismo atuam em conjunto. Diante disso, a maior parte dessas meninas exploradas no trabalho doméstico eram pertencentes a famílias empobrecidas e negras. Silvia Federici (2019), no livro “O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista”, assinala que a naturalização do trabalho doméstico como algo feminino é uma estratégia do sistema capitalista para explorar e reproduzir a força de trabalho. Assim, a intersecção de gênero, raça e classe deve ser considerada durante a análise desse contexto.

Conforme explicado por Federici (2019), o trabalho doméstico não é um trabalho como os outros, mas sim a manipulação mais disseminada da violência sutil perpetrada pelo capitalismo. A autora acrescenta ainda que esse trabalho não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, sendo visualizado como uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da natureza feminina. Desse modo, o trabalho doméstico foi transformado em atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho.

Com isso, é evidenciada a dificuldade em perceber a atividade doméstica dentro da categoria de trabalho, uma vez que este se insere em uma estrutura secular que restringiu lugar social à ideia de feminilidade. Em outras palavras, o serviço executado no lar é tratado como algo natural à condição feminina. Tal situação impossibilitou que o trabalho realizado majoritariamente por mulheres fosse entendido dentro da categoria de trabalho, caracterizando-o como não-trabalho. Partindo desse ponto de vista Federici (2019) diz que “a questão das

---

<sup>28</sup> No último capítulo, retornaremos a essa discussão e aprofundaremos a reflexão sobre trauma e memórias traumáticas.

mulheres” se transformou em uma análise do trabalho doméstico como fator crucial na definição da exploração das mulheres no capitalismo” (Federici, 2019, p. 23). Em parte, a naturalização do serviço doméstico à condição feminina reforçou a não remuneração e a manutenção da subalternidade das mulheres.

Diante disso, acreditamos que a abordagem interseccional é indispensável nessa análise. O termo faz referência a uma ferramenta analítica baseada na relação entre categorias de opressões que se intercruzam. As discussões sobre interseccionalidade surgiram por meio das lutas e teorizações dos movimentos feministas negros nos Estados Unidos e no Reino Unido entre 1970 e 1980. O movimento Black Feminism foi extremamente importante e produtivo no desenvolvimento das teorias feministas no meio acadêmico. Com a entrada em maior número dessas mulheres no meio acadêmico, conseguiram atingir um desenvolvimento sociológico do pensamento das mulheres negras naquela época<sup>29</sup>. Somente em 1989, o conceito foi sistematizado por Kimberlé Crenshaw. O conceito sugere que, em contextos específicos, as categorias sexo, gênero, sexualidade, religião e classe, se intersectam e interagem, gerando um sistema de opressão que revela a intersecção de múltiplas formas de discriminação.

Podemos observar análises realizadas antes disso, relacionando três categorias, sem o uso do termo interseccionalidade. Como no livro intitulado “Mulheres, raça e classe” de Angela Davis (2016), ao ressaltar a escravidão do século XIX nos Estados Unidos, um contexto terrível de violência e expropriação de corpos, a autora evidenciou os desafios enfrentados pela população negra no pós-abolição, especialmente no que se refere às mulheres. No decorrer do livro, a autora destaca a ligação entre raça, classe e gênero, e como essas categorias devem ser analisadas de forma conjunta. Na esfera do trabalho doméstico, a relação entre essas categorias é algo explícito: mais da metade são mulheres/meninas negras, pertencentes a famílias empobrecidas. Isso corrobora para uma maior vulnerabilidade de mulheres e meninas no âmbito desse trabalho.

Angela Davis (2018), em sua obra, “A liberdade é uma luta constante”, chama atenção para o entrelaçamento entre raça, classe e gênero:

Ainda estamos diante de aprender as formas complexas como raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade e capacidades se entrelaçam e como superamos essas categorias para entender as inter-relações entre ideias e processos que parecem ser isolados e dissociados (Davis, 2018, p. 21).

---

<sup>29</sup> O QUE É INTERSECCIONALIDADE? Disponível em: <https://www.politize.com.br/interseccionalidade-o-que-e/> [https://www.politize.com.br/&gad\\_source=1&gad\\_campaignid=1988281103&gbraid=0AAAAADgJLRwwuNWUUvpI7KKE\\_7ILkbDO7&gclid=CjwKCAjw6vHHBhBwEiwAq4zvAw3HSnhGKIvtA7jbSgFF5pkvYy66pFTX2UDNJ5n3dGC8ZH9EN9wQxoCWnkQAvD\\_BwE](https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gad_campaignid=1988281103&gbraid=0AAAAADgJLRwwuNWUUvpI7KKE_7ILkbDO7&gclid=CjwKCAjw6vHHBhBwEiwAq4zvAw3HSnhGKIvtA7jbSgFF5pkvYy66pFTX2UDNJ5n3dGC8ZH9EN9wQxoCWnkQAvD_BwE). Acesso em: 15/09/2025.

Em obra mais recente, *Memórias da plantação* de Grada Kilomba (2019), mencionada anteriormente, a noção de interseccionalidade está presente na sua análise, mas não de forma teórica. Ao narrar suas vivências, fica explícita a discussão interseccional, ou seja, a relação que faz entre as categorias de raça, classe e gênero. Uma de suas memórias que remetem a essa ligação entre categorias foi sua ida ao médico quando tinha entre 12 e 13 anos de idade. Assim que adentrou o consultório, o médico perguntou se ela gostaria de limpar a casa dele. Para a autora o fato de ser uma menina, pobre e negra induzira o médico a fazer tal indagação. Assim como essas autoras, Lélia Gonzalez e outras estudiosas negras já realizavam reflexões sobre as diversas opressões que se cruzam na vida de mulheres negras, muito antes de Kimberlé Crenshaw denominar como interseccionalidade.

Kilomba denomina racismo genderizado a opressão racial sofrida por mulheres negras, estruturada por perspectivas racistas de papéis de gênero. A autora aponta o lugar de servilismo direcionado às mulheres negras e, assim como outras feministas negras, critica a falsa ideia de sororidade universal. Desse modo, afirma que os corpos dessas mulheres, desde o projeto colonial, foram inseridos na representação lógica de subserviência, em que eram enclausuradas em um momento, como hiperssexualizadas; em outro momento como provedoras de leite para os filhos de brancos; e ainda como procriadoras de filhos para abastecimento do sistema escravocrata. Nesse contexto, a mulher negra ou menina negra, era/é posta em um espaço de múltiplas opressões. É importante ressaltar que por tornar-se representante da raça, a opressão que as mulheres e meninas negras vivenciam é, antes de todas as outras, relacionadas à raça.

Para Bernadino-Costa (2015) o trabalho doméstico no Brasil é emblemático. Classe, raça e gênero, entre outras dimensões da vida social, interagem na geração de desigualdades persistentes. Diante disso, compreendemos a importância de visualizar estas categorias simultaneamente no trabalho doméstico infantil no Brasil, que, segundo o autor até teve uma redução nos últimos anos, mas continua sendo visualizado na sociedade como algo natural para meninas pobres e negras. Um reflexo direto da estrutura patriarcal e racista.

Essa análise se amplia quando observamos o cenário em nível global. O relatório “Eliminar o trabalho infantil doméstico e proteger os jovens trabalhadores das condições de trabalho abusivas”, publicado pela Organização Internacional do Trabalho, no ano de 2012, reforça a gravidade e a extensão do problema. O documento aponta que milhões de crianças em todo o mundo, principalmente meninas, realizam trabalho doméstico remunerado ou não remunerado em domicílios de terceiros. Ao longo do relatório são mostradas diversas fotos de crianças no trabalho doméstico em diversos países diferentes do mundo.

Neste contexto, diversas meninas negras migram do meio rural para outras cidades ou estados em busca de melhores condições de existência e acabam caindo nas garras do trabalho análogo à escravidão. As crianças inseridas dentro do contexto de exploração doméstica são invisíveis para a sociedade, e suas vozes não são ouvidas por estarem dentro do âmbito privado. Ser do sexo feminino e negra são dois marcadores que intensificam a sua posição de subalternidade na sociedade brasileira, guiada por uma visão racista e patriarcal. Essas meninas ocupam uma posição de *outsider within*, em outras palavras, de estrangeiras de dentro, termo utilizado por Patrícia Hill Collins (2016). Ao mesmo tempo que estão dentro da casa e participam das atividades, pertencem apenas parcialmente àquele lugar, ocupando uma posição de subalternidade diante de todos os membros da família.

Collins (2016) faz reflexões importantes no que diz respeito às complexas opressões de raça, gênero e classe as quais atravessam as vidas de mulheres negras inseridas na exploração doméstica. No entanto, a crítica contundente em torno dos estudos dessa autora refere-se à proposição de aliança com as mulheres brancas. Dessa maneira, ressalta o protagonismo de gênero em detrimento da raça, diferente de Beatriz Nascimento a qual propõe uma união da raça, pois os homens negros ocupam uma posição abaixo das mulheres brancas. É necessário, para além do exposto, perceber que o racismo não é uma questão do passado, e sim do presente, sendo fundamental para o capitalismo, assim como as atividades domésticas reprodutivas desempenhadas por mulheres e meninas negras.

No que se refere à família constituída por pessoas negras, esta geralmente ocupa cargos subalternizados, ocasionando diminuição nos rendimentos para satisfazer as necessidades básicas de todos os membros da família. Nesse sentido, Lélia Gonzalez (2020) chama atenção para a maior quantidade de membros da família negra trabalhando para obtenção do mesmo valor, que uma família branca recebe com menos pessoas trabalhando do núcleo familiar. Tal contexto, para autora, conduz à inserção da criança negra em atividades laborais precoces e ao afastamento da educação formal, que, em tese, lhes garantiria, no futuro uma posição social relacionada ao trabalho. Seguindo sua argumentação, a autora ressalta ainda o resultado de uma pesquisa sobre a mulher negra e o mercado de trabalho, onde verificou a inserção de mulheres negras ainda na infância no trabalho doméstico, saindo muitas vezes de sua cidade de origem. Poucas mulheres negras iniciaram o trabalho na vida adulta, sendo na infância o início de trabalhos em casa de terceiros na zona urbana. Poucas tinham acesso à escola e, quando tinham, era à noite.

De acordo com Igor Thiago Silva de Sousa (2022), em sua tese sobre as quebradeiras de coco babaçu, raça e território no Maranhão contemporâneo, ao refletir sobre a condição

negra, afirma ser fundamental lastrear a condição de indignidade na modernidade, fazendo o mapeamento de processos de edificações de vidas espetrais, que estão na fronteira entre a vida e a morte. Portanto, o lugar ocupado por crianças negras exploradas na esfera doméstica é um lugar de indignidade, no qual seus direitos à infância são escamoteados, e a posição que ocupam é entre a vida e a morte, sendo vítimas de violências, abusos e atividades que não condizem com seus físicos.

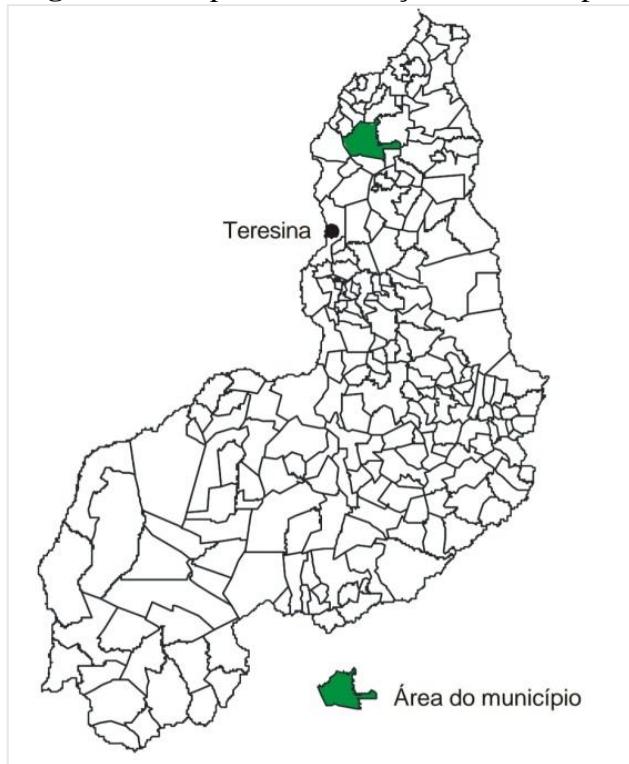
O relato a seguir, retirado do livro “Eu empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”, da autora Preta-Rara, ressalta a memória de sua mãe sobre a experiência no cotidiano do trabalho doméstico infantil. É um relato extenso, mas que se justifica pela relevância dos detalhes referente ao contexto analisado e refletido aqui:

Uma vez uma mulher passou na rua dos meus avós procurando alguma criança para brincar com os filhos dela, bateu lá em casa perguntando se minha vó não queria ganhar uns trocados, se ela deixava eu ir brincar com os filhos dela pra ela poder trabalhar em casa em paz. Minha vó disse que eu era muito novinha pra trabalhar como doméstica, mas a moça afirmou que não era esse trabalho, que era só para brincar com os filhos pra ela poder fazer as tarefas sossegadas. Minha vó perguntou se ela morava em Uberaba (MG), e a moça afirmou que sim, e que em troca ela pagaria meus estudos, alimentação e roupas. Minha vó confiou na mulher que nunca tinha visto na vida e ali começou o meu tormento. A mulher não morava em Uberaba. No dia seguinte viajamos muitas horas e chegamos na casa dela que era em Campinas (SP). Ela já foi pedindo pra eu descarregar as coisas do carro e preparar a janta que todo mundo estava com fome. Eu não sabia cozinar (...). A mulher começou me explicar e falou que seu errasse ela me batia muito. O fogão dela era elétrico e se eu tivesse descalça tomava muito choque. Ela fazia eu cozinar descalça de propósito mesmo e falava que o choque era pra eu ficar mais esperta. Eu era obrigada a dormir em uma casinha de madeira ao lado da casinha do cachorro, no qual ela jogava o resto de comida no meu prato no chão igual o do cachorro. Foram momentos ruins, as crianças me chutavam, me mordiam, me batiam tudo dando risada e a moça falava que lugar de preto era assim porque preto não era gente. (...) Se não lavasse a louça direito, não estendesse a roupa do avesso, eu apanharia muito (...). Ela foi uma mulher muito carrasca, muito maldosa comigo. Eu fui muito humilhada e quando precisei de alguém pra cuidar de mim não tive. Eu só consegui sair dessa situação quando virei mocinha, quando desceu a menstruação eu achei que estava morrendo! (...) Naquele dia meus patrões tinham ido viajar e me deixaram trancada no quintal na casinha que eu dormia. Acordei e tinha sangue nas minhas pernas, logo comecei gritar pedindo ajuda. Um vizinho subiu no muro e me viu e começou me chamar de negrinha ladrona, perguntando o que eu estava fazendo lá. Eu disse que morava naquela casa. Ele me desmentiu, dizendo que já tinha ido várias vezes naquela casa e nunca tinha me visto. Foi quando expliquei que quando chegava visita me trancavam no quartinho e dizia pra não gritar se não iria me bater muito. Esse moço chamou o bombeiro e fui resgatada. Me levaram até a casa da minha vó, que estava em prantos sem saber do meu paradeiro (Preta-Rara, 2019).

Diante do exposto neste relato, conseguimos observar todos os pontos discutidos nesse capítulo e nuances dos capítulos posteriores, como a migração e as vivências do cotidiano da exploração doméstica, assuntos que serão analisados nas próximas sessões da dissertação. Portanto, considerar as categorias raça, gênero e classe neste trabalho se intercruzando e buscar entender como elas interagem é fundamental. No próximo capítulo analisaremos o contexto familiar e as relações com a terra e trabalho, destacando as alternativas de sobrevivência no mundo rural e posteriormente, as estratégias utilizadas no aliciamento de crianças para exploração doméstica. Nesse sentido, é importante ressaltar que o trabalho tem centralidade no mundo rural do Piauí.

## 2 FAMÍLIA, CONDIÇÕES DE VIDA E MIGRAÇÕES

**Figura 1 – Mapa de Localização do Município**



Fonte: Aguiar (2004, p. 3)<sup>30</sup>.

Na figura acima, a área destacada em verde corresponde ao município de Barras/PI. A partir da imagem, é possível situar o município em relação às demais cidades do estado, principalmente à capital, Teresina, um dos principais lugares de destino das meninas submetidas ao trabalho doméstico infantil.

Neste capítulo, discutiremos as condições de vida dos sujeitos em estudo e a relação dessas condições com o aliciamento das crianças para exploração de sua força de trabalho em âmbito doméstico. Embora não tenhamos reduzido a experiência dessas pessoas ao contexto social em que estão inseridas, compreendê-lo é essencial para entender suas subjetividades e trajetórias. Importa ressaltar que, para entender as subjetividades, também é preciso entender os regimes de temporalidade e os campos de possibilidades (e limites) experimentados pelos agentes históricos.

<sup>30</sup> Aguiar, Robério Bôto de. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí**: diagnóstico do município de Barras/ Organização do texto [por] Robério Bôto de Aguiar [e] José Roberto de Carvalho Gomes - Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004. Disponível em: [https://rigeo.sgb.gov.br/jspui/bitstream/doc/15731/1/Rel\\_Barras.pdf](https://rigeo.sgb.gov.br/jspui/bitstream/doc/15731/1/Rel_Barras.pdf) Acesso em 25\11\2024.

Em muitos casos, as crianças foram levadas para outros municípios por parentes ou conhecidos com melhores condições de vida ou com condições semelhantes, tornando-se as chamadas “filhas de criação”. Essas meninas, que foram forçadas a migrar, eram oriundas de famílias empobrecidas de Barras-PI ou de cidades vizinhas que foram desmembradas do município, como Batalha e Esperantina. Muitas dessas crianças não se tornavam filhas adotivas, como esperado pelos pais, tornavam-se trabalhadoras domésticas, com pagamento ínfimo, quando existia. Em muitos casos submetidas a diversas violências.

A entrega das filhas para famílias abastadas, tanto em outras cidades quanto da zona rural do município para zona urbana de Barras-PI, era motivada pelo desejo e pela ilusão de melhores condições de vida para essas meninas. No entanto, as promessas feitas de uma boa vida, eram frequentemente substituídas pelo cotidiano de exploração. A prática da falsa adoção de meninas do interior do Piauí constituiu uma estratégia recorrente utilizada por famílias para aliciar e explorar o trabalho infantil doméstico, mascarando a exploração sob o pretexto de proteção e cuidado.

## 2.1 ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIAS

As terras do município de Barras-PI, por longos anos, ficaram nas mãos de poucas famílias ricas da região. Até aproximadamente 1970, 90% das terras do município pertenciam apenas a três famílias (Rocha, 2010), não sendo diferente do Piauí como um todo, que seguia a estrutura dos grandes latifúndios. Segundo o Diagnóstico do Município de Barras (baseado em dados do Censo 2000), a agricultura local era marcada por cultivos sazonais como feijão, algodão, mandioca e milho<sup>31</sup>. Nesse período, algumas famílias empobrecidas da cidade de Barras-PI tinham o acesso às terras para plantar e morar por meio do sistema de moradia como agregados. Como mencionado anteriormente, nas narrativas de Maria e de Joana, era realizado um acordo de trabalho com os “donos” da terra e, assim, a família passava a ter o direito de residir e plantar nas terras que “pertenciam” a outra pessoa. Desse modo, toda a família entregava sua força de trabalho em troca de um lugar para morar e plantar.

Na região, a dinâmica de exploração baseou-se na mão-de-obra familiar em terras cedidas pelos grandes proprietários rurais a moradores que combinavam as atividades extrativas com a agricultura e, ocasionalmente, com a pecuária. A amêndoia do babaçu ou o pó da carnaúba foram o principal alvo de interesses dos grandes proprietários de terras da região, pois

---

<sup>31</sup>Disponível em: [https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/15731/1/Rel\\_Barras.pdf](https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/15731/1/Rel_Barras.pdf). Acesso em: 20/07/2025.

representavam importantes fontes de lucro na economia local (Rocha, 2010). A cidade ainda possui uma economia fortemente ligada ao setor rural. A produção agrícola e a pecuária são as principais fontes de renda para os moradores<sup>32</sup>.

A ocupação do território atualmente denominado Barras-PI é contada, a partir do imaginário popular, por meio de uma narrativa simbólica: por volta do século XVIII, um vaqueiro, durante suas atividades diárias, encontrou uma pequena imagem de madeira de Nossa Senhora da Conceição. Então levou-a ao seu patrão, o Coronel Miguel Carvalho de Aguiar, um homem rico e católico. Movido pela fé, o coronel decidiu construir uma capela no local onde a imagem havia sido encontrada, em homenagem à santa. No entanto, ele faleceu antes da conclusão da capela (Morais, 2017).

A construção da capela tem relação direta com a formação do município de Barras, e foi exatamente ao redor dela que surgiram as primeiras fazendas da região. No início, por volta de 1809, o povoamento foi bastante tímido. Apenas em 1889 a vila<sup>33</sup> de Barras foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Barras do Marataoan. Mas a comarca<sup>34</sup> de Barras somente em 1940 se tornou completamente independente (Morais, 2017).

A cidade de Barras está situada na região Norte do Piauí, na macrorregião de Campo Maior, sendo banhado por seis barras de rio, como o Longá, o Corrente e o Marataoan. Conforme apontado por Morais (2017), o município de Barras-PI, no final do século XIX e início do século XX, era predominantemente rural. A maior parte da população morava no campo, sobrevivendo de atividades como a pecuária, a agricultura e o extrativismo. O núcleo populacional se fixava em torno de grandes propriedades compostas por fazendas, nas quais o senhor era o dono das terras e os trabalhadores rurais, seus subordinados, entre eles, o vaqueiro. De acordo com o tamanho da propriedade, era o tamanho da influência social, econômica e política do senhor na região. A paisagem rural de Barras era composta principalmente por fazendas e por grandes propriedades.

Morais (2017) cita o pesquisador Wilson de Carvalho para apontar as primeiras famílias que povoaram a região de Barras: os Castelo Brancos, os Cunhas, os Aguiares, os Carvalhos de Almeida, os Pires Ferreira, os Pereiras, os Correias, os Borges Leais, os Rabelos, os Rodrigues

---

<sup>32</sup>Disponível em: <https://www.pi.gov.br/badespi-libera-cerca-de-r-300-mil-para-produtores-rurais-de-barras/>. Acesso em: 22/07/2025.

<sup>33</sup> No Brasil colonial e imperial, uma vila era uma categoria administrativa que representava um nível intermediário entre o povoado (ou arraial) e a cidade.

<sup>34</sup> Uma comarca é uma divisão judicial do território. Ela representa uma área que é atendida por um fórum e por um ou mais juízes de direito. A criação de uma comarca significa que o local passou a ter autonomia judicial, ou seja, podia julgar causas civis, criminais e outros processos sem depender de outra cidade. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-saiba-a-diferenca-entre-comarca-vara-entrancia-e-instancia/>. Acesso em: 18/07/2025.

e os Melos. Essas famílias citadas se entrelaçaram e constituíram parte da sociedade barrense nas primeiras décadas do século XX. Pouquíssimas pessoas asseguraram o direito sobre grandes extensões de terra, configurando os grandes latifúndios.

Diante das fontes, podemos afirmar que, durante praticamente todo o século XX, os donos de fazendas da região eram símbolo de muito poder e controle. Por meio das narrativas de Joana, Maria e outras entrevistas orais realizadas na região, é possível observar a submissão das famílias empobrecidas ao sistema de moradia como agregados em fazendas da região até meados do século XX.

Não podemos deixar de observar a submissão como uma estratégia de sobrevivência diante das precárias condições de existência. Sabendo que a posse de terras estava concentrada nas mãos de poucos, compreendemos que grande parte das famílias menos abastadas recorria a esse sistema para sobreviver.

Grande parte das famílias seguiam a lógica da família nuclear, mas com redes elásticas de parentela. Nesse contexto, a família representava uma verdadeira unidade de produção familiar. Como apontado por Ribeiro, o

(...) produtor familiar, o agregado abrigava filhos e genros perto de sua casa e embolava com eles lavouras e criações. Podia acrescentar à sua família novos agregados, criando filhos dos outros, afilhados ou parentes que recebia sob sua proteção; evidentemente se servia do trabalho deles para produzir mantimentos. Como nas sociedades camponesas, agregados criavam redes vicinais de solidariedade, compadrio, parentesco e origem, dando um jeito de abrigar conterrâneos na vizinhança (p. 413, 2010).

Ribeiro (2010) realizou estudo sobre a “agregação” no Mucuri e Baixo Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais. A pesquisa desenvolvida orienta nossas reflexões sobre agregados em fazendas e as relações desenvolvidas nesse contexto. No trecho destacado acima, o autor descreve a dinâmica das famílias de agregados. O conceito de família, como apontado por vários pesquisadores da temática, foi compreendido de diferentes maneiras ao longo do tempo. Assim, destacamos duas perspectivas: a primeira entende a família como composta por pessoas aparentadas que vivem na mesma casa, o pai, a mãe e os filhos, contemplando pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem ou admitidos por adoção. E a segunda concebe a família a partir da coabitAÇÃO, prevalecendo essa convivência sobre os laços consanguíneos (Morais, 2017).

No caso das famílias de agregados do município de Barras, podemos afirmar que seguiam lógica semelhante à descrição feita por Ribeiro no trecho citado. Tais famílias

estruturavam-se com base em vínculos de coabitação e interdependência produtiva, o que evidencia uma concepção ampliada de família, sustentada por redes de solidariedade e estratégias coletivas de sobrevivência no meio rural.

As famílias de agregados e fazendeiros, com o convívio constante, acabavam por se misturar, e a relação se tornava quase de parentesco pelo compadrio ou, em alguns casos, pelo parentesco de fato, por meio do casamento ou parentesco direto. O convívio próximo fortalecia as redes de relações a fidelidade à casa-sede. Diante dessas dinâmicas, alguns agregados tinham mais regalias que outros e recebiam maiores retribuições (Ribeiro, 2010). No entanto, não podemos esquecer que a tensão sempre esteve presente nessa relação, que aparentemente parecia pacífica. À medida que a fazenda ditava normas, os agregados reagiam. Pesquisadores destacam, nesse contexto, episódios de fugas, roubos, desrespeito às ordens, queimadas e o rompimento de acordos como formas de resistências. Dessa forma, evidencia-se que, mesmo ocupando uma posição de subalternidade, esses sujeitos mantinham-se ativos, conforme as alternativas que dispunham naquele momento.

Recorremos, mais uma vez, a obra de Itamar Vieira Júnior, com intuito de entender de forma mais aprofundada o sistema de moradia nas fazendas. Ainda que se trate de uma narrativa ficcional, ambientada em uma fazenda fictícia, o contexto retratado oferece importantes indícios e reflexões de como funcionava o sistema nas fazendas. Partimos do pressuposto que os sujeitos envolvidos nesse sistema não podem ser compreendidos apenas como vítimas passivas. Embora submetidos a condições de exploração, demonstram formas ativas de atuação e resistência dentro das limitações impostas.

Nesse sentido, o conceito de agência, conforme proposto por Walter Johnson, é muito útil. Para Johson (2003), a agência não deve ser compreendida como o oposto da dominação, mas como a capacidade dos sujeitos agirem dentro das estruturas de poder, inclusive negociando, tensionando ou subvertendo essas estruturas. Assim, mesmo em contextos de opressão, os indivíduos encontram maneiras de se posicionar e agir conforme suas possibilidades históricas e sociais. No caso dos moradores das fazendas, suas ações – como permanecer na terra, construir laços, formar redes familiares e até mesmo negociar obrigações, devem ser lidas como manifestações dessa agência.

A terra, nesse contexto, adquire um valor simbólico, afetivo e material. Ela representa não apenas o meio de sobrevivência, mas também um espaço de pertencimento e resistência. A esse respeito, a personagem Bibiana, do romance *Torto Arado*, expressa com profundidade a relação visceral com a terra:

O chão da nossa casa e dos caminhos da fazenda era de terra. De barro, apenas, que também servia para fazer a comida de nossas bonecas de sabugo, e de onde brotava quase tudo que comíamos. Onde estavam os restos do parto e o umbigo dos nascidos. Onde enterrávamos os restos dos nossos corpos. Para onde todos desciam algum dia (Vieira Junior, 2019, p. 20).

Nesse trecho a personagem ressalta a importância da terra para sua sobrevivência e dos seus. Desde o nascimento, enterrando os umbigos das crianças; durante a vida, plantando na terra para ter comida; e, ao morrer, sendo enterrados nela. A terra era essencial para existência dessas pessoas, do início ao fim da vida. Esse testemunho literário ecoa as vivências reais de muitas famílias camponesas que, diante da ausência de direitos formais à propriedade, construíram sentidos de pertencimento a partir da ancestralidade, da memória e do trabalho coletivo. Embora as terras não fossem suas formalmente, tornavam-se espaço de existência e resistência.

Diante das restrições de acesso, pessoas empobrecidas eram empurradas para a exploração no sistema de moradia, tornando-se cativas de donos de determinadas fazendas. Conforme aponta Ribeiro,

A agregação era relacionada ao poder pessoal que gerava acordos singulares; era relacionada aos recursos naturais, aos costumes e às personalidades dos sujeitos envolvidos; era marcada pela mutualidade e, embora pudesse ser reconstituída a cada geração ou mudança, seria sempre baseada num acordo entre as partes. Agricultores aceitavam, juntos, um mando e as suas ofertas; fazendeiros mandaram enquanto dispuseram de recursos. O agregado se subordinaria à casa, à terra e à família do fazendeiro, mas nos limites da relação decidiria seu próprio destino. Era, também, um sujeito (p. 398, 2010).

Para Ribeiro (2010), a “agregação” embora o nome tenha variado ao longo do tempo, foi uma instituição comum na sociedade brasileira até meados do século XX. Era uma relação subordinada, doméstica, hereditária e generalizada, baseada em reciprocidades que uniam protegido e protetor. Tratava-se de uma troca entre sujeitos desiguais. O fazendeiro oferecia moradia, autorizava a extração e o plantio na terra que dominava, garantindo a produção independente do agregado. O convívio, além de ser marcado pelas trocas, era marcado pela ritualidade e pelo mando de forma descontínua sobre bens, recursos e pessoas. O mando envolvia direitos e obrigações das partes e supunha domesticidade, hierarquia e certa violência. No trecho abaixo conseguimos compreender algumas nuances do sistema de moradia:

(...) meu pai, incentivado por Sutério, havia convidado o irmão de minha mãe para residir em Água Negra. O gerente queria trazer “Alguém que trabalhe muito” e “que não tenha medo de trabalho”, nas palavras de meu pai, “para

dar seu suor na plantação”. Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abóbora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era para isso que ele permitia a morada. Podia trazer mulheres e filhos, melhor assim, porque quando eles crescessem substituiriam os mais velhos. Seria gente de estima, conhecida, afilhados do fazendeiro. Dinheiro não tinha, mas tinha comida no prato. Poderia ficar naquelas paragens, sossegado, sem ser importunado, bastava obedecer às ordens que lhes eram dadas. Vi meu pai dizer para meu tio que no tempo de seus avós era pior, não podia ter roça, não havia casa, todos se amontoavam no mesmo espaço, no mesmo barracão (Vieira Junior, 2019, p. 41).

Nesse trecho, são ressaltados alguns detalhes do contexto do sistema de moradia. As frases “alguém que trabalhe muito” e “alguém que não tenha medo de trabalhar” tornam evidente a exploração da força de trabalho desses sujeitos. Logo em seguida, o fato de “não ter dinheiro” nos conduz a refletir sobre a inexistência de pagamento pelo trabalho desempenhado nas terras. Raramente o trabalho desenvolvido nas fazendas pelos agregados era pago com dinheiro. Além disso, percebemos, nesse contexto, que a condição e submissão ao sistema de morada era repassada de geração em geração. Outro destaque eram as moradias feitas com materiais que não demarcasse o lugar como seu, como um aviso que as terras tinham um “dono”.

O trabalho desempenhado nas terras era o único interesse do dono da fazenda, isso sem custos e com alta lucratividade. Observa-se que o acesso dessas famílias às terras era restrito e controlado, com diversas condições. No entanto, diante da falta de outras possibilidades, elas se sujeitavam às exigências impostas pelo fazendeiro, “dono das terras”:

Meu tio viajou no lombo de um burro, a mulher em outro, os filhos caminhando, se revezando na travessia para montaria dos animais. Foram morar numa construção de alvenaria, uma casa vazia que abrigava os trabalhadores que chegavam. Era permitido que se hospedassem até aceitação definitiva da morada, dada de acordo com a produtividade e a disposição para o trabalho da nova família. Se aceitos, destinava-se a eles uma parcela de terra para que pudessem construir a tão almejada casa e ter seu quintal e animais pequenos (Vieira Junior, 2019, p. 42).

Antes de ser concedida a morada, eram submetidos a um teste, o qual visava avaliar a produtividade e disposição para o trabalho. Ao passar no referido teste, era concedido um pedaço de chão para morar com sua família e trabalhar. Com a aceitação da morada, eram apontadas diversas regras que deviam ser rigorosamente seguidas para evitar a expulsão.

Dessa forma, determinava-se como deveria ser construída a casa, quais animais poderiam ser criados e o que poderia ser plantado. Muitas vezes, a família proprietária das terras nem mesmo residia na fazenda, como destacado no trecho seguinte: “A família Peixoto queria apenas os frutos de Água Negra, não viviam na terra, vinham da capital apenas para se apresentar como os donos, para que não os esquecêssemos, mas, tão logo cumpriam a missão regressavam” (Vieira Junior, 2019, p. 54).

Maria, durante a entrevista nos disse que sua família sobreviveu por um tempo como agregada, por meio do sistema de moradia, pois seus pais não tinham terras na cidade de Barras-PI. Ela disse “(...) teve um período que eles viveram agregados, não tô bem lembrada o nome das pessoas que eles moraram lá na terra deles, mais só depois foi... como é que chama... foi desapropriado pelo INCRA. Aí foi quando eles ficaram de boa mesmo, lá tranquilo, com o terrenozinho da gente mesmo” (Maria, 2021).

Os pais de Maria eram lavradores e sobreviviam do roçado. Durante esse tempo, vivenciaram diversas dificuldades. Um dos pontos bastante destacados na fala de Maria foi a escassez de comida. Em muitos momentos, os pais ficavam sem comer para que os filhos pudessem se alimentar. O peixe pescado no rio, muitas vezes, aliviou a fome da família.

O acesso à carne era bastante limitado entre as famílias empobrecidas da região. Sem dinheiro para comprar esse alimento, era raro sua presença na alimentação diária dessas pessoas. Não só Maria, como também outras entrevistadas falaram sobre a dificuldade de comer carne, naquela época.

Em outra entrevista, realizada em outubro de 2024, com Joselma, 39 anos, autodeclarada morena, casada, natural de Barras-PI, ela também relatou sobre a presença do peixe na alimentação da família: “Era arroz, feijão e, quando ia pegar peixe, o papai, só” (Joselma, 2024). Conhecemos Joselma há muito tempo; é uma amiga próxima da família, o que, sem dúvidas facilitou nosso contato com ela. A entrevista foi realizada em sua casa. Ao chegar, ela estava lavando louças e parou ao me ver. Já havia entrado em contato alguns dias antes da minha ida, para saber sobre a viabilidade de nos conceder a entrevista para nossa pesquisa. Joselma não só aceitou como nos indicou uma amiga, vizinha que mora ao lado de sua casa para participar da pesquisa.

A família de Joselma tinha a posse da terra, mas, mesmo com a posse enfrentaram muitas dificuldades. Ela disse: “A minha vida foi trabalhar na infância. Trabaia em casa de família” (Joselma, 2024). A casa que pertencia a família era de taipa e palha, como a de outras famílias empobrecidas da região. Viviam na casa mãe, pai e mais seis irmãos. Os pais

trabalhavam na roça e, de acordo com ela, todos os integrantes da família ajudavam trabalhando na roça.

No que diz respeito à narrativa de Joana (citada no capítulo anterior), as condições enfrentadas por ela e sua família eram bem semelhantes. Joana relatou que, às vezes, não havia comida. Observamos que essa narrativa da fome se repete na história dessas mulheres, as quais destacaram suas infâncias como um período permeado por muitas dificuldades.

Diante de tal situação os alimentos produzidos na roça garantiam a alimentação, mesmo que de forma limitada. No entanto, os alimentos não eram suficientes para alimentação, pois, em alguns casos, metade do que era plantado na terra e, muitas vezes, até os frutos melhores, eram destinados ao “dono” da terra. O que restava não era suficiente para alimentar todos os membros da família, e, assim a fome era recorrente na vida dessas pessoas.

Joana, ao ser questionada sobre as condições financeiras de sua família, descreveu da seguinte forma: “Ah, as condições financeiras naquela época... é muito difícil pra todo mundo naquela época, o pessoal vivia da roça, como de hoje mermo muitos vevi. É... minha mãe quebrava coco, meu pai trabalhava na roça e assim que o pessoal vivia naquela época. Era ruim, não era bom” (Joana, 2021). Nesse trecho destacado Joana aponta o modo como a sua família e outras sobreviviam naquela época.

A quebra do coco babaçu, descrita por Joana, era um trabalho executado principalmente pelas mulheres, com intuito de complementar a renda da família. A maioria das famílias sobreviviam por meio das atividades desempenhadas na roça e da quebra do coco babaçu, transformado em azeite e carvão para venda. Joana citou a divisão do que era produzido na roça, mas não consegue detalhar como gostaria, pois, na época era muito pequena e não conseguiu, na ocasião da entrevista, lembrar dos detalhes. Então, nos disse:

É, e se eu não falho na memória, eu acho que a gente tinha que pagar alguma coisa, quando fazia roça. Tinha que dar uma quantidade pra eles. Eu não lembro muito direito, porque eu era pequena naquele tempo, mas eu acho que tinha que pagar alguma coisa pra eles. Quando apanhava o ligume, tinha que dá alguma coisa pra eles da roça (Joana, 2021).

Joana e sua família viviam nas terras do fazendeiro A.. Conforme ela narrou, os filhos maiores ajudavam na roça e os menores ficavam em casa. Ao questioná-la sobre os seus estudos, ela disse que estudava, mas que ajudava seus pais na roça apanhando arroz. Isso antes dos 9 anos, pois aproximadamente aos 9 anos, Joana saiu da fazenda em busca de trabalho em casas de famílias.

Consideramos importante destacar, também, as memórias de Domingas sobre suas vivências em uma fazenda do município. Embora Domingas não tenha trabalhado como doméstica na infância, sua narrativa é relevante para compreendermos o sistema de moradia em fazendas na cidade de Barras. Domingas morava na zona rural do município com sua família. Por se tratar de uma pessoa próxima, já tínhamos conhecimento de parte de sua história de vida. Ao entrarmos em contato, ela logo aceitou participar da entrevista. Assim como a entrevista de Maria, a entrevista com Domingas foi realizada por meio do Google Meet, devido ao elevado número de pessoas infectadas com COVID-19. Para nos resguardar e seguir as orientações do Ministério da Saúde, optamos por conduzir a entrevista de forma virtual.

Domingas tinha 40 anos e estava morando em Brasília. Havia deixado a cidade de Barras-PI, mais uma vez, em busca de trabalho. Trabalhava cuidando de uma idosa. Atualmente, continua trabalhando como doméstica, mas em outro estado e com melhores condições de trabalho. Assim como Joana e Joselma, Domingas também ajudava seus pais na fazenda. Segundo seus relatos, ao acordar, todos tinham alguma tarefa para cumprir na fazenda. Ela, muitas vezes, ajudava o pai a tirar as cabritas do curral.

Seu pai foi morar na fazenda quando sua mãe estava grávida dela, de seis meses. Domingas nasceu em 1981 e narrou que teve uma infância bastante simples. Só saiu da fazenda quando o fazendeiro, o “dono” das terras, fez a proposta aos seus pais: levá-la para cidade (Capital, Teresina), com intuito de proporcionar novas possibilidades, acesso aos estudos e mais conhecimentos.

As novas oportunidades ofertadas pelo fazendeiro, na verdade, se reduziram ao trabalho doméstico realizado por Domingas em sua casa. Quando Domingas saiu da fazenda, já tinha 20 anos de idade, diferente de Joana que saiu com 9 anos. É válido ressaltar que muitas meninas foram levadas para cidade, para casa dos patrões de seus pais, como no caso de Maria de Moura, destacado no primeiro capítulo. Com isso, percebemos várias formas de exploração da força de trabalho: seja nas terras da fazenda, explorando toda a família, seja fora dela, levando meninas para trabalhar como domésticas em casas na cidade ou em outros municípios. Muitas meninas saíram de suas casas e da proteção de suas famílias para ajudar na manutenção da sobrevivência, delas e dos seus. A maioria não recebia salário, e mesmo assim, já era de grande ajuda, pois se tornava uma boca a menos a ser alimentada. Então, a doação informal dos filhos também se configurava como uma estratégia de sobrevivência dessas famílias.

Ser “uma boca a menos” significava, para muitas famílias empobrecidas, uma redução na pressão por recursos básicos, como alimentação. Nesse contexto, entregar uma filha para trabalhar em outra casa, mesmo sem receber pagamento, representava uma forma de aliviar a

fome existente dentro do próprio lar. Em alguns casos, essa decisão era carregada de dor, uma vez que a família tinha que abrir mão de conviver com a criança, em troca da esperança de dias menos difíceis. Embora essa saída não fosse garantia de melhores condições de vida para essas meninas, era uma alternativa possível como estratégia de sobrevivência, diante da escassez vivenciada.

Entrevistamos, também em outubro de 2024, Marlene, 37 anos, casada, natural da zona rural do município de Barras, localidade chamada Três caminhos e autodeclarada negra. O contato foi estabelecido por meio da indicação de uma das mulheres anteriormente entrevistadas na pesquisa. A entrevista foi realizada na casa de Marlene. Ao chegar, ela não estava em casa. Havia uma roda de mulheres, as quais já sabiam sobre a entrevista que seria realizada. Então, a cunhada de Marlene nos pediu para aguardar, pois Marlene havia saído para fazer caminhada e estava perto de chegar.

Enquanto aguardávamos, as mulheres fizeram algumas indagações sobre a entrevista. Uma delas perguntou se eu era assistente social, talvez com intuito de saber se a entrevista estava relacionada ao recebimento de algum benefício de transferência de renda do governo. Em outra entrevista, realizada na casa de outra mulher, um amigo da pessoa que estava concedendo a entrevista chegou no momento do nosso diálogo, e ao final, perguntou se a entrevista seria para aposentadoria.

Na roda de mulheres que encontrei na casa de Marlene, havia várias que trabalharam como domésticas durante a infância. Apenas Marlene e Josefa aceitaram conceder a entrevista. A entrevista de Josefa destacaremos em outro momento. Ao chegar da caminhada, Marlene pediu desculpas em ter demorado alguns minutos. Sentamos em uma mesa afastada da roda de mulheres e iniciamos a entrevista. Ao ser questionada sobre a infância, ela respondeu:

Foi bom e, ao mesmo tempo, sofrida, porque a gente tinha que trabalhar desde muito cedo, muito nova. Aí minha mãe tinha que trabalhar, aí naquele tempo o trabalho era quebrar coco, nera? Naquele tempo vivia de quebrar coco. Aí ela tinha que me deixar olhando os menores pra ela ir, e como eu também era menor, ela me deixava na casa da minha tia, né? Cuidando deles. Aí, a partir do momento que eu fiz os 13 anos, aí eu já ficava em casa com eles, fazia o almoço pra eles e ia deixar no mato, onde ela estava quebrando coco, porque era nas quintas, né? Nos matos que ia quebrar coco (Marlene, 2024).

O relato de Marlene evidencia uma dinâmica comum entre as famílias rurais empobrecidas: a divisão precoce de responsabilidade entre os filhos. Ainda criança, passou a assumir tarefas domésticas e de cuidado dos irmãos menores, possibilitando que a mãe pudesse realizar o trabalho de quebradeira de coco babaçu, atividade, especialmente feminina

desempenhada no interior piauiense como meio de subsistência. A quebra do coco, como indicado também por outras entrevistadas exigia deslocamentos diáridos, o que impossibilitava a permanência das mães em casa.

Da quebra do coco, a mãe de Marlene fazia carvão para vender e suprir as necessidades básicas da família. Marlene vivia com a família em uma casa feita de palha, tanto as paredes como o teto, e o chão batido. Marlene foi criada apenas pela mãe. Nos dizeres dela: “Eu nunca tive pai, não. Só mãe mesmo”. A terra onde vivia com a mãe e os irmãos era cedida. Quando questionamos se a terra pertencia à família dela, Marlene falou: “Era não”. Depois, descreveu: “Tinha um dono das terras. A gente quebrava os coco pra eles, e eles pagavam a gente final de semana. A gente quebrava a semana todinha, né? E no final da semana eles somavam tudo, aí pagava” (Marlene, 2024). Questionada sobre quem era o “dono” da terra, Marlene respondeu que não lembra e que já faleceu.

Com Marlene e a mãe moravam dois irmãos. Outro irmão morava com sua avó. A mãe de Marlene já faleceu e, quando questionada se a terra chegou a ser dela, Marlene disse: “Sempre foi dos outros, nunca foi dela” (Marlene, 2024). De acordo com Marlene, os irmãos trabalharam menos do que ela, pois eram bem mais novos. No entanto, quando cresceram, foram para trabalhar em outro estado, em busca de trabalho: “Aí quando chegaram uma certa idade eles começaram viajar pra fora” (Marlene, 2024).

Sobre a alimentação, Marlene disse: “Era meio complicado, era meio que difícil, né? Se a gente almoçava arroz, a gente não jantava. Já era um café com cuscuz ou com farinha. Naquele tempo, tudo era mais difícil. Era o que dava pra arrumar pra comer, né?” (Marlene, 2024). Questionamos ainda se Marlene, na infância brincava. Ela respondeu que sim: “Tinha o momento da gente trabalhar, mas também tinha o momento da gente brincar. À tardinha, entrava pela noite, e a gente era feliz, né?” (Marlene, 2024). E afirmou ainda: “Mais trabalhava, porque era no decorrer do dia a gente trabalhava. Aí só brincava nas folguinhas de tardinha, entrando pela noite. Aí que a gente brincava” (Marlene, 2024).

Além dessas mulheres, entrevistamos Rita em outubro de 2024. Rita, atualmente tem 58 anos, se autodeclara preta, mora em Barras-PI desde a década de 1980. Antes, morava no município de Batalha, próximo da cidade de Barras. Inclusive Batalha já pertenceu ao território barrense, mas depois acabou se emancipando. Rita nasceu na zona rural de Batalha, num lugar chamado Campestre. A família dela migrou várias vezes, morando como agregados em diversos lugares, tanto em Batalha como em Barras. Seu pai era vaqueiro e plantava roça. A mãe dela teve 17 filhos. Os filhos eram levados para roça pelo pai, para fazer coivara, queimar, juntar garrancho.

O pai de Rita realizava serviços de vaqueiro, recebia pagamento e tinha a possibilidade de morar com a família nas terras. Em Barras, por volta de 1985, moraram nas terras do Cabelouro, novamente trabalhando como vaqueiro e morando nas terras, só não fazia mais roça.

As experiências citadas pela maioria das mulheres entrevistadas para desenvolvimento desta pesquisa se passaram por volta da década de 1980. Em 1982, José Ribamar Pereira, conhecido popularmente como Cabelouro, foi eleito prefeito da cidade de Barras-PI. Seu primeiro mandato terminou em 1989. Depois, apoiou um candidato que se elegeu e, posteriormente, voltou a ganhar as eleições para prefeito. Mais adiante, apoiou seu genro, Manin Rêgo, que também ganhou as eleições para prefeito em 2005, na cidade de Barras/PI. Com isso, Cabelouro tornou-se umas das principais lideranças políticas da região nas décadas de 1980 e 1990.

Rita é da minha família, então o contato com ela não foi difícil. Conversando com ela sobre a pesquisa que nós estávamos realizando, ela falou sobre a sua trajetória e perguntamos se ela poderia conceder a entrevista. Ela falou que não sabia se daria certo, pois não havia permanecido muito tempo no lugar onde trabalhou como doméstica aos 12 anos. Ficou apenas dois meses. Explicamos que a história dela era muito importante para andamento da pesquisa, então, de pronto, aceitou. Diferente de outras mulheres, que disseram não saber falar ou não se sentir confortáveis em falar, Rita ficou bastante animada com o fato de conceder uma entrevista.

A entrevista foi realizada na casa de Rita à noite. Sobre sua infância, ela disse: “Era muito difícil, porque meus pais era pobre, a gente não tinha condição. Aí era uma vida difícil, nós era muito irmão, né? Aí não tinha como ele trabalhar e dá uma vida boa pra todo mundo” (Rita, 2024). Durante o relato, Rita repetiu algumas vezes: “Como meus pais era pobre”, certamente com intuito de deixar claro as condições que sua família vivia. Sobre a alimentação, disse que, pela manhã, às vezes tomavam chá de folha de laranja servido como café, porque não tinha condição de comprar café. Ficavam até meio-dia esperando a próxima refeição: “Meio-dia, às vezes tinha carne, né? De quinze em quinze dias que era carne, que aparecia, né? Meu pai comprava um quilo de carne. Era feijão, feijão com farinha, feijão com cuscuz, né?” (Rita, 2024).

Sobre as brincadeiras na infância, disse assim: “Não, porque nosso tempo não dava pra brincar. Nós não tinha brincadeira de infância que esses tem hoje, né? Porque a gente... e a minha mãe ela quebrava tucum, né?<sup>35</sup> Pra vender. Então, em vez de nós ir brincar, nós ia tirar aqueles baguezim que era para vender, pra comprar o alimento pra nós” (Rita, 2024). Com isso,

---

<sup>35</sup> Nesse trecho do relato, nossa interlocutora utiliza a expressão “quebrar tucum” como sinônimo de quebrar coco babaçu.

percebemos a importância e centralidade do trabalho na vida dessas pessoas para manutenção de necessidades básicas.

O pai de Rita chegou a comprar terras, mas não conseguiu manter a posse por falta de dinheiro. Ele comprou terras na década de 1980, em Barras, mas logo as vendeu e voltou a morar como agregado. Apenas anos depois conseguiu comprar e permanecer em terras que eram oficialmente suas. Nesse sentido, mesmo quando conseguiam obter a posse da terra, era muito difícil mantê-la devido à falta de recursos financeiros.

Em entrevista para rádio Puba FM<sup>36</sup>, no ano de 2022, Cabelouro afirmou que, na década de 1980, disputou as eleições contra o grupo do coronelismo da cidade de Barras-PI. De acordo com ele, as elites de Barras, a família Almeida e a família Lages, se alternavam no poder, dominando a política barrense.

Cabelouro venceu as eleições dizendo que libertaria o povo para ter moto, terra e gado, como ele mesmo mencionou durante a entrevista concedida. Naquela época, Barras era composta por grande número de pessoas sem acesso às terras, a bens de consumo, carentes do básico para sobreviver. Diante desse cenário, muitos se agarraram ao discurso de Cabelouro, com esperanças de um futuro melhor. Com esse discurso de ajudar os mais necessitados, ele se consolidou como uma das principais lideranças políticas da cidade, mantendo influência até depois dos anos 2000.

Durante a entrevista, o político narrou um episódio envolvendo o coco babaçu na região. Segundo ele, chegaram em Barras cerca de 70 policiais, liderados por um coronel, nos dizeres dele, “o policial mais valente do estado do Piauí”. Cabelouro, junto a Lourival Lages, questionou: “O que vieram fazer?” A resposta foi direta: “(...)Viemos prender os trabalhadores que estão vendendo coco dos patrões” (Cabelouro, 2022).

Diante disso, Cabelouro rebateu: “(...) Tá aqui a lei, o coco babaçu é um produto extrativo: 10% do patrão e 90% do trabalhador e aqui fizeram o inverso, 10% do trabalhador e 90% dos patrões” (Cabelouro, 2022). Como ele destacou, enquanto os ricos formavam seus filhos em Fortaleza, Salvador e até na Europa, os pobres continuavam cada vez mais pobres, vivendo em seus casebres, sofrendo com a fome e a miséria.

Cabelouro descreve uma narrativa que exalta sua coragem, ao ressaltar que enfrentou os policiais e disse que nenhum trabalhador seria preso. Em suas palavras: “O Cabelouro, o

---

<sup>36</sup> ENTREVISTA DE CABELOURO EX-PREFEITO DE BARRAS/PI. Disponível em: <https://www.facebook.com/radiopubafm/videos/entrevista-com-jos%C3%A9-ribamar-pereira-cabelouro/441188727648974/> Acesso em: 05/01/2025.

prefeito de Barras, estava ali”. Então, deu ordem para os trabalhadores subissem na caminhonete, e um dos policiais mexeu no rifle. Ele relatou:

Deus me podou do sentimento do medo. Aí eu soltei uma mentira, mentira do bem. Disse: vocês podem me matar, podem me prenderem, mas eu tenho mil homem armado. Vocês lembra da história do Fidié em Campo Maior? Que os trabalhadores foram lá de foice, machado, e venceram Fidié, lembram? Pois vai acontecer, pois vai acontecer nas Barras. Você não prende ninguém aqui. E não prenderam. Depois, o coronel Câncer voltou, mandou me chamar lá na delegacia. Eu recebi. Sofri vários processos por ter ficado do lado dos trabalhadores (Cabelouro, 2022).

A narrativa de Cabelouro o coloca como um salvador dos pobres, ao ressaltar sua coragem e o enfrentamento para ficar do lado dos trabalhadores. Os conflitos na cidade de Barras-PI não aconteceram apenas por causa do coco babaçu, mas também por disputas de terras. Muitos foram os conflitos pela terra desencadeados na década de 1980 e intensificados na década 1990 (Rocha, 2010). Esses conflitos também são mencionados na entrevista do ex-prefeito: “Zacarias, liderança comunitária de Barras que lutou por terra, morreu do lado de trabalhador” (Cabelouro, 2022). Para descrever os conflitos de forma suscinta, utilizou a seguinte frase: “A luta de Barras, foi uma luta muito grande”. Logo depois, falou novamente sobre as disputas: “Lá tinha uma Rita Preta, o nome dela. Saudosa demais. E a Rita lá chorando: ‘Ô, prefeito, a dona da terra disse que vai tocar fogo na minha casa’. Sabe quem era dona da terra? Era uma mulher poderosa, né?” (Cabelouro, 2022).

Retornaremos ao diálogo com nossas interlocutoras. Em outubro de 2024, entrevistamos também Márcia, 47 anos, solteira, autodeclarada morena, natural de Barras-PI. Conhecemos Márcia há muitos anos. Ao entrar em contato com ela, cogitou recusar conceder a entrevista, dizendo que não sabia falar. Porém, ao explicarmos que seria tudo sobre sua história, ela aceitou. Fomos ao encontro de Márcia em sua casa. Atualmente, ela possui um restaurante em Barras-PI. Ao chegarmos, ela já estava aguardando. A entrevista foi realizada no espaço do restaurante. A família de Márcia vivia sob condição de morada em terras de Cabelouro, no São Bernardo. Quando indagamos como havia sido a infância, ela respondeu: “Muito trabalho. Trabalhava na roça, trabalhava em casa de família” (Márcia, 2024).

Questionamos Márcia sobre a condição imposta à família para morar nas terras de Cabelouro; “Meu pai plantava, fazia roça. Plantava roça, fazia roça.” Ela afirmou que não havia divisão do que era plantado na roça com o “dono” da terra: “Não, ele plantava e vendia o legume” (Márcia, 2024). Em determinado momento da entrevista, fomos interrompidas pela chegada de um amigo de Márcia, que havia ido vender galinhas, uma das comidas servidas no

restaurante. Quando seu amigo chegou, sentou-se à mesa e pôs-se a ouvir a conversa. Percebemos, então, que Márcia passou a responder de forma mais retraída e com poucas palavras, como se estivesse com vergonha de que o amigo a ouvisse contando sua história. Ao término da entrevista, Márcia demonstrou preocupação se a entrevista tinha “dado certo” e fez um convite para retornarmos à sua casa, caso fosse necessário.

Márcia morava com a mãe, o pai e oito irmãos em uma casa de taipa. Segundo ela: “Na época, tinha emergência (...) meu pai trabalhava de emergência, fazia poço e assim ia a vida (...). Pra poder dar conta, trabalhava de roça, plantava feijão, maxixe, quiabo, era assim. (...) aí vendia o feijão, vendia tudo” (Márcia, 2024). “Todos trabalhavam. No início, não, que todos eram pequenos. Aí foi crescendo, cada um foi trabalhando pra ajudar o papai. O papai trabalhava, levava a gente pra roça, era assim” (Márcia, 2021).

Após os conflitos por terras, algumas famílias conseguiram a posse da terra no município. No entanto, outras famílias continuaram vivendo em terras cedidas, como a família de uma das mulheres que entrevistamos. Ducarmo, 28 anos, autodeclarada morena, casada, natural de Barras. Chegamos até ela por meio de outra mulher que também participou da pesquisa. Ao perguntarmos se conhecia alguém que havia trabalhado como doméstica desde muito jovem, ela nos sugeriu conversar com sua vizinha. A entrevista foi realizada na casa da amiga de Ducarmo, que a chamou após realizarmos sua entrevista. Atualmente, mora na zona urbana da cidade e trabalha limpando uma academia de musculação. Sua família morou em terras cedidas pelo conhecido fazendeiro da cidade, U. Lages, na localidade Taboca, zona rural do município.

Ducarmo afirmou, que durante muitos anos sua família residiu nas terras pertencentes a U. Lages sem qualquer documentação ou qualquer papel que comprovasse a posse. Apenas recentemente a família conseguiu os documentos que oficializam a propriedade do terreno onde viveram por tanto tempo. Durcarmo disse não saber se houve algum conflito judicial pelas terras, só sabe que todas as famílias que moravam nas terras por muito tempo, foram buscar a documentação recentemente. Na narrativa, Ducarmo afirma que U. Lages doou as terras:

Iramaira: O lugar que vocês moravam, a terra era de vocês?

Ducarmo: Era, que o B. doou pra gente.

Iramaira: Ele doou um pedaço?

Ducarmo: Foi para fazer a casa.

Iramaira: Mas ele doou por que vocês moravam há muito tempo lá? Como foi?

Ducarmo: Foi, a gente morava lá. É... faz pouco tempo que ele já deu. O... a gente morava, mas não tinha papel. Nem nada que dizia que era da gente, que era como dele ainda. Aí, pouco tempo, ele foi tirado todos os

documento. Da cada que ele deu, tem o seu documento, agora (Ducarmo, 2024).

Em determinado momento, Ducarmo comentou que, atualmente a casa onde sua família mora é construída com tijolos. Antes, a casa era de palha, feita com paredes de barro, e tanto os pais quanto ela trabalhavam na roça. Como destacado pela entrevistada, atualmente os seus pais ainda trabalham na roça. Ao questionarmos sobre como os seus pais chegaram às terras de U. Lages, ela nos disse que não sabia. Sobre a alimentação na infância, descreveu da seguinte forma: “(...) Ou ruim ou bom, graças a Deus meu pai nunca deixou faltar o arroz e o feijão. Tinha né? Todo dia. Às vezes não tinha era carne, uma coisa, né? Agora o arroz e o feijão, graças a Deus, não faltou, não. Sempre mesmo trabalhou na roça e tinha, né?” (Durcarmo, 2024).

Diferente de algumas famílias que conseguiram a posse antes, a família de Ducarmo só conseguiu recentemente. As famílias que conseguiram a posse das terras antes tinham esperanças que suas condições de vida melhorariam. No entanto, para manter a posse da terra, muitos homens começaram a migrar em busca de trabalho em outros estados, como Pará e Mato Grosso. Esses homens, em busca de uma vida melhor, acabaram lançados nas garras do trabalho análogo à escravidão, no corte de cana-de-açúcar ou no corte da juquira. As esposas permaneciam nas terras, aguardando o retorno dos maridos. Desse modo, ao se libertarem do cativeiro da terra, lançaram-se em outro tipo de cativeiro.

Os estudos de Cristiana Costa da Rocha, “memória migrante: a experiência do trabalho escravo no tempo presente (Barras, Piauí)” e “A vida da lei, a lei da vida: conflitos agrários, família e trabalho escravo no tempo presente”, assim como, “Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo”, de Ricardo Rezende Figueira, descrevem os conflitos em Barras, a luta de trabalhadores pela terra e a realidade dos migrantes submetidos à escravidão por dívida.

A migração de famílias que viviam como agregados aparece na narrativa de Luzia e Rita. Essas famílias, sem acesso à terra própria, deslocavam-se em busca de trabalho nas fazendas da região, como estratégia de sobrevivência, para ter um pedaço de terra para morar e trabalhar. A família de Rita por exemplo era natural de Batalha e migraram para Barras. Com o tempo, após conquistarem a posse da terra, a dinâmica migratória passou por uma transformação: a migração passou a ser, majoritariamente, masculina e ganhou intensidade. Isso, porque, mesmo com a terra, os recursos para mantê-la eram escassos, e os homens da família passaram a migrar sazonalmente em busca de trabalho fora da comunidade.

As pesquisas citadas anteriormente evidenciam o novo ciclo de exploração que esses trabalhadores eram submetidos, por meio da migração, inicialmente vista como saída diante das dificuldades enfrentadas. A escravidão contemporânea, caracterizada pelo trabalho degradante, dívidas e restrição da liberdade, revela que o cativeiro assumiu novas formas. A exploração de meninas no trabalho doméstico, muitas vezes iniciada por meio do aliciamento de crianças no mundo rural, é um dos exemplos que merece destaque e será abordado com mais profundidade a seguir.

## 2.2 MENINAS MIGRANTES: ALICIAMENTO DE CRIANÇAS

Após discutirmos sobre as condições de vida em que as nossas interlocutoras estavam inseridas, analisaremos a influência do contexto no aliciamento de crianças para o trabalho doméstico e suas subjetividades. Nesse sentido, algumas famílias, ao buscarem alternativas melhores para vida de suas filhas, acabavam por empurrá-las para as garras da exploração doméstica. Assim, meninas empobrecidas tornaram-se presas fáceis do aliciamento, realizado por meio do discurso da “criação” (adoção informal). Desse modo, famílias aparentemente abastadas ou com condições semelhantes, especialmente da zona urbana, utilizaram diversas estratégias para explorarem inúmeras crianças, as quais foram postas em situação de trabalho análogo à escravidão na esfera doméstica, como evidenciado em algumas entrevistas realizadas na cidade de Barras-PI, nos anos de 2021 e 2024.

As fontes orais permitem o acesso à subjetividade das entrevistadas; por essa razão, a história oral torna-se tão importante em discussões e análises de sujeitos que, ao longo da história, foram marginalizados e excluídos. Portelli diz que:

As fontes orais concedem ao historiador o precioso elemento da subjetividade, o que nenhuma outra fonte possui em igual medida. Pode acontecer que as entrevistas não acrescentem muito àquilo que sabemos – por exemplo, os custos materiais suportados pela classe operária no decurso de uma greve. Mas podem dizer-nos não apenas sobre os factos, mas também sobre o que eles querem dizer para quem os viveu e os relata. Dizem-nos não apenas o que as pessoas fizeram, mas também o que queriam fazer, o que acreditavam estar a fazer e o que pensaram ter feito (2013, p. 28).

A História Oral fornece múltiplas camadas de subjetividade ao pesquisador, ao articular componentes da memória vivida e social, discursos e experiências por meio da oralidade, no qual até os silêncios e gestos têm significado. Ecléa Bosi, ao refletir sobre memória e o tempo, destaca a importância da escuta atenta e respeitosa como forma de acessar não apenas fatos

narrados, mas também os sentidos subjetivos que os sujeitos atribuem às suas experiências. Para Bosi (1994), a memória é um território afetivo e seletivo, em que o passado é constantemente reelaborado a partir das emoções e das marcas do presente.

Nesse sentido, por meio dessas fontes, é possível compreender os desejos e emoções das pessoas; além disso, permitem saber o que fizeram ou pensaram fazer. Como apontado por diversos pesquisadores que estudam os sujeitos excluídos e marginalizados, existe certa dificuldade no acesso de fontes de pesquisas sobre esses sujeitos. Por isso, a história oral, por meio das entrevistas, se destaca como uma metodologia de grande relevância e importância nesta pesquisa.

Entre as diversas formas de inserção precoce de crianças nos mundos do trabalho, destaca-se o aliciamento para o serviço doméstico, muitas vezes naturalizado sob a justificativa de “ajuda” ou “cuidado”. Nas décadas de 1980 e 1990, o aliciamento de crianças do mundo rural para o trabalho doméstico era uma prática recorrente em diversas regiões do Brasil. Esse processo, geralmente envolvia meninas. É nesse contexto que se insere a experiência de Maria, interlocutora já citada nesta dissertação, cuja trajetória ilustra de forma contundente esse processo de aliciamento e iniciação precoce no trabalho doméstico. Maria, descreveu de forma detalhada como saiu da zona rural de Barras-PI para o município de Picos-PI. Ao questionarmos quando ela começou a trabalhar como doméstica respondeu:

Com 9 anos. 9 anos é... Eu saí assim. Porque, quando eu tinha sete anos, minha tia me trouxe pra mim estudar em Barras. Só que, quando eu cheguei lá, com sete anos, eu não me acostumei, eu não me acostumei na cidade. Aí voltei pro interior de novo, pra casa de meus pais. Quando eu voltei, aí logo depois essa mesma minha tia arrumou uma casa de uma mulher lá em Picos pra mim ir. Segundo eles, lá era só pra mim brincar com uma menininha de três anos. Aí tudo bem, meu pai deixou. Isso pelo período do mês de abril do ano de 86. Eu faria dez anos em 87, porque eu sou de 77, né? Aí eu fui pra lá. Essa era a intenção: de brincar, né? Só, apenas brincar com essa menina. Quando, na verdade, cheguei lá não era brincar. Era trabalhar puxado mesmo: lavar, passar, limpar os quarto das menina. Tanto é que eu era do interior, não tinha experiência com ferro elétrico, me queimei feio. Ainda hoje tem a cicatriz no meu braço. Esse foi o primeiro período assim que eu passei da minha vida muito ruim. Isso foi de abril até dezembro. Quando foi dezembro, eles vieram passear lá em Barras e eu não voltei mais, porque era muito complicado, e a gente não acertava as coisas e ela me batia muito a dona da casa lá, apanhava demais. Aí não quis voltar não, não voltei mais pra lá não (Maria, 2021).

Maria deixou a casa dos pais em duas ocasiões, ambas por intermédio de uma tia. A primeira vez foi aos sete anos de idade, quando foi levada para zona urbana de Barras-PI. A segunda saída ocorreu aos nove anos, quando deixou Barras em direção ao município de Picos-PI, também sob arranjos feitos por essa mesma parente.

A ida de meninas para casa de outras famílias, seja no próprio município da zona rural para zona urbana, ou para outras cidades ou estados é intermediada na maioria das vezes por parente ou conhecidos. Como no relato acima, a tia sugeriu a ida da sobrinha para outra cidade. Além disso, foi destacado uma manobra bastante usada pelos aliciadores: o discurso de que a menina iria apenas brincar com seus filhos, como se fosse uma filha adotiva. Uma grande ilusão, como afirmado por Maria com a seguinte frase: “Quando, na verdade, cheguei lá não era brincar. Era trabalhar puxado”. Ao chegar na nova residência, o tempo foi sugado pelas atividades domésticas e o brincar tornou-se bastante raro.

Juliana Teixeira (2021), ao falar sobre as criadas nas senzalas domésticas, aponta que era usual que meninas ainda crianças ou adolescentes mudassem para a casa de famílias para trabalhar como criadas, realidade que se manteve mesmo após a introdução de relações assalariadas. Juliana Teixeira afirma que o significado do trabalho doméstico na vida de jovens negras se associava a uma dinâmica de identidades entrecortadas, marcadas por pertencimentos como raça, sexo e geração, que acabavam somatizando a exclusão social. As meninas inseridas precocemente no trabalho doméstico são conhecidas, muitas vezes como “cria da casa” ou “parte da família”.

Maria, além de realizar todas as tarefas domésticas na casa, muitas vezes levava surras. Não saber fazer uso dos eletrodomésticos, como o ferro de passar, ou fazer qualquer coisa errada era motivo para agressões físicas e psicológicas. Sobre essa situação Maria relatou o seguinte:

(...) na verdade ela era ruim assim... Assim, porque o marido dela trabalhava viajando, ele era representante da Sousa Cruz, e ela só me batia quando ele não tava (...). Ela, se a menina caísse, batesse alguma coisa no chão, aí ela vinha me batia muito, batia muito na minha cabeça. Aí um dia ele viu, ele chegou e viu, aí ele perguntou se ela me batia sempre, o marido dela. Aí ela falou pra mim, se um dia eu falasse para ele, quando ele saísse de casa ela ia me bater mais ainda. Aí ele falou assim: ‘ela lhe bate sempre, Maria?’ . Aí fiquei com medo de dizer: ‘Não ela não bate não, foi um descuido mesmo’. Aí ele falou assim: ‘Olha, Maria se ela lhe bater, não me esconda, não. Me diga a verdade. Aí foi um dia, ele tornou a viajar de novo. Quando ele viajou, ela me bateu muito forte. Fiquei com uns hematomas assim, na cabeça, no rosto, né? Aí ele, foi não demorou, quando ele voltou, ainda tava assim roxo. Aí ele falou: ‘O que foi isso Maria?’ . Aí eu falei assim: ‘Não, é porque eu batí a cabeça na parede’. Aí ele falou assim: ‘Maria, você não tá me engando, não, né? Aí eu não aguentei mais e disse pra ele: ‘É tudo ou nada’ . Aí foi que eu disse pra ele que ela me batia e tudo. Aí ele falou assim: ‘Não, pois se ela lhe bate, não vale a pena você ficar aqui, não, né? Aí eu disse: ‘Não, moço, não quero ficar mesmo, não. Me leve pra casa’ (...). (...) ela me batia muito na frente da meninazinha. Tanto é que a meninazinha, aqui acolá, ainda queria me bater. Eu acho que devido ver ela batendo, né? (Maria, 2021).

O trecho destacado da entrevista de Maria, evidencia atos de violência física e psicológica sofrida no contexto do trabalho doméstico infantil. A “patroa” aparece no relato como a agressora direta, enquanto o homem era omissa, embora fosse ele também explorador. Além da violência física, o relato retrata o medo constante vivido por Maria, que é reforçado pelas ameaças, caso ela contasse sobre as agressões. Maria, apesar de ser uma criança, compreendia que contar a verdade resultaria em punições ainda mais severas.

Outro aspecto importante é a forma como o marido da “patroa” é visualizado. Embora ele tente demonstrar certa preocupação com Maria, sua atitude é passiva. Em nenhum momento confrontou sua esposa sobre as agressões, nem tomou providências legais para proteger a criança. Chama atenção também a reprodução da violência observada na criança da casa, que, de acordo com Maria, “aqui acolá ainda queria me bater”. A naturalização desse comportamento agressivo dentro do espaço doméstico, reforça a perpetuação da violência.

Apesar da situação de vulnerabilidade, o relato de Maria também carrega uma dimensão de resistência. Ao decidir contar ao marido da “patroa” o que estava acontecendo, mesmo com medo, ela rompeu com o silêncio. A fala “é tudo ou nada” marca um ato de coragem e de busca por liberdade. É nesse momento que Maria consegue sair da situação de abuso. Desse modo, o seu relato destaca múltiplas camadas da exploração vividas por meninas em situação de trabalho doméstico infantil, apontando o âmbito doméstico, como um espaço de opressão e sofrimento para crianças exploradas.

Não apenas na narrativa de Maria, mas também nos relatos de outras entrevistadas, observa-se que, embora o trabalho doméstico fosse realizado para toda a família exploradora, a figura da mulher “patroa” é frequentemente a única retratada como malvada ou cruel. Não se pretende aqui isentá-la da responsabilidade ou negar suas ações, mas refletir sobre como os olhares e as críticas se concentram nela, por ser a pessoa que assume a supervisão direta e a imposição das tarefas domésticas dentro de casa. Com isso, os homens, ainda que também façam parte da estrutura de exploração e se beneficiem do trabalho da criança, são muitas vezes retratados nas narrativas como pessoas boas ou até protetoras, como na narrativa destacada acima.

A promessa de criar a criança como filha e dar melhores condições de vida funcionou como uma estratégia de aliciamento da força de trabalho infantil não só em Barras-PI, como em diversas regiões do país. Como discutido no tópico anterior, essas meninas pertenciam a famílias empobrecidas, que passavam por inúmeras dificuldades, e as promessas acabavam iludindo os pais da criança. Outra falácia era a promessa de estudo para a criança. Como a família residia em lugares de difícil acesso para chegar às escolas, a promessa de ter fácil acesso

aos estudos ludibriava os pais e até mesmo a criança. Não podemos esquecer que o ato de entregar a filha a outra família era uma estratégia de sobrevivência dessas famílias e também uma forma de tentar garantir um futuro melhor. Esse tal futuro melhor seria alcançado com os estudos. Nesse sentido, muitas famílias entregaram suas filhas para outras famílias com a esperança que elas pudessem estudar.

Os estudos foram bastante enfatizados no relato de Rita. aos 12 anos, ela foi morar com uma prima que morava na capital do estado, Teresina. De acordo com o que foi narrado, os pais de Rita souberam que a prima estava precisando de alguém pra ir morar com ela: “Aí, como ele achava que eu ia estudar, ia estudar. Aí eles combinaram com ela pra mim ir, né? Que era pra ir estudar. Aí, quando eu cheguei lá (Teresina), como tinha um menino pra olhar, ela não se interessou de ir atrás de colégio pra mim estudar” (Rita, 2024). Rita cuidava de um menino de dois anos e era responsável pelos afazeres domésticos da casa, como limpar, lavar roupas e fazer comida. Em determinado momento disse: “Eu tinha que ajudar”, como se sentisse obrigada a fazer as atividades domésticas da casa por ter ido morar lá. Em outro momento enfatiza novamente:

Ela me levou, né? Dizendo que ia me levar que era pra mim estudar, como a gente morava no interior e era muito difícil ir pro colégio. Aí lá era mais fácil. Ela me levou dizendo que eu ia estudar, só que chegou lá ela não fez minha matrícula pra estudar. Ela deixou eu fazendo as coisas de casa pra ela (Rita, 2024).

Quando Rita foi levada pela prima para Teresina, ela morava na zona rural do município de Batalha. Como mencionado anteriormente, Rita migrou outras vezes, porém junto com sua família, pois viveram como agregados em diferentes fazendas de Batalha-PI e Barras-PI. Ao mudar para casa da prima, Rita disse: “Eu pensava que eu ia me dizer bem lá, que eu ia me acostumar, como não tinha costume de sair, né? Deixar os meus pais, né? Eu cheguei lá, passei dois meses, eu vim embora, eu não me acostumei” (Rita, 2024). Rita chorava muito para ir embora para casa dos pais, e a dona da casa dizia: “Não chora, não, porque tu vai te acostumar, é porque tu veio agora, tu não tem costume de vim, né?” Rita seguiu comentando sobre esse período:

Só que eu não tinha costume de fazer o que ela estava botando pra mim fazer, como eu era muito nova, né? Eu ainda não tinha aquele costume de fazer as coisas que ela queria: tomar conta de uma casa, né? Que era responsabilidade que ela queria dizer pra mim, que era lavar roupa, lavar louça, fazer tudo, lavar banheiro. Como a gente era do interior, aquela casa era mais antiga, não tinha isso, né? Não é como a capital de hoje em dia. Então era mais difícil a luta (Rita, 2024).

A fala “eu era muito nova, né?” demonstra a consciência que Rita tem no presente sobre a condição que esteve submetida no passado. As responsabilidades exigidas estavam além de sua capacidade física como criança. Rita destaca a diferença entre o modo de vida na zona rural e o cotidiano urbano ao dizer “como a gente era do interior, aquela casa era mais antiga, não tinha isso, né?”. Essa comparação revela estranhamento e também dificuldade em se adaptar ao trabalho doméstico urbano. Assim, a cidade aparece como um espaço de ruptura, com o espaço de origem da entrevistada.

Outro ponto importante a destacar é a naturalização do trabalho infantil, refletida na frase “ela queria dá pra mim, lavar roupa, lavar louça, fazer tudo, lavar banheiro”. Percebe-se também uma crítica à falsa promessa de estudo que motivou sua ida para Teresina, uma vez que o direito à educação foi negligenciado e substituído por obrigações laborais. O uso da expressão “era mais difícil a luta” sintetiza o sofrimento e a resistência de Rita. A palavra “luta” remete a sobrevivência cotidiana e à imposição de condições duras de vida e trabalho desde a infância.

A ida dessas meninas para outros lugares era facilitada por relações de confiança entre conhecidos e parentes próximos, como tias, primos, madrinhas ou a própria família procurava uma casa para filha trabalhar como doméstica. No livro “Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”, de Preta-rara, no relato de uma neta sobre suas memórias de infância e adolescência relacionadas às funcionárias que faziam o serviço doméstico para a avó, ressalta-se, de forma detalhada, como era realizado o aliciamento de meninas. Ela afirma: “Eram sempre duas morando no quartinho dos fundos, trabalhando dia e noite, sete dias por semana, sem folga, sem carteira assinada, sem quaisquer direitos trabalhistas” (Preta-rara, 2019, p. 145). Tais características estão presentes em diversos relatos ao longo do livro. Logo em seguida, fala sobre o aliciamento

Minha avó era filha de fazendeiros, casou-se com um fazendeiro e logo foi morar na cidade. Sempre buscou por moças com as mesmas características, adolescentes, de famílias humildes que vivessem no interior e normalmente semianalfabetas. O aliciamento era feito por intermédio de mulheres que recebiam dinheiro ao acharem uma “moça de confiança” para trabalharem em residências das cidades maiores (Preta-rara, 2019, p. 145).

A doação informal da criança para outra família funcionava como uma estratégia de sobrevivência de famílias empobrecidas e, para família quem recebia a criança era também uma

estratégia, mas de captação de crianças para exploração da força de trabalho. Diante disso, temos nessa relação o que José de Souza Martins chama de engano e autoengano. Ela continua:

Durante às visitas a casa da minha avó, sempre ouvi de tudo. Desde respostas negativas para saídas ocasionais aos finais de semana, acusações de furto, até mesmo assédio sexual por parte dos filhos da minha avó. A Lei Áurea naquela casa só era assinada quando a moça casava ou ficava grávida, então ia morar com o marido e, rapidamente, era substituída por outra jovem (Preta-rara, 2019, p. 145).

No trecho da narrativa em destaque, é ressaltada a falta de liberdade e violências sexuais e psicológicas. Os assédios sexuais por parte dos filhos ou o próprio dono da casa, infelizmente, eram comuns nesse contexto, aparecendo em diversos relatos ao longo do livro. A frequência com que esses relatos aparecem provavelmente está relacionada ao fato de serem anônimos, pois relatos sobre abusos sexuais são ainda um grande tabu e, geralmente, as vítimas preferem silenciar. Quando é pontuado sobre a Lei Áurea, a qual aboliu a escravidão de forma legal no país, trata-se de uma metáfora para a ausência de liberdade vivida por essas meninas, uma vez que, dentro da casa da avó, as jovens trabalhadoras domésticas vivenciavam um cativeiro permeado por diversas formas de violência.

Joana, uma das mulheres entrevistada para esta pesquisa, foi com sua mãe procurar trabalho, quando tinha 8 a 9 anos de idade. Sobre isso, ela relatou: “Foi eu que fui mais a mãe lá, na casa deles, procurar serviço. Que eu precisava de comprar minhas coisa e minha mãe não tinha para mim dá, e eu já tava também na idade de trabalhar, e foi eu que procurei” (Joana, 2021). Assim, ela saiu da zona rural da cidade e foi para zona urbana, conseguindo emprego aos 9 anos de idade para cuidar de outra criança: “(...) No início eu comecei olhando criança, porque não sabia fazer quase nada, aí depois foi que eu cresci, aprendi, aí foi que veio o trabalho doméstico. Aí, foi que eu fui começar a trabalhar fazendo as coisas de casa” (Joana, 2021).

Em sua narrativa, Joana lembra dessa época como um período bom, pois tinha comida, apesar de não ter liberdade de comer o que quisesse:

Ah, era muito era bom, que eu fui pra lá. Aí agora, fazer que nem aqueles meninos que tinha uns meninos que ia pro colégio e não queria estudar, só ia pela merenda. Aí, lá, como eu não fui logo praticamente pra fazer os trabalhos domésticos, foi mais pra olhar criança, só brincava mais ele e comia. Era muito era bom, lá tinha, né? Naquele tempo era difícil (Joana, 2024).

Joana recebia pagamento para morar na casa e cuidar de uma criança; parte do pagamento a mãe ia buscar todos os meses. A escassez de comida foi um aspecto bastante comentado pelas mulheres entrevistadas, como podemos observar nos relatos já destacados

anteriormente nesta dissertação. Na entrevista com Marlene, não foi diferente. Ela disse que trabalhava para as tias e para sua avó por um prato de comida.

[...] eu trabalhava às vezes pras minhas tias, é... limpava a casa, varrendo o terreiro, às vezes por um prato de comida, né? Porque, como minha mãe era mãe solteira, não tinha muito o que dá pra gente, o que oferecer pra gente. Aí as vezes a gente lavava roupa pra pessoa, né? Por um prato de comida, foi assim uma vida sofrida (Marlene, 2024).

Mais adiante, comentou mais sobre esse período:

Com 12, 13 anos a gente ia pro rio lavar roupa, saco de roupa delas eu levava, né? A gente ia de bicicleta, que a gente andava. Muito distante mesmo a gente ia lavar roupa. Fazia as coisas pra minha vó também, praticamente minha vó ajudava a criar a gente também. A gente fazia em troca do que ela dava pra gente também (Marlene, 2024)

Indagamos se as tias de Marlene eram as que ofereciam a proposta de trabalhar pelo prato de comida, e ela disse: “Era, às vezes até mesmo eu pedia, né? Pra fazer, e aí não precisava nem eu dizer em troca do quê, que elas já sabiam, né?” (Marlene, 2024). Quando não dava um prato de comida como pagamento, davam roupas, “Às vezes ela dava uma muda de roupa, ela agradava a gente” (Marlene, 2024). Ela ainda nutre sentimento de gratidão, como podemos perceber no trecho abaixo:

A gente sempre se deu muito bem. Foi, assim, uma vida sofrida, porque a gente fazia isso por troca daquilo, mas nunca ela maltratou e desprezou a gente. Ela sempre tratou a gente bem, como ainda hoje ela trata a gente bem (...) nunca foi assim com indiferença, pelo fato de elas terem mais e a gente menos, não. Sempre tratou a gente igual (Marlene, 2024).

Marlene trabalhou realizando atividades domésticas para as tias e avó no lugar que nasceu entre seus 12 ou 13 anos. Mas também saiu da zona rural para trabalhar na zona urbana de Barras, na casa de seu primo, com 15 anos de idade. Ela foi para casa de um primo que havia migrado para trabalhar em outro estado, e a esposa estava grávida, para que a mulher não ficasse sozinha. Perguntamos o que a mãe dela havia falado, e ela respondeu: “Não, ela apoiou, vai. Que os meninos já tavam tudo maiorzinho, e aí ela, também era sobrinho dela, ela apoiou eu vim morar com eles” (Marlene, 2024).

Marlene foi para trabalhar e fazer companhia para a mulher do primo. Lá ela ficou durante três anos, só saiu porque seu primo comprou uma casa na zona rural da cidade e se mudaram: “Porque eles se mudaram de volta pro interior. Eles fizeram uma casa no interior e

aí ela voltou pra morar lá, e ele viajando pra fora. E lá já tinha mais gente pra ficar com ela em casa, aí por isso que eu deixei" (Marlene, 2024).

Marlene recebia 50 reais, os quais usava para se manter. Nas suas palavras:

Eu só me mantinha. O que ela arrecadava lá, trabalhando, ela se mantinha com os meninos. E o que eu ganhava aqui eu me mantinha. Aí ela já tinha menos esse gasto, né? Porque eu já me mantinha só. Porque eles me davam... porque lá eu já comia, né? Almoçava, jantava, merendava. Aí só era mesmo pras coisas de higiene pessoal, era perfume, creme essas coisas (Marlene, 2024).

Além das narrativas das mulheres entrevistadas em Barras-PI, destacaremos agora a entrevista oral realizada por Paulo Fontes, Louisa Acciari, Tatianae de Oliveira Pinto e Yasmim Getirana com a líder sindical e trabalhadora doméstica aposentada Nair Jane de Castro Lima, na qual relata desde sua infância no Maranhão até sua trajetória em Minas Gerais e Rio de Janeiro, trabalhando desde os 9 anos como babá. A entrevista foi publicada na Revista Mundos do Trabalho, no dossiê "Trabalho doméstico: sujeitos, experiências e lutas", organizado por Flavia Fernandes de Souza e Maciel Henrique Silva.

Nair Jane concedeu a entrevista aos 87 anos, no dia 24 de agosto de 2017, no centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, visto como tradicional espaço de celebração da memória das elites políticas e econômicas do país. Desse modo, o ato de falar de uma memória que não pertence às elites, de uma memória marginalizada e silenciada durante muito tempo nesse espaço, significa não só a inserção de novas perspectivas de abordagens, mas também o resultado de muita luta por espaço e respeito à história de sujeitos subalternizados. Evidenciando disputa existente nesse campo da memória.

Pode-se relacionar esse aspecto à discussão realizada por Pollak (1989) sobre a memória subterrânea, uma vez que essas são difíceis de localizar e exigem que se recorra ao instrumento da história oral, diferente da memória nacional dominante, de fácil acesso. Com isso, o ato de conceder uma entrevista sobre uma memória que, por muito tempo, foi silenciada no espaço público é algo que exalta a importância dessa história. As memórias subterrâneas podem até ser silenciadas ou ocultadas durante um tempo, mas, quando surge oportunidade propícia, elas aparecem (Pollak, 1989).

Nair Jane, diante da oportunidade de escuta, narrou sua trajetória no trabalho doméstico, uma trajetória que aparece como uma exceção à regra em alguns pontos da narrativa. A regra costuma ser mulheres exploradas desde a infância no trabalho doméstico e sem possibilidade de estudar, vivenciando violências físicas, sexuais e psicológicas, sem oportunidades. Nair Jane

é uma exceção em alguns aspectos, como será apontado nos próximos parágrafos. Por esse motivo sua história será aqui destacada.

Segundo os entrevistadores, Nair Jane estava lúcida, irônica e carismática durante a entrevista. Nair Jane presidiu a Associação Profissional das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro na década de 1970, participou de sua transformação em sindicato, do qual se tornou a primeira presidente em 1988, e participou ativamente na construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ademais, foi uma das fundadoras da Confederação Latino-Americana e do Caribe das Trabalhadoras Domésticas (CONLACTRAHO), também em 1988, e do sindicato da categoria na Baixada Fluminense. No ano de 2003, recebeu o Prêmio Bertha Lutz, do Senado Federal. No ano de 2019, foi homenageada com o “Diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro”, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

O pai de Nair Jane era empregado de uma fazenda no Maranhão, mas mudou de profissão quando foi trabalhar em uma estrada de ferro. Nesse ínterim, ele e a família passaram a mudar de estado várias vezes. A família era bastante numerosa, Nair tinha 16 irmãs e um irmão. Sobre isso ela diz o seguinte:

Meu pai era empregado de uma fazenda. Com 5 anos eu saía de madrugada com meu pai pra candiar boi. Aí ele foi trabalhar em uma estrada de ferro, e a gente passou a viver que nem nômade. A gente passava um tempo em um lugar, um tempo em outro. Eu tinha 16 irmãs e um irmão. E nós não somos todos do Maranhão. Do Maranhão, acho que tem umas três. Depois veio São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro. Minas Gerais foi o lugar em que a gente ficou mais tempo. As famílias paupérrimas como a minha, que não tinham condição de educar toda aquela criança, então começavam a “distribuir” (Fontes *et al.*, 2019, p. 168-169).

Nesse trecho da entrevista, Nair Jane faz referência ao ato de “distribuir” as crianças, uma prática comum em famílias empobrecidas. Doar os filhos para famílias que tenham melhores condições financeiras, diante da situação de pobreza enfrentada e tantas bocas a serem alimentadas, era uma estratégia de sobrevivência encontrada por essas famílias. Logo em seguida, ela relata como, aos 9 anos de idade, foi trabalhar em uma casa como babá:

Fui parar lá em Minas Gerais, em São José de Além Paraíba, e lá eu fui para um orfanato. Nessa altura eu estava com quase 9 anos. E lá, quando uma família foi visitar o orfanato, comecei a brincar com os dois filhos da família, e as crianças na hora de ir embora queriam me levar. Então, a superiora falou que não podia, que eu tinha que ficar lá. Ela disse assim: “Ah, pra levar tem que pôr numa escola”. E aí, a minha primeira patroa me registrou na Escola Luiza de Castro, na Tijuca, e eu fui trabalhar no Rio de Janeiro. Eu tomava conta daquelas duas crianças. Eu tinha 9 anos, a menina tinha 6 e o menino 5. Eles estudavam numa escola que não era muito distante da minha, então eu os

levava de manhã, colocava na escola e ia para minha. Quando minha aula terminava, eu voltava, pegava-os na escola e, às vezes ainda brincava com as crianças do colégio deles quando a aula ainda não havia terminado. Eu tinha 9 anos. Usava um banquinho pra fazer o mingau das crianças, porque eu não conseguia alcançar o fogão, que era alto. E ali eu trabalhei 11 anos por casa, comida e roupa (Fontes *et al.*, 2019, p. 169).

Quando questionada sobre o que as pessoas pensaram quando a levaram para cuidar das crianças, se ia ser bom ter alguém em casa, Nair Jane respondeu da seguinte forma: “É, de trazer a neguinha pra cá [pro Rio]”. Nesse orfanato, essas pessoas encontraram a oportunidade de obter uma babá para as crianças de forma gratuita. Nair Jane ainda era uma criança, tinha apenas 9 anos de idade, uma criança negra cuidando de duas crianças brancas, um pouco mais novas. Desse modo, percebe-se como a infância de meninas negras é roubada diante das obrigações que lhes são impostas.

Até esse ponto a narrativa de Nair Jane se assemelha a de outras mulheres que tiveram suas infâncias marcadas pelo trabalho doméstico infantil. Mas, diferente de muitas outras meninas, ela foi realmente matriculada em uma escola e teve oportunidade de estudar. Nair Jane, após deixar as crianças na escola, se dirigia para sua escola.

Mas sua história de vida também é “atípica” em vários sentidos. Além das possibilidades de estudo, Nair viajou ao exterior com as famílias que a empregaram, vivenciou realidades muito diversas, aprendeu línguas e ampliou seu repertório cultural. Desse modo, se trata de uma narrativa que demonstra resistência, agência e força. Destacar a história de Nair, é mostrar que essas mulheres mesmo sendo postas em condições de trabalho desde suas infâncias não assumiram apenas a posição de vítima. Elas foram ativas nesse contexto e utilizaram estratégias para sobreviver e ir além da posição que a sociedade insistia em colocá-las como sendo “delas”.

Semelhante a tantas outras mulheres negras no país afora, Nair Jane começou a trabalhar em casa de família ainda criança, em troca de comida e quarto para dormir. Nesse sentido, a narrativa ressalta relações de trabalho permeadas por marcadores de raça, classe, gênero e geração, escancarando uma realidade constituída de assimetrias de poder que muitas mulheres são submetidas desde a infância. Mas, além disso, destaca sua posição ativa nesse contexto.

A adoção informal, infelizmente, não ficou no passado; continua presente em nossa sociedade de forma muito naturalizada. Tão naturalizada que é quase imperceptível a

exploração nesse cenário, sendo camuflada pela percepção de “ajuda”. Como podemos observar no caso de Sônia, divulgado em agosto de 2024 pela Revista Piauí e Agência Brasil<sup>37</sup>.

De acordo com a revista Piauí (2024), Sônia Maria de Jesus foi doada por sua mãe, em 1982, para a psicóloga Maria Leonor Gayotto, mãe de Ana Cristina Gayotto. Alguns jornais de circulação nacional apontam que, na época, Sônia tinha 9 anos de idade; e outros dizem que ela tinha 11 anos de idade. O fato é que, na época, ela era uma criança. A reportagem da Revista Piauí afirma que a mãe de Sônia tinha esperanças de tirar a filha da miséria e livrá-la das investidas do pai. Mas, segundo a reportagem realizada pela Agência Brasil, a irmã de Sônia, Marta De Jesus, disse que Deolinda Ana de Jesus (mãe) passou a vida inteira procurando pela filha, a qual foi levada quando tinha 9 anos, sem o consentimento da família. A mãe de Sônia morreu no ano de 2016.

Sônia é uma mulher negra, atualmente tem 50 anos de idade, natural da zona oeste de São Paulo. Em meio a algumas informações desencontradas, sabemos que, em 1982, ela foi retirada de sua cidade e levada para Santa Catarina. Surda desde criança, não foi alfabetizada e só recentemente começou a ter aulas de libras. Diante disso, se comunicava por meio de grunhidos ou de gestos.

Em setembro de 2022, foi realizada uma denúncia anônima ao Ministério Público do Trabalho de Florianópolis, afirmando que o casal Ana Cristina e Jorge Luiz de Borba mantinha Sônia, há mais de vinte anos, como empregada sem salário e sem registro. Sônia ficou trabalhando em condições degradantes durante quatro décadas em Florianópolis (SC). Em junho de 2023, mais precisamente no dia 23, Ana Cristina e seu marido Jorge Luiz de Borba, entraram com o pedido de reconhecimento de paternidade e maternidade de Sônia, uma estratégia utilizada para não entrarem na lista suja do trabalho escravo. Desse modo, negaram a acusação e sustentaram que Sônia é uma pessoa da família.

Sônia foi vítima de trabalho escravo contemporâneo por quatro décadas. Todo esse tempo, ela trabalhou na casa de um desembargador: Jorge Luiz de Borba, especialista em justiça do trabalho. Ela foi resgatada em uma operação contra o trabalho análogo à escravidão. No entanto, após o desembargador e a esposa alegarem paternidade e maternidade afetiva, Sônia, dois meses depois do resgate, retornou à residência dos investigados, por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do ministro Mauro Campbell Marques.

---

<sup>37</sup> A história Muito Brasileira de Soninha. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/a-historia-muito-brasileira-de-soninha/>. Acesso em: 22/05/2025. Caso Sônia é desastroso para combater o trabalho escravo, alerta auditor. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/caso-sonia-e-desastroso-para-combater-trabalho-escravo-alerta-auditor>. Acesso em: 22/05/2025.

De acordo com a Agência Brasil (2024), tal atitude abre um precedente perigoso para o combate a esse tipo de crime, conforme apontou o coordenador-geral de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho (MTE), André Roston. Campbell discordou da conclusão do Ministério Público do trabalho de que Sônia estava submetida em condições análogas à escravidão. O relator do caso no STJ afirmou que era nítido que, durante os 40 anos que Sônia esteve com a família, foi um membro da família, e não uma vítima de trabalho análogo a escravidão. Dessa forma, concluiu que não havia razões para que Jorge Luiz e Ana Cristina fossem acusados (Agência Brasil, 2024).

As relações desenvolvidas no trabalho doméstico, por serem realizadas em âmbito privado, acabam tornando-se muito pessoais na maioria dos casos. Os empregadores se valem disso usando a frase “*quase* da família”. A palavra “*quase*”, destacada na frase, já deixa evidente que a pessoa não é da família: ela é *quase*. Muitas vítimas desenvolvem o sentimento de gratidão com a falsa ideia de pertencimento à família. Retomaremos essa discussão no próximo capítulo. Diante desse contexto, Ana Beatriz e Jorge Luiz se valeram disso para escapar da acusação. Algo que até o presente momento, deu certo, pois a paternidade e maternidade afetiva foram concedidas. Esse caso nos possibilita refletir sobre a não criminalização do trabalho doméstico análogo à escravidão, principalmente de mulheres negras, desde a infância.

O crime é ocultado pelas relações ditas familiares desenvolvidas no trabalho doméstico. Quando o caso ganhou repercussão nas diversas mídias, o presidente do Tribunal de Justiça, João Henrique Blasi, disse que Sônia é uma “moça acolhida desde os 11 anos, convivendo familiarmente, como um filho da família”. É válido ressaltar que Sônia nem mesmo tinha documentos pessoais, só tinha a certidão de nascimento. Um membro da família ficaria por tanto tempo sem CPF, identidade e outros documentos pessoais? Sem falar do descaso em relação à alfabetização de Sônia. Além disso, de acordo com o defensor público da União (DPU), William Charley, os demais filhos da família são profissionais bem-sucedidos, com curso superior. Sônia não tinha vida social fora do núcleo familiar dos Borba e não teve acesso à saúde. O caso de Sônia é mais um dentre tantos que escancaram a escravidão contemporânea no Brasil, no contexto do trabalho doméstico.

Mesmo a Defensoria Pública da União recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir que os investigados reencontrassem Sônia até o fim da investigação, Sônia retornou para a família Borba. Quando Sônia retornou para casa do desembargador, a ela foi negado o direito de resgate. Esse caso se torna ainda mais emblemático porque Sônia não consegue narrar sua própria história. Assim, sem ser alfabetizada, Sônia também teve mais um direito negado.

Além do defensor público, o auditor fiscal do MTE, André Roston, afirmou que a investigação demonstrou que Sônia não era da família, uma vez que as fotos nas redes sociais da família não a incluíam. O tratamento destinado a Sônia era de trabalhadora, e não membro da família, como foi alegado pelo desembargador. Roston disse ainda que Sônia não existia formalmente até os 45 anos de idade: apenas no ano de 2019 ela teve o seu primeiro Registro Geral (RG) expedido. Qual pai e qual mãe deixam o filho sem existir durante tantos anos?

Nos últimos meses de 2024, o movimento “Sônia Livre” ganhou força nas redes sociais e tem chamado atenção de ativistas e artistas. Uma fotografia de Sônia tem circulado nas redes sociais em prol de sua liberdade. Irmãos biológicos, ativistas e artistas pedem que Sônia saia da casa do desembargador. Entretanto, até o presente momento, Sônia continua com a família Borba.

A falsa adoção de meninas empobrecidas nesse contexto torna-se uma estratégia de captação de força de trabalho infantil para exploração. Um relato extraído da obra de Preta-Rara (2019) ilustra com clareza essa realidade vivida por muitas meninas.

[...] minha avó foi retirada dos pais muito cedo com a desculpa de “estudar” foi dada a uma outra família em São Paulo. Ela não tinha nem 7 anos e já tinha que ser responsável por toda a casa e três crianças (...). Ela sempre comentava das surras e de como ela queria ter estudado. (..) o sinhozinho já tinha tomado umas liberdades com ela (Preta-rara, p. 193, 2019).

Os estudos são visualizados por famílias empobrecidas como uma alternativa para superar a pobreza enfrentada. Os estudos figuram, nesse contexto como uma forma de conseguir uma vida mais confortável. Desse modo, famílias se valem desse desejo para aliciar crianças para o trabalho doméstico, as colocando em situações degradantes. O caso citado acima exemplifica essa situação, assim como trechos das entrevistas que realizamos.

A doação informal de crianças empobrecidas deixou marcas profundas em diversas mulheres, tendo em vista que muitas delas foram exploradas de diferentes formas dentro de residências de terceiros. O relato destacado a seguir ressalta as violências sofridas nesse contexto:

Minha mãe é empregada doméstica e teve uma infância bem sofrida, pois aos 8 anos foi entregue a uma família para ser “cuidada”. Ocorre que ao chegar nesta casa, onde pra ela era a esperança de uma vida melhor. Descobriu que na verdade ela estava lá, era pra cuidar de uma outra menina um pouco mais nova que ela e fazer o serviço de casa. Minha mãe conta que o “salário” que recebia ia direto pras mãos da minha vó, que as roupas que ela usava eram sempre sobras de roupas de outras pessoas. Sua comida era separada, e servida em latas de sardinha, sem sardinha é claro. (...). Sem falar que não podia

estudar, pois tinha que estar sempre a postos para atender as necessidades dos patrões. Inclusive as visitas noturnas do patrão que a “acariciava como se fosse sua filha”. E isso durou até minha mãe ter 12/13 anos, onde em uma das visitas a casa da minha vó, se negou a voltar para o trabalho, mesmo após levar uma surra da minha vó (...) (Preta-rara, p. 175, 2019).

A Socióloga Dra. Elizabeth Hodge-Freeman, no livro intitulado “Second-Class Daughters: Black Brazilian Women and Informal Adoption as Modern Slavery”, examinou a vida de mulheres brasileiras, em sua maioria negras, que foram levadas para famílias ricas sob o pretexto de “adoção”, apenas para serem tratadas como escravas - trabalhadoras domésticas não remuneradas. Sendo o tipo de exploração pautada no discurso da adoção informal, as filhas adotivas exploradas no trabalho doméstico. A autora argumenta que as meninas ficavam presas nessa prática exploratória devido razões estruturais (analfabetismo, falta de recursos financeiros, isolamento sociais) e considerações afetivas (justificativas morais e manipulação emocional). As chamadas “filhas de criação”, meninas adotadas informalmente, não ocupavam o lugar de filhas, mas sim de serviços invisíveis dentro da estrutura familiar.

Essas dinâmicas descritas por Hodge-Freeman refletem a realidade brasileira, sobretudo quando se observam os relatos de mulheres que vivenciaram infâncias marcadas pela pobreza, pela perda precoce de vínculos familiares e pela inserção forçada no trabalho doméstico. As narrativas coletadas nesta pesquisa evidenciam experiências que comprovam as afirmações realizadas pela autora. Um desses relatos é o de Josefa.

Entrevistamos Josefa, 48 anos, casada, parda. Josefa foi a mulher que, de início, havia recusado conceder a entrevista, mas depois me procurou querendo falar sobre sua história. É importante ressaltar que Josefa foi de forma voluntária conceder a entrevista, sem nenhuma pressão. Respeitamos a decisão de cada pessoa que convidamos para participar desta pesquisa; não insistimos em nenhum momento. Apenas entrevistamos as pessoas que se sentiam à vontade para falar sobre o assunto. Josefa relatou que teve uma vida muito difícil na infância, por ser muito pobre e por seu pai ter falecido, deixando sua mãe com oito filhos para criar sozinha. Quando o pai de Josefa faleceu, a situação financeira da família piorou e todas as filhas tiveram que trabalhar. Apenas uma foi trabalhar em uma loja, e as outras como domésticas, ainda crianças. Uma delas foi doada para ser babá em Teresina. Josefa menciona uma fala de seu pai: “E quando o papai era vivo ele dizia, que nenhuma fia dele ia trabalhar em casa de família, né? Em casa de ninguém, pra não humilhar as fia dele. Ai quando ele morreu foi o jeito que tem eu ir, aí depois foi a outra, e a outra e foi indo” (Josefa, 2024). Nesse trecho, Josefa recordou da frase dita por seu pai que revela o desejo de proteger as filhas da exploração doméstica.

Essa narrativa de Josefa nos permite articular o relato com um conceito central trabalhado por Elizabeth Hordge-Freeman: “Cativeiro afetivo”. Segundo a autora, se refere à maneira como as mulheres entrevistadas, as filhas de criação, foram privadas de educação, recursos financeiros e socializadas para se sentirem moralmente obrigadas e emocionalmente apegadas e dependentes de suas famílias adotivas. Os apegos afetivos que elas desenvolveram a essas “famílias adotivas” desempenharam um papel significativo na perpetuação de sua exploração, funcionando como um mecanismo sutil, mas eficaz, de controle e submissão. Desse modo, o afeto que poderia representar uma forma de acolhimento, tornava-se instrumento de exploração.

Frequentemente, essas adoções informais envolviam o envio das crianças para municípios ou estados distantes, rompendo laços familiares. Um dos aspectos bastante mencionados nos relatos orais colhidos e nas demais fontes analisadas, foram os deslocamentos dessas meninas. Como mencionado por Sayad (1998), a migração é um fato social completo. Para o autor é importante que sejam analisadas todas as particularidades, o contexto em sua totalidade. Nesse sentido, propõe-se uma reflexão que vá além do processo, adotando um olhar atento e sensível em relação aos sujeitos envolvidos, considerando suas escolhas e seus posicionamentos diante das possibilidades que tinham. Sendo assim, a trajetória dos sujeitos é tão importante quanto as condições estruturais que os levaram a migrar para entender esse processo.

Os apontamentos desse autor nos conduzem a pensar a migração de uma forma mais profunda e complexa, considerando o sujeito em sua totalidade, os paradoxos da experiência migratória, o retorno, a jornada e a interdisciplinaridade. Sayad era sociólogo, foi migrante, e nos deixou, por meio de suas pesquisas, importantes considerações teóricas e analíticas sobre as migrações, ampliando horizontes da compreensão tradicional e lançando novas perspectivas sobre o fenômeno.

Partindo dessa abordagem sensível e crítica, podemos dialogar também com a perspectiva de Silva e Menezes, especialmente ao analisarmos a migração de pessoas que viviam no campo:

A explicação das desigualdades regionais é relevante para entender as migrações de significativos grupos sociais da Região Nordeste em direção à Região Sudeste do Brasil. No entanto, acreditamos que há uma lacuna subjacente a essa visão, ao não incorporar o significado das migrações para os próprios agentes envolvidos nesse processo social. Destacaríamos aqui os estudos que utilizam, como eixo de análise, as condições de reprodução social do grupo familiar e, particularmente, os estudos que demonstram que as

migrações internas no Brasil constituem importante estratégia para a reprodução social de famílias camponesas (Menezes; Silva, p. 5).

Conforme apontado por Menezes (2020), a migração é feita por indivíduos, mas é constituinte das estratégias de reprodução social de toda a família. Em Barras, os homens migravam para outros estados com intuito de garantir a subsistência da família e a posse das terras. Além desse tipo de migração, bastante comum na cidade, a migração feminina, de certa forma forçada, para exploração no trabalho doméstico também era frequente, como podemos observar nos relatos colhidos para pesquisa.

Nesse ínterim, o principal local de destino das “crias da casa” ou “filhas adotivas” era a capital do estado, Teresina. Para Menezes e Silva, a migração, enquanto processo, responde às necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e às necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, ascensão social, de projetos de vida).

De acordo com Rosana de Jesus dos Santos (2025), o trabalho doméstico, além de ser uma estratégia de sobrevivência, era um meio de preparar meninas para o casamento e a maternidade. Ao longo da realização das entrevistas, percebemos que a migração de meninas ou mulheres jovens para o trabalho doméstico era uma prática bastante comum no período. A migração ocorria de forma “voluntária” ou, muitas vezes, induzida pelos pais. As duas formas aparecem nas narrativas que colhemos nas entrevistas orais. Assim, ou migravam por “iniciativa própria”, ou eram doadas na infância pela família. Isso como mencionado por Rosana de Jesus dos Santos, se configura como uma estratégia de sobrevivência articulada às construções de gênero dos grupos empobrecidos da zona rural. Rosana pontuou que a pobreza vivida no campo, a atração exercida pela cidade e suas novidades, a possibilidade de estudar na cidade e, ao mesmo tempo, fugir dos trabalhos rurais considerados pesados são possíveis explicações para o movimento migratório de mulheres.

Eram meninas adotadas informalmente para executarem o trabalho doméstico, muitas vezes sem remuneração, sendo punidas em caso de desobediência, como evidenciado no relato de Maria. Segundo Darcy Ribeiro apud Santos (2025), o motor que movia as casas eram as criadas. Meninas levadas das fazendas, que cresciam com a responsabilidade de todo o serviço: cozinar, lavar, passar e varrer. Muitas vezes, sem salário. Como forma de pagamento, recebiam restos de roupas e sapatos. Sem contato externo, envelheciam e morriam no serviço, aparentemente muito queridas como pessoas da família, mas, de fato, “escravas vitalícias”.

Ouvir as mulheres entrevistadas para essa pesquisa nos permitiu acessar os significados que elas atribuem às suas experiências de vida, estruturados por meio da memória narrada no

presente. Embora fossem consideradas livres oficialmente, suas condições eram de cativas. Suas trajetórias evidenciam que, mais do que simples deslocamentos em busca de melhores condições, essas migrações foram, em grande parte, forçadas pelas circunstâncias da pobreza e pela lógica de sobrevivência das famílias camponesas. As meninas, eram aliciadas e enviadas para outras cidades, rompendo laços familiares e sociais. Suas histórias nos conduzem a refletir criticamente sobre os reais interesses das famílias que as “acolhiam”, sob o pretexto de proteção e cuidado, buscavam mão de obra submissa e barata para trabalharem em suas casas como domésticas.

### 2.3 “PORQUE QUE A MINHA MÃE IA MANDAR PRA UM LUGAR TÃO DISTANTE, CONVIVER COM PESSOAS DISTANTE?”

Ressaltaremos aqui a história de Luzia, 48 anos, divorciada, autodeclarada parda, que realizou diversos deslocamentos para casa de terceiros, a maioria deles para capital do Piauí, Teresina. A conhecemos há muito tempo, o que facilitou o contato. A entrevista foi realizada no ambiente de trabalho da entrevistada, conforme solicitado. Ao encontrá-la no local e horário marcados, comentou que tinha apenas 30 minutos para conversar, afirmei que isso não seria um problema. Iniciamos a entrevista e os 30 minutos se transformaram em quase uma hora e meia de diálogo. Luzia disse: “Você tá com tempo, né? que agora já estamos aqui, vamos ter que esperar até 12 horas, pra você não ter que vir depois”. O horário de meio dia seria o intervalo para o almoço, às 12 horas ela ainda não havia terminado de contar sua história, mas pediu que se possível eu retornasse outro dia para continuar o diálogo. O retorno não foi possível devido alguns contratemplos, mas a única entrevista realizada nos deu respostas muito importantes para nossos questionamentos.

A infância de Luzia, foi marcada por várias dificuldades, semelhantes às enfrentadas por muitas crianças que crescem no meio rural. Descreveu da seguinte forma: “Minha vida, minha infância em Barras, ela foi bem, bem difícil, né? como a maioria das crianças que moram na zona rural” (Luzia, 2025). O seu pai não a reconheceu como filha: “Fui criada somente pela minha mãe. Meu genitor não me reconheceu como filha dele” (Luzia, 2025).

Sua mãe, teve onze filhos, dos quais dois faleceram ao nascer. Com os nove filhos sobreviventes, enfrentou uma vida de muito trabalho e muita escassez. Desde muito cedo, todos foram inseridos em atividades laborais para contribuir com a subsistência da família. O trabalho na roça e a quebra do coco eram parte da rotina das crianças, que eram obrigadas a amadurecer antes do tempo, devido as privações: “E a gente trabalhou na roça e também trabalhamos

quebrando coco. E a infância lá foi muito difícil. Não foi fácil” (Luzia, 2025). Diante das dificuldades, a rede de apoio eram os avós maternos. Eles representavam base afetiva e material para sobrevivência da família, oferecendo suporte sempre que possível. Mesmo com esse auxílio, as condições de vida eram extremamente precárias.

Luzia e a família viviam em terras da família Lages. As terras onde morava desde a infância, haviam sido habitadas antes por seus bisavós e avós, que chegaram ao local ainda jovens. Tratava-se de uma propriedade pertencente a um grande latifundiário, proprietário da localidade chamada Barro Preto. Essa localidade integrava um conjunto de terras concentradas nas mãos da família Lages, tradicional detentora de vastas extensões de terras no município de Barras e em regiões circunvizinhas.

Na narrativa, Luzia destaca a permanência histórica da família Lages como controladora da maior parte das terras da região, sugerindo a falta de acesso às terras pela população empobrecida da cidade. Embora estivessem vivendo lá há muitos anos, sua família ainda não tinha a posse legal das terras:

[...] não, a terra que a gente morava... meus bisavós, meus avós moravam. Eles chegaram lá bem, bem jovens. Aí eles foram casando, tendo filho. Era da família de Lages, os Lages. E quando eu me entendi por gente, a gente já morava na terra do seu N. Lages, que ele era proprietário da localidade chamada Barro Preto. Então, não era nossa, era de um grande latifundiário, que detém praticamente todo comando das terras da região, no município dentre outros municípios circunvizinhos da cidade de Barras. Eles são grandes proprietários de lá, a família Lages (Luzia, 2025).

Embora a família dela não realizasse pagamentos em dinheiro pela permanência na terra, havia uma relação de dependência econômica. Sua mãe, por exemplo, não “tirava roça”, como se costuma dizer no interior, sendo essa responsabilidade atribuída ao avô. Ele cultivava grandes áreas, mencionadas como “seis léguas”, mas não tinha autonomia plena sobre o uso da terra. Para iniciar o plantio, era necessário obter autorização do dono da terra, o que evidencia uma relação de subordinação e controle. Além disso, um percentual era entregue ao proprietário como forma de compensação pelo uso da terra. Esse tipo de arranjo configura uma espécie de parceria forçada, em que o trabalhador rural, apesar de realizar todo o cultivo e manejo da terra, era obrigado a dividir os frutos do seu trabalho com o proprietário da terra, em troca do lugar para morar e plantar:

[...] pagar mesmo, em termos de dinheiro, a gente não pagava. Mas assim como a minha mãe não tirava roça, como dizem no interior meu avô era quem tirava. Um percentual do que ele... digamos assim, que ele fazia uma roça de seis léguas, né? Seis... seis léguas não, como é o nome que eles chamam? eu

nem me lembro aqui, mas acho que é seis léguas. E aí, um percentual dessa produção da roça ele tinha que compartilhar com o dono da terra. Eles autorizavam. Tão tal que eles não tinham autonomia para fazer a roça em si. Quando eles iam fazer a roça, tinham que pedir autorização, e um percentual do que eles produziam eles dividiam com dono da terra (Luzia, 2025).

A narrativa de Luzia aponta uma prática comum em muitas regiões rurais do Brasil: a parceria informal entre grandes proprietários de terra e trabalhadores camponeses, como destacado na discussão do primeiro tópico deste capítulo. Embora não haja um contrato formal ou pagamento em dinheiro, a exigência de divisão da produção e a ausência de autonomia evidenciam uma forma de relações exploratórias de trabalho.

Posteriormente, Luzia e a família mudaram-se para o povoado Bonfim, separado do primeiro, povoado Barro Preto, apenas por uma vereda, ou seja, um pequeno caminho. Ambas as localidades estavam situadas em terras pertencentes à mesma família, os Lages. Num primeiro momento, viviam nas terras de N. Lages, e após a mudança, passaram a viver nas terras de E. Lages, outro membro da mesma família.

Com o passar do tempo, ocorreram algumas mudanças. O povoado Barro Preto passou a ser denominado Assentamento Barro Preto, e o povoado Bonfim, onde a família migrou, também foi transformado em Assentamento Bonfim. Destacando o processo de reforma agrária, indicando a transição de terras privadas para ocupações regularizadas pelo Estado, em benefício de famílias camponesas empobrecidas:

É povoado. Hoje é se chama povoado... não, hoje se chama Assentamento Barro Preto. Foi onde a gente morou. Depois, a minha mãe mudou pro povoado Bonfim, que é o que divide os dois é só uma vereda. E aí a gente saiu do Barro Preto pra gente ir pro Bonfim, e no mesmo, na mesma família, da mesma família Lages. Saímos das terras do seu N. Lages para as terras do E. Lages, também pertencente à mesma família. Então, a gente morava antes no povoado Barro Preto, que foi onde meus avós, os pais deles, moravam, e passamos a morar povoado Bonfim, que hoje também é chamado Assentamento Bonfim. Lá foi um processo de reforma agrária (Luzia, 2025).

Durante a infância, Luzia e sua família viviam em uma casa com condições extremamente precárias, principalmente quando mudaram-se do povoado Barro Preto para o povoado Bonfim. A casa em que moravam era construída com taipa e palha. O telhado era coberto com palhas do coco babaçu, enquanto as paredes eram feitas de barro: “O telhado, era coberto pela palha do coco babaçu, e as paredes de barro. Inclusive, na época de inverno, a gente tinha muita dificuldade” (Luzia, 2025).

No período de chuvas as dificuldades aumentavam. As goteiras, os vazamentos e a infiltração da água da chuva comprometiam o conforto e a segurança da moradia. A localização da casa também agravava a situação, ela estava situada próxima ao encontro de várias correntezas, especialmente de um riacho conhecido como Bonfizinho, que frequentemente transbordava durante o inverno e fazia a água invadir a casa: “Então, período de inverno, as paredes da nossa casa, as palhas, tinham muito vazamento, muita goteira, e isso dificultava muito” (Luzia, 2025).

As paredes de Barro, em períodos de chuvas, precisavam de reparos e reconstruções. Os tios e irmãos ajudavam a fazer isso. Às vezes, as paredes eram improvisadas com palha, até que o período chuvoso passasse e fosse possível restaurar a estrutura de barro novamente: “Quando não segurava a parede de barro, a gente fazia a parede de palha mesmo. Sempre quando as paredes de barro danificavam, a gente fazia o conserto com o de palha, até passar o período de inverno e que o barro começasse a segurar, pra fazer a parede de novo” (Luzia, 2025).

Luzia descreve sua infância como um período de muitas dificuldades em relação a alimentação. A escassez de comida aparece de forma recorrente nos relatos das mulheres entrevistadas, configurando-se como uma marca profunda das experiências vividas na infância. É importante sublinhar esse aspecto, pois a fome não apenas evidencia as condições materiais extremas às quais essas meninas estavam submetidas, como também funciona como um dos elementos centrais na decisão, ou na necessidade de deixar suas casas em busca de melhores oportunidades.

Na região onde morava, havia uma quitanda, equivalente às mercearias atuais, pertencente a um latifundiário. Essa quitanda funcionava como um dos poucos pontos de comércio acessíveis na localidade, embora funcionasse sob uma lógica de crédito limitado e preços desproporcionais em relação ao esforço de trabalho rural. “Nesse tempo, tinha uma quitanda, né, lá na região, que inclusive era do... Quitanda é uma espécie de mercearia, a quitanda era uma espécie de mercearia atual” (Luzia, 2025).

Desde muito pequenas, Luzia e suas irmãs, com idades entre seis e onze anos, acompanhavam a avó no trabalho de quebra de coco babaçu. Sua mãe, ficava em casa cuidando dos filhos menores. Ao final do dia, a produção das crianças era vendida na quitanda, e com o dinheiro obtido, por vezes, o equivalente a sete quilos de coco por um único quilo de arroz, sua mãe comprava os alimentos que compunham a refeição diária da família:

E a gente passava o dia todo quebrando coco, e o que a gente conseguia quebrar, eu e minhas irmãs, que a gente era todas pequenas, a gente vendia na quitanda. Minha mãe vendia na quitanda no final do dia, e aquilo ali ela comprava digamos um quilo de arroz. O equivalente, hoje, a sete quilos de coco dava pra comprar um quilo de arroz, naquele tempo, na década de 80. E era isso que a gente fazia de refeição. É basicamente o quê? é a minha mãe comprava o arroz, e ela trazia, e a gente cozinhava o arroz com azeite de coco. E a gente comia uma espécie de mingau de arroz. Era a refeição do dia, porque aí a gente não tinha o café da manhã, a gente não tinha o almoço, era uma refeição só. Quando era período de chuva, a gente ia quebrar coco com a minha vó, quando a gente não quebrava muito, a gente, basicamente a minha mãe tirava o palmito e fazia, e fritava esse palmito com azeite de coco, ela substituiu o arroz que a gente comia. Porque, lá na quitanda, eles não vendiam assim fiado, por conta do próprio valor e da própria conta que, às vezes minha mãe já tinha. Então, ia acumulando, e às vezes chegava uma certa quantidade de conta que ela não podia comprar mais fiado. Tinha que quebrar o coco para comprar aquele arroz do dia. E, quase sempre, era só o mingau de arroz com azeite de coco e sal - nossa refeição diária (Luzia, 2025).

Em períodos de menor produtividade ou durante as chuvas, quando quebravam menos coco, a mãe recorria ao palmito extraído do babaçu como substituto ao arroz, fritando-o com azeite de coco para alimentar os filhos. Além das dificuldades com a produção, havia restrições no acesso à quitanda. O sistema de crédito utilizado impunha limites: ao atingir um certo valor em compras que eram no modo fiado, a família ficava impossibilitada de adquirir novos itens sem antes quitar a dívida.

Esse relato permite um diálogo direto com o sistema de avimento, historicamente utilizado para manter trabalhadores em ciclos contínuos de endividamento e dependência<sup>38</sup>. A dívida, nesse contexto, não é apenas uma questão contábil, mas um instrumento de sujeição, que restringe escolhas e limita a autonomia das famílias trabalhadoras.

A escola do povoado era muito distante: “Quando a gente mudou pra o Bonfim, a nossa escola era no Barro Preto, bem distante. Era mais ou menos uns 10 km pra gente ir, e 10 km pra gente voltar” (Luzia, 2025). Os alunos eram matriculados na escola aos sete anos, na primeira série. Luzia e os irmãos apesar da distância frequentavam a escola quando tinham tempo para ir, embora não conseguissem aprender de fato: “Mas a escola era tão precária, em termos de estrutura mesmo, de professores, de material didático e tudo... E a gente ia pra escola, mas a gente não aprendia” (Luzia, 2025). Antes do estudo faziam o trabalho na roça.

---

<sup>38</sup> Cardoso (2011) analisou o sistema de avimento durante o processo de expansão do comércio gumífero. O avimento significava uma prática econômica baseada no endividamento ou crédito que mantinha a cadeia de produtores das “drogas do sertão amazônico, aviando-os, ou seja, fornecendo-os alimentos, armas, roupas dentre outros gêneros, em troca dos produtos conseguidos na floresta.

E a gente fazia assim: de manhã, a gente ia pra roça com meu avô, quando era período de roça. Ia eu, e minha irmã mais velha e dois primos meu - o N. (que a gente chama de N.) e Z.. E a gente ia em troca de trabalho: um dia eles iam pra trabalhar na roça da mãe, e outro dia a gente ia pra trabalhar na roça do pai dele. Então, a gente ficava lá na roça em termos de, até 11:30, mais ou menos. A gente estudava de tarde. Aí ficava até 11:30, aí voltava pra casa da roça, tomava banho e ia pra escola. Saía mais ou menos umas 12:00/12:00 e pouco, mas o sol era tão quente, tão distante... Tinha dia que a gente ia chegava lá, não tinha aula. E muitas vezes a gente ia mais pensando na merenda, mesmo que fosse uma merenda ruim. E quando a gente ia, que raramente a gente ia, que tava sempre trabalhando ou quebrando coco ou na roça e nem sempre dava tempo. E quando a gente ia que não tinha aula ou não tinha merenda, a gente voltava pra casa. E eu não sei lhe dizer como é que a gente voltava de volta... Porque a gente já tinha ido pra roça sem comer nenhuma refeição de manhã. A gente só levava a cabaça com água. A gente ficava lá capinando, muitas vezes era capinando a manhã - Aí banhava - só se jogava água - e ia pra escola. E era muito longe, no sol. A gente voltava, quando não tinha aula, praticamente no mesmo rastro. Porque, quando não tinha se a gente demorasse, minha mãe brigava. Então a gente voltava desfalecido. E quando a gente chegava em casa, tipo duas horas, que não tinha tido aula, não tinha merenda, a gente tinha que ir atrás de coco, ou de palmito, alguma coisa pra gente ter a refeição do dia. E era nessa escola. A gente, eu me recordo que eu saí de lá e nunca aprendi a ler e nem escrever. Mas tinha essa escola. Ainda hoje tem (Luzia, 2025).

Na narrativa é interessante notar como o trabalho se sobrepõe ao estudo, numa rotina de sobrevivência. As atividades laborais, divididas entre a roça e a quebra do coco, eram compartilhadas entre irmãos e primos, numa lógica de trabalho comunitário entre famílias, algo comum no meio rural. Diante da escassez de comida enfrentada, a merenda escolar era um grande atrativo para irem à escola, embora não conseguissem aprender devido às precárias condições da escola e da vida. Quando não tinha aula na escola, deviam retornar o mais rápido para casa com objetivo de trabalhar e conseguir a refeição do dia com aquele trabalho que iriam realizar.

Esse relato revela múltiplas dimensões da precariedade vivida: a fome, o cansaço, a sobrecarga de responsabilidades e, ao mesmo tempo, o esforço de permanecer vinculado à escola. As memórias de Luzia também iluminam a complexa rede de vínculos comunitários, relações de solidariedade intrafamiliares e as pequenas negociações com o tempo e o trabalho que compunham o cotidiano de muitas crianças empobrecidas do meio rural.

O tempo para estudo e brincadeiras era sugado pelas responsabilidades relacionadas à sobrevivência. Quando questionamos se havia tempo para brincadeiras, respondeu:

[...] não, a gente num... sabia que, apesar da gente, da gente ser criança a gente não tinha tempo de brincar, porque ou a gente tava na roça, ou a gente tava quebrando coco, ou tava limpando a casa, ou tava lavando roupa. Mas eu me

lembro de uma brincadeira nossa uma vez, que era quando dava pra gente brincar (Luzia, 2025).

O tempo destinado ao brincar era relativamente curto, pois o dia era ocupado pela quebra do coco, ou outras atividades domésticas. Essa afirmação, não apareceu apenas no relato de Luzia, outras entrevistadas também mencionaram que o tempo era preenchido pelo trabalho, pois precisavam ajudar os pais a conseguir recursos para a alimentação. O brincar era, de certa forma, deixado de lado, até que conseguissem encontrar tempo. Por esse motivo, a maioria das mulheres entrevistadas afirmam não ter tido infância, uma vez que as vivências relacionadas a esse período foram substituídas por outras responsabilidades da fase adulta. Essas responsabilidades eram impostas pelas famílias não com objetivo de prejudicar os filhos, mas com intuito de garantir a sobrevivência de todos os membros da família. Desse modo, percebe-se que essas famílias eram obrigadas a usarem tais estratégias a fim de sobreviver.

Desde muito jovem, Luzia experimentou o peso do deslocamento forçado e da responsabilidade precoce. Ela saiu da zona rural de Barras, para zona urbana, ainda antes de completar nove anos de idade. Aos sete anos, foi doada informalmente por sua mãe para viver na casa de uma senhora idosa, mãe de um comadre, sob o pretexto de “fazer companhia”:

(...) A primeira vez que eu saí de lá do interior, pra ir pra casa de alguém, eu fui pra uma cidade, lá pra Barras mesmo. Minha mãe, ela era, é comadre de um, acho que até hoje ele é vivo, não sei - na época ele era um magarefe, o seu P. M., chamado. E aí minha irmã mais velha já morava na casa da sobrinha dele; ela foi pra lá cuidar de uma garota que se chamava M., ela tinha uns 10 anos. E aí esse P. M., comadre da minha mãe, uma vez minha mãe foi na cidade e voltou com essa história de que ele tinha pedido uma de nós, né? Que seria a segunda filha já, pra ir pra casa da mãe dele, pra fazer companhia pra mãe dele (Luzia, 2025).

No relato acima, percebe-se que a prática de doar as filhas informalmente era bastante comum, como apontando em sua fala: “Que seria a segunda filha já, pra ir pra casa da mãe dele, pra fazer companhia pra mãe dele”. A partir dessa afirmação, observamos explicitamente a manobra realizada para aliciamento da força de trabalho infantil doméstica. A primeira irmã, doada para “fazer companhia”, na verdade foi ser babá de outra criança com apenas 10 anos de idade. Com a segunda filha doada não foi diferente:

Eu deveria ter uns 7 anos, nesse tempo. Aí, eu fui pra cidade fazer companhia pra essa mãe dele, só que lá a gente não fazia companhia. Que existia uma moça que morava com essa senhora - não me recordo o nome da moça agora. O nome da senhora, eu me recordo, mas o nome dela, não. Era assim, uma mulher mais ou menos de 50 anos, e ela morava nessa casa com essa senhora

desde garota. Não sei também onde os familiares dela moram. Mas eu lembro que era uma moça ranzinza, bem zangada, bem troncada. Não era meio assim pouco maleável, de poucas palavras ela era. E nessa casa morava essa senhora e essa acompanhante, digamos. Era uma mulher negra, que também era analfabeta, e ela tomava conta dessa casa. As refeições dessa casa elas vinham toda da fazenda do filho dessa senhora – inclusive, hoje, essa neta dela é até vereadora lá de Barras, já foi prefeita, vice-prefeita uma coisa mais ou menos assim. E a gente passava o dia todo tomando conta das coisas, fazendo os afazeres domésticos. Eu lembro que a gente acordava muito cedo, mais ou menos umas 5 horas da manhã, e a gente já começava a limpar o quintal. Tinha muita galinha, muita planta. Aí depois, eu ia pegar o bendito leite lá na fazenda desse pessoal, trazia, e aí a gente ficava esperando os alimentos virem lá da casa grande, chamada da fazenda, pra gente tomar o café (Luzia, 2025).

Luzia se viu inserida em uma rotina intensa de trabalho doméstico, ao lado de outra mulher que já residia na casa há anos e que também havia ido ainda muito jovem. A promessa de cuidado e acolhimento não se concretizou. Passava os dias limpando o quintal, lavando banheiros, carregando leite da fazenda e aguardando refeições que, muitas vezes, sequer lhe eram destinadas. Apesar de o alimento estar presente, ela relata que não lhe era oferecido, o que resultava em episódios frequentes de fome:

Embora eu fosse pegar o leite, né? Mas a gente só tomava o café preto com um pedaço de cuscuz. Esse leite era mais pra senhora lá, a gente não utilizava. Então eu ajudava essa moça lá a lavar banheiro, limpar a casa. A comida a gente não fazia, fazia lá nessa casa e vinha pra gente sempre 13 hora, 14 horas a comida da senhora...não, chegava tipo 11 e pouco, cedo, a refeição dela. Mas a gente, eu não me recordo de ter feito companhia pra ela alguma vez. Eu me recordo de tá sempre ajudando essa senhora lá, que morava desde criança, nos afazeres domésticos (Luzia, 2025).

Luzia conseguiu, depois de um tempo, retornar para zona rural, onde sua família morava, mesmo contra a vontade de sua mãe. No entanto, após mais ou menos antes de completar 9 anos foi doada novamente para outra família:

(...) Passou um tempo, e mais ou menos, uns acho que antes de eu completar 9 anos, teve uma mulher que chegou lá em casa. Ela era nora do seu N. Lages, que ela morava no Segredo, que é uma propriedade bem grande também, lá perto da região. E ela chegou lá em casa, todo mundo estranhou. Não era de costume ela passar. Pra ir do Barro Preto pra casa dela, a gente passava em frente à nossa casa, uma vereda que dava acesso, não tinha estrada naquele tempo. E, quando a gente menos esperou, ela entrou lá em casa, chamando minha mãe de R. , que é como minha mãe é conhecida lá. Ela disse: “Não, R., eu vim aqui porque a minha filha tá grávida lá em Teresina, só tem 16 anos e a gente não quer que ela pare de estudar, vai ter filho, e a gente queria saber se você pode é dar uma de suas filhas pra ir pra lá, brincar com o meu neto. Aí a mãe disse que ia pensar e depois dava a resposta pra ela. Ela demorou pouco foi embora. Até hoje, eu não sei lhe dizer, se você me perguntar, porque que eu fui a irmã, a filha escolhida pra ir, acho que minha mãe tava zangada

comigo por eu não ter ficado. Porque eu era muito pequena pra ir brincar, pra ir pra Teresina, pra ir pra capital, porque Barras era perto (ela se refere à quando saiu da zona rural para zona urbana da cidade de Barras), ela sempre tava na cidade, de vez enquanto eu via. E tinha minha irmã mais velha do que eu, que eu acho que tinha uns 8 anos, e a outra que já tava morando em Barras, né? Então, digamos que eu era a segunda mais velha que estava em casa, ajudando ela e cuidando dos meninos. E aí ela disse pra essa senhora que ia pensar, e sempre a mulher mandando recado, perguntando e tudo, até que um dia ela mandou o recado, disse que era eu que ia pra Teresina, que vinha aqui pra Teresina. E foi eu a escolhida. Não sei lhe dizer, por quê (Luzia, 2025).

A narrativa de Luzia revela dimensões da naturalização da doação informal de meninas no meio rural. Aos 9 anos, foi doada por sua mãe pela segunda vez, só que, desta vez para uma família da capital do Piauí. O que seria apenas brincar com um neto se transformou em exploração e na retirada do convívio familiar. A fala de Luzia é atravessada por incertezas e falta de compreensão. Expressando não saber o motivo de ter sido escolhida, sugere que talvez sua mãe estivesse zangada com ela e reconhece que era “muito pequena” para ser enviada para outra cidade, ainda mais uma capital. Isso demonstra sua vulnerabilidade diante da situação. Ao se questionar sobre ter sido a filha escolhida, revela as marcas deixadas por essa experiência, evidenciando como essa forma de exploração é cruel e, ao mesmo tempo, util. O deslocamento, do meio rural para a capital (Teresina), insere-se em uma lógica de migração forçada, que muitas vezes atinge meninas empobrecidas sob o pretexto de cuidado ou oportunidades. Além do deslocamento espacial, ela realiza também um deslocamento simbólico, uma vez que sai da posição de filha e passa a ocupar uma posição de subordinada dentro de outra estrutura familiar.

Além disso, a ida da mulher a casa da família de Luzia em busca de uma criança mostra como essa prática é naturalizada. A doação da filha aparece como uma possibilidade de resolver o problema da própria família e da outra família (o cuidado com o neto da mulher). Essa suposta troca de favores invisibiliza o aliciamento da força de trabalho infantil. A entrevistada narrou o medo e a ansiedade que sentiu quando soube que seria enviada para capital, sem direito de escolha:

Pra mim foi muito ruim, porque eu era só uma garota. E eu ficava imaginando como é que era ir pra Teresina. Por que que a minha mãe ia mandar pra um lugar tão distante, conviver com pessoas distante? Se eu disser pra você que foi, a eu tava feliz, porque eu ia pra Teresina... não, eu não estava feliz. Porque era algo desconhecido, era algo que eu não sabia o que esperar. É claro que naquele momento, eu não tinha um discernimento que eu tenho hoje. Eu ficava com aquela ansiedade de saber o que que eu vinha fazer aqui em Teresina, por que que eu vinha, o que me esperava. Mas, no pensamento de criança, eu era uma criança. Eu imaginava que vinha brincar com o menino, que não ia demorar muito, que logo eu ia mandar um recado, a mãe ia mandar me buscar e ia ficar tudo bem. E a minha vó que é a minha referência de pessoa, muitas

ela disse pra mãe, nesse período né: Não era pra mãe deixar a gente vim, que era longe e tudo, que era distante. Se acontecesse alguma coisa, como era que a gente ia fazer? Mas a minha mãe não escutou (Luzia, 2025).

Luzia relembrou com emoção sua chegada a Teresina e a rotina na casa onde passou a viver, localizada no bairro Parque Alvorada. A residência era composta por diversos familiares da mulher que a levou do interior, entre eles o marido, seus avós e um tio. A casa possuía apenas dois quartos: em um dormia o casal com o filho recém-nascido, no outro, o avô. O tio dormia na sala, e Luzia, então uma criança, dormia no corredor. Desde sua chegada, foi encarregada de cuidar de um bebê: dava banho, preparava mamadeira, colocava para dormir, lavava as fraldas. Ela já realizava essas tarefas com naturalidade, por ser algo comum em sua rotina na zona rural. Não cozinhava, pois essa função era da avó.

Após cerca de seis meses, mudaram-se para outra casa, no bairro Matadouro, próximo ao Gari. Nessa nova moradia, maior e com mais pessoas, Luzia passou a ser responsável por todas as tarefas domésticas: cozinhar, lavar roupas, limpar a casa e continuar cuidando do bebê. A mulher responsável por ela alegava que Luzia teria acesso à escola e momentos de lazer, conforme prometido à mãe da menina, mas isso não se concretizou: “Disseram pra minha mãe que iam me trazer de lá: ‘Não, a tua filha vai brincar e vai pra escola.’ E eu me lembro que eu cheguei no início de 85 e passei o ano todinho sem ir pra escola” (Luzia, 2025).

Durante quase todo o ano de 1985, Luzia não foi matriculada na escola. Enquanto outras crianças brincavam na rua, ela era impedida de se juntar a elas, pois sempre havia tarefas a cumprir ou o bebê para cuidar. Quando finalmente foi matriculada na Unidade Escolar Bezerra de Menezes, na Rui Barbosa, a frequência era irregular e, ao frequentar a escola, enfrentou humilhações e zombarias dos colegas por não saber ler, escrever ou falar corretamente. Isso lhe causava grande sofrimento, pois se tornava alvo constante de piadinhas, o que desestimulava sua permanência na escola.

A promessa de uma vida melhor e acesso à educação não foram cumpridas. Além disso, nunca recebeu qualquer tipo de pagamento. As poucas roupas que recebeu foram doadas pela sogra da mulher que a adotou informalmente, que as repassou após saber que a menina quase não possuía roupas. Essas roupas foram guardadas com carinho em uma caixa de biscoito, até que uma gata pariu dentro dela, sujando tudo. A menina ficou extremamente triste, pois essas eram suas únicas roupas boas:

Foi o que foi dito pra minha mãe: que eu iria estudar e eles iam me dar as coisas. E as coisas que eles davam... nossa, eu lembro de uma vez que... essas coisas... eu me lembro como se fosse hoje. (...) E quando elas souberam que

eu cheguei lá e quase não tinha roupa, que realmente eu quase não tinha roupas, elas levaram, juntaram umas sacolas com sapato, roupas boas, e levaram pra mim.

E eu guardava essas benditas roupas dentro de uma caixa, aquelas caixas, tipo de biscoito “Creme Crack”, que eu não tinha mala, né? nem bolsa. Guardava lá. E um dia, uma gata que tinha lá pariu dentro dessa caixa. Eu estou sorrindo, porque, na época, nossa... eu fiquei muito triste. Porque as roupas, elas eram boas, foi o que me salvou, era o que eu usava. E quando a gata pariu, sujou tudo de sangue. Eu não fiquei zangada com a gata, né? porque ela não teve culpa, foi o lugar que ela correu. Mas eu fiquei muito triste, porque eu perdi todas as roupas. E fiquei de novo sem roupa. E assim, eles diziam que me davam as coisas, mas, uma vez ou outra, compravam uma calcinha, um sapato. Sempre que eu ia com ela lá para o interior, minha mãe dizia: “Minha filha, você quase não tem roupa. Não tão lhe dando nada, não? E eu não gostava de reclamar pra ela, né? pra minha mãe, que não tavam me dando. Mas eles não me davam. Me davam sempre coisas usadas (Luzia, 2025).

Após mais de um ano nessa residência, retornou para sua casa na zona rural do município de Barras. A mulher a devolveu sob a justificativa que estava dando muito trabalho. Não demorou muito para aparecer outra mulher pedindo que a mãe de Luzia a doasse, para que fosse fazer companhia, a mesma estratégia utilizada antes. Isso significa que a mãe de Luzia já tinha consciência sobre o que a filha havia passado antes nas outras casas e, mesmo assim novamente doou a filha:

Aí, em Barras, tinha uma senhora, a dona M.. Aí eu já deveria ter uns 11 anos, né? Nesse tempo, aí tinha a dona M.. Ela trabalhava na LBA, que era a antiga Legião de Assistência Social, né? Que trabalhava com os programas da área social. A dona M. era como se fosse uma secretaria de assistência lá, na época. E minha mãe sempre ia lá na secretaria de assistência pedir arroz, leite essas coisas da área assistencial. Naquele tempo, eles não davam a cesta básica toda, mas tinha alguns produtos que eles davam. E, como ela dona M. era uma mulher que conhecia todas as pessoas vulneráveis do interior, ela já sabia que minha mãe tinha muitos filhos e vivia sempre lá, pedindo ou atrás. E até que um dia, essa M. disse pra minha mãe que tava precisando de uma garota pra ir fazer companhia, que sempre é essa história. Todas as vezes que procuravam minha mãe, era com essa mesma história. Eu tenho ódio dessa história de “companhia”, que ela tava precisando de uma garota pra fazer companhia pra irmã dela, que morava aqui em Teresina. E aí minha mãe chegou lá em casa com essa história, e eu disse: “De novo mãe? Eu não quero ir” (...). “Não, mãe, eu não quero ir mais, não. “Mais vai ser bom minha filha”, ela disse “Que você vai estudar”, que eles inventavam essa história também de estudar. “Vai ser bom pra você estudar, a Socorro já tá maior, vai ajudar a gente”, e tudo. Aí termina lá eu indo - vindo de novo. Vindo, né? Indo não, vindo pra cá, pra Teresina (Luzia, 2025).

Mesmo contra sua vontade, foi enviada para morar na casa de uma mulher chamada D. D., uma senhora que trabalhava como professora na APAE, instituição dedicada à educação de pessoas com deficiência. D. D. também havia nascido na região de Barras, sua família possuía

uma vasta extensão de terras e criação de gado na área do São Francisco. A residência ficava localizada na rua Picos, no bairro Piçarra, em Teresina. A casa era grande, com cinco quartos, cada um com um banheiro. Havia um quintal com muitas árvores e dois cães da raça Rottweiler.

Na casa, viviam vários dos filhos da senhora: um casal, três filhos solteiros e o mais novo, um rapaz com Síndrome de Down. Além deles, havia uma mulher também chamada Das Dores, natural do interior de Barras, que residia na casa desde criança. A rotina de Luzia era extremamente exaustiva. Todas as manhãs, era ela quem se encarregava de prender os cães para poder fazer a limpeza do quintal. Realizava sozinha a limpeza de toda a casa: recolhia as fezes dos cães, lavava os banheiros, varria e esfregava os pisos, limpava a calçada e cuidava da louça após o almoço, enquanto a professora saía para dar aula. Dormia em um pequeno quarto destinado à empregada doméstica, nos fundos da casa, isolada do restante da família.

A promessa de matricular Luzia em uma escola demorou acontecer. Apenas depois de um tempo foi matriculada na Unidade Escolar São Paulo, localizada na Avenida Miguel Rosa, próxima ao cruzamento com a rua Rui Barbosa e ao acesso à maternidade Evangelina Rosa. Conforme afirmado por ela: “Foi uma das casas que eu mais fui maltratada como pessoa e ser humano” (Luzia, 2025).

Até que foi passar as férias em Barras e quando retornou, “tava dando muito trabalho” de acordo com suas palavras. Então a professora resolveu devolver a menina para família. Um homem chamado M. foi deixá-la:

Quando eu cheguei lá... que ele... a gente, pra passar lá pra casa, tinha a passagem molhada, uma água, um riacho que eu lhe falei. Minha mãe tava lavando roupa esse dia, nunca me esqueci. Que ela me viu de longe com ele. Aí eu só fui onde ela tava, dei a bença. Aí ele disse: “Eu vim deixar Luzia, que a mamãe pediu, e não tava mais dando certo”. E ela olhou pra mim com um olhar muito ruim, de muita zanga. Não foi um olhar, um olhar acolhedor. Aí ela só fez dizer: “Tá bom, pois você pode voltar, que ela já tá entregue.” Aí o rapaz voltou. Ela não me perguntou porque eu fui, o que tinha acontecido, por que que eu tinha voltado, o que que eu tava passando. Ela só virou a cara pra mim, muito zangada. E eu até imaginei que eu fosse apanhar nesse dia, mas ela não me bateu (Luzia, 2025).

Depois de mais uma tentativa de voltar a morar com a família, ficou novamente frustrada com a reação de sua mãe: “E aí, no dia que ela... que eu voltei pra lá, que ela me tratou dessa forma, eu disse pra mim, pra mim mesma - eu acho que tinha uns 12 anos: “Se um dia eu ainda sair daqui, eu não volto mais pra morar aqui. Eu posso até voltar, mas eu volto pra lhe visitar. Não volto mais pra morar. E fiquei lá por um tempo” (Luzia, 2025).

Depois disso, voltou novamente para Teresina para trabalhar para primeira mulher que havia a levado para capital. Dessa vez, prometeram que pagaria uma quantia pelo trabalho. Passou a receber 150 reais mensais, enquanto havia outra mulher na residência que recebia 400 reais mensais, mas que logo foi embora. “Eles não tinham condições de pagar nem uma, imagine duas” (Luzia, 2025). Ficou nessa casa por um tempo, cuidando de duas crianças e fazendo todas as atividades domésticas. Ao sair dessa casa, foi trabalhar como doméstica na casa de uma professora. Depois, saiu dessa casa e foi cuidar de um menino, neto do N. Lages. Luzia disse: “Tinha uma prima minha que morava lá, M. A., morou a vida inteira lá, e eu acho que ela tinha mais ou menos uns 32 anos quando eu fui pra lá. E tinha outra garota também, que era lá do interior, que tinha a mesma... elas foram na mesma época, garotas, meninas, pra morar nessa casa” (Luzia, 2025).

Observa-se que a prática de levar meninas da zona rural para cidade para trabalhar como doméstica, era bastante comum e naturalizada. Na narrativa, Luzia menciona mais duas mulheres que já viviam na casa que tinham sido levadas da zona rural de Barras para Teresina quando ainda eram crianças. Sem falar que, na maioria das casas que passou, já tinha outras mulheres que foram levadas ainda na infância.

De acordo com Jacques Revel (1998), é possível analisar um trajeto singular sem, com isso, excluir uma perspectiva mais ampla e plural. A escolha do individual não contradiz o social, ao contrário, permite uma abordagem distinta ao acompanhar o fio de um destino particular, de um indivíduo ou de um grupo, dentro da multiplicidade de espaços, tempos e relações em que esse percurso de inscreve. Nesse sentido, a narrativa de Luzia funcionou como um fio condutor não apenas para compreender sua trajetória pessoal, mas também para iluminar as experiências das demais mulheres mencionadas durante seu relato.

A narrativa de Luzia envolve histórias de outras mulheres, como ela sempre menciona. A casa, que já tinha as duas mulheres mencionadas quando ela chegou, era da filha de N. Lages. Interessante lembrar que ele era um grande latifundiário de Barras e, por um tempo, a família de Luzia viveu em suas terras. Uma das mulheres era uma prima dela. Luzia cuidava do menino e as outras duas das outras atividades domésticas. Essas mulheres também foram levadas ainda crianças para trabalhar na capital. A entrevistada relatou um acontecimento que envolveu a prima:

Assim que eu cheguei lá, começou uma briga com minha prima um dos filhos do dono da casa lá, do seu T., que era o pai do garoto que eu fui cuidar. Tinha casado recente, o menino tinha uns seis meses, e essa minha prima tinha muito ciúmes dele. Até um dia partiu pra cima, pra brigar com a mulher dele. E aí seu T. teve que demitir ela. O que que acontece? quando ela era garota, mais

ou menos de uns 12/13 anos, ele mexeu com ela, e ficou. Ela ficou com essa ilusão, morando até 30 e poucos anos, ele tendo sexo com ela dentro de casa, sem nenhum compromisso. E terminou engravidando a menina lá, e o pai dela era um grande fazendeiro de lá da Pedra do Maranhão, e teve de casar. E ela não aguentou, e ela foi bater na menina, brigando com ciúmes, e expulsaram ela de lá por conta disso, da briga. E aí eu fiquei na casa, e eu fiquei aí, mais ou menos... não fiquei um ano (Luzia, 2025).

Nesse trecho, é descrito um episódio de abuso: a prima de Luzia, que havia sido levada para capital ainda criança, aos 12/13 anos foi abusada sexualmente pelo filho do “patrão”. Acabou se apaixonando pelo rapaz e continuou mantendo relações sexuais com ele por aproximadamente 30 anos, até que o rapaz engravidou outra mulher, filha de um fazendeiro, e teve que casar. Não suportando conviver com a mulher do rapaz, certo dia, ela a agrediu. Por conta disso, foi demitida. Dessa forma, é notório as múltiplas formas de violência que essas meninas sofriam dentro das residências de famílias que prometiam cuidado, escolaridade e proteção.

Portanto, as meninas aliciadas no meio rural para o trabalho doméstico enfrentavam, ainda na família de origem, diversas privações materiais que marcavam suas experiências de vida desde muito cedo. Em muitos casos, essas meninas já estavam submetidas a formas de exploração dentro da própria dinâmica familiar, especialmente relacionados à condição de moradia e à sobrecarga de trabalho. A decisão de entregá-las a outra família surgia, muitas vezes, como uma tentativa desesperada de garantir sua sobrevivência ou de proporcionar melhores condições de vida, ainda que isso resultasse, na prática, em nova e contínua exploração. Os relatos sobre o cotidiano dessas meninas evidenciam como, sob a promessa de cuidado ou educação, impunham-se a elas outra forma de subjugação, desta vez no espaço doméstico alheio, revelando a continuidade da vulnerabilidade em diferentes contextos.

### 3 COTIDIANO E VIVÊNCIAS

Neste capítulo, refletiremos sobre a memória, ferramenta central de nossas análises. Também abordaremos aspectos do cotidiano das meninas que eram doadas para outras famílias, evidenciando interdições, manipulações afetivas e as resistências cotidianas. A adoção informal, muitas vezes, não passava de um disfarce para práticas de exploração, o verdadeiro propósito era dispor de alguém que servisse como empregada doméstica de forma gratuita. Acontecia, portanto, um “teatro familiar” conforme mencionado por Elizabeth Hordge-Freeman (2022), no qual os laços afetivos eram teatralizados para legitimar relações de exploração. Muitas vezes, esse teatro só acontecia na frente dos pais da criança, para que fosse obtida a permissão para raptar a menina. Nesse momento, o discurso era de “criar” como se fosse um membro da família, cuidando e zelando pelos estudos. Depois de conseguir arrancá-la de seu lar, o discurso e o tratamento eram outros. Importante lembrar que em alguns casos esse rapto era consensual, como analisado anteriormente na trajetória de Luzia.

A fim de compreender melhor esse sistema, dialogaremos com os aportes teóricos já discutidos anteriormente, mobilizando categorias como memória, resistência cotidiana e agência. Além disso, recorreremos aos conceitos de James Scott, discursos ocultos e eufemismos, para evidenciar as formas sutis e, por vezes, naturalizadas de dominação nessas dinâmicas familiares.

#### 3.1 “EU SINTO VONTADE DE DIZER, REALMENTE, O QUANTO FOI RUIM”: MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS

Neste tópico, analisaremos a memória, uma vez que se constituiu como ferramenta primordial para a construção das análises desenvolvidas nesta dissertação. As memórias acessadas pelas mulheres entrevistadas são marcadas por experiências dolorosas e traumáticas. Por vezes, o silêncio e as lágrimas estiveram presentes durante nossos diálogos. O sofrimento foi evidenciado não somente nas palavras de suas narrativas, mas também nos gestos e no tom da voz embargado.

Ao trabalhar com a memória, é fundamental reconhecer que os gestos são tão significativos quanto a fala, pois eles também comunicam. Segundo Cardoso (2011), considerar, durante a entrevista, os sinais trabalhados pelo corpo, em sua multiplicidade de

realizações gestuais é compreender que, semelhante a fala, os gestos geram comunicação, sendo aspectos que compõem as tramas da memória.

O objeto de estudo escolhido envolve questões profundamente sensíveis, marcadas por experiências de dor, silenciamento e memórias fragmentadas. Ao estar em contato com essas narrativas que evocam traumas, torna-se essencial que nós como pesquisadores, adotemos uma postura ética e acolhedora, reconhecendo que essas histórias foram contadas com esforço ou medo. A análise dessas memórias exige que tenhamos não apenas rigor metodológico, mas também sensibilidade humana.

Em geral os temas sensíveis dizem respeito a eventos históricos marcados por violência, violações aos direitos humanos e que causaram experiências traumáticas nos sujeitos que passaram por isso. Os sujeitos têm dificuldade de rememorar e lidar com o trauma. São temas que causam desconforto social, e as discussões sobre eles não alcançaram consenso, sendo, muitas vezes, disputados. Esses temas permitem a observação da associação entre experiências individuais e as experiências históricas: como a trajetória pessoal é impactada pela história e como a história é atravessada pelas trajetórias individuais.

A obra “História oral e historiografia: questões sensíveis”, organizada por Ângela de Castro Gomes (2020), apresenta diversas experiências de pesquisa e análises de narrativas orais sobre temáticas diversas, destacando a relevância de refletir criticamente sobre o uso de fontes orais em questões sensíveis. Em sua reflexão sobre memória e ditadura militar, Maria Paula (2020) aponta o trauma e a tortura como aspectos importantes para quem trabalha com a história oral da ditadura brasileira. Assim como a autora, acreditamos que o trauma é um conceito fundamental para compreender a temática analisada nesta dissertação.

O conceito de trauma foi bastante destacado nas pesquisas de Grada Kilomba. O termo trauma deriva da palavra grega “ferida” ou “lesão”. Para Kilomba (2019), trata-se de um dano na pele rompida como violência externa. Em termos analíticos, é caracterizado por um evento violento na vida do sujeito, sendo definido pela intensidade, pela capacidade que o sujeito tem de responder adequadamente a ele e pelos efeitos perturbadores e duradouros que ele traz a organizações psíquicas (Kilomba, 2019).

Segundo Reis e Ortega (2022) mesmo que seja difícil uma única denominação para o termo trauma, podemos dizer que a definição contemporânea de trauma está atrelada a eventos com potencial de produzir uma conjuntura específica pela ação de seus efeitos avassaladores. O trauma se constitui como memória expressa de uma violência passada. A partir da subjetividade traumatizada deriva uma nova espécie de memória: a memória traumática. Segundo esses autores a abordagem do conceito deve ser encarada em perspectiva

interdisciplinar. Se trata de um acontecimento que se manifesta através de algum tipo de violência, seja de ordem física ou simbólica, que impacta emocionalmente.

Realizar este estudo foi estar constantemente em contato com sensibilidades e traumas das mulheres entrevistadas. O choro e a voz embargada foram elementos frequentes. Apesar da dor dessas mulheres ao recordar suas vivências, o ato de narrar sobre essas memórias revelou-se para elas como um gesto de justiça e resistência. Compartilhar suas histórias foi, para algumas delas, uma forma de denunciar e dar visibilidade às violências vividas. Ao escutar a narrativa dessas memórias, possibilitamos que essas pessoas se reinscrevam como sujeitos de suas próprias histórias. Essa foi uma das razões para algumas mulheres compartilharem suas histórias por meio das entrevistas realizadas. Seus relatos ressaltam trajetórias que permaneceram silenciadas e invisibilizadas por muitos anos.

É importante destacar que uma nova forma de pensar a História, sem ignorar as reflexões sobre o passado dos sujeitos marginalizados, possibilitou estudos sobre diversas temáticas antes negligenciadas. O trabalho doméstico, por exemplo, é uma temática relativamente nova nas pesquisas acadêmicas, e seu estudo enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito ao acesso às fontes. Nesse contexto, os próprios sujeitos tornam-se aliados fundamentais no desenvolvimento de pesquisas voltadas para essa temática, exigindo olhares mais sensíveis e comprometidos com a escuta dessas vozes.

Dessa forma, a metodologia da História oral mostrou-se uma ferramenta essencial para acessar as narrativas das mulheres que participaram desta pesquisa. Para Sebe e Holanda (2015, p. 17) a “História oral é um recurso moderno usado para elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do **tempo presente** e também reconhecida como **história viva**”. A história oral é sempre social. A entrevista é um processo dialógico. De forma geral:

La historia oral nos brinda elementos para comprender las maneras en que la gente recuerda y construye sus memorias. Se trata de un método que crea sus propios documentos, documentos que son por definición diálogos explícitos sobre la memoria, con el entrevistado triangulando entre las experiencias pasadas y el contexto presente y cultural en el que se recuerda (Schwarzstein, 2009, p. 1).

Nesta pesquisa, adotamos a abordagem da História Oral temática como referencial metodológico, possibilitando a compreensão de experiências dos sujeitos a partir de seus relatos sobre o tema estudado. Nesse viés “(...) o que deve presidir são os questionários, que precisam

estabelecer critérios de abordagem de temas. As perguntas e respostas, pois, são partes do andamento investigativo proposto (Sebe; Holanda, 2015, p. 35).

Identificar mulheres empobrecidas que trabalharam ou ainda trabalham como doméstica não é algo difícil na cidade, mas muitas delas recusaram a participação na entrevista. A recusa delas estava relacionada a diversos motivos, mas o principal deles foi a dor que essas memórias evocam. Apesar dessa dificuldade em relação às entrevistas, conseguimos um número suficiente para refletir sobre o trabalho doméstico infantil. As memórias narradas não são apenas pessoais, são também sociais e familiares.

Diante do exposto, observa-se a centralidade da memória neste estudo. No livro *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, Beatriz Sarlo (2007) nos apresenta questões importantes sobre a crítica literária, debate político e a história, por meio dos usos do passado nas políticas de memória e na história do tempo presente. A reflexão tem como recorte temporal o ano 2000, momento em que governos progressistas assumiram o poder em países latinos americanos. Países como o Brasil, Argentina, Chile tinham governantes que seguiam uma postura ideologicamente comparável e que demonstraram uma preocupação com a memória, retomando o debate da redemocratização. Políticas de memória para investigar, políticas de reparação, de justiça e de verdade sobre os crimes dos períodos de ditaduras. Desse modo, Sarlo escreveu sobre o protagonismo do “eu”, da subjetividade, sobre o uso do testemunho de forma crítica. A autora ressalta a importância de não apenas lembrar como também buscar entender o que está sendo lembrado.

Nesse momento, ocorreu uma guinada subjetiva que exigiu a inserção de novos métodos, tendo como suporte a escuta dos discursos de memória (Sarlo, 2007). A História Oral teve destaque com as fontes testemunhais orais. Diários, cartas, dentre outros, foram legitimados como fontes para acessar o passado. A primeira pessoa novamente ganhou destaque: a história oral e o testemunho restituíram a confiança na primeira pessoa que narra sua vida, com intuito de conservar a lembrança ou reparar uma identidade machucada. Assim, o retorno do passado foi intermediado por acontecimentos do presente.

Nesse sentido, o passado é sempre objeto de disputas e conflitos. Tanto a memória quanto a História se referem ao passado, mas nem sempre a história consegue acreditar na memória e, por sua vez a memória desconfia de uma reconstituição que não coloca em seu centro o direito da lembrança, seja de vida, justiça e de subjetividade (Sarlo, 2007). Para a autora, somente uma patologia psicológica, intelectual ou moral é capaz de reprimir o passado. “Mas ele continua ali, longe e perto, espreitando o presente como lembrança que irrompe no momento em que menos se espera ou como uma nuvem insidiosa que ronda o fato do qual não

se quer ou não se pode lembrar" (Sarlo, p. 9, 2007). Por esse motivo, embora os assuntos relacionados ao trabalho doméstico tenham sido silenciados por muito tempo, em determinado momento eles alcançaram o espaço público, pois faltava apenas oportunidades para que isso acontecesse.

Sarlo (2007) argumenta ainda, que mesmo diante da proibição ou por qualquer outro motivo, ainda que o passado seja silenciado, ele não é eliminado. Isso só seria possível se todos os sujeitos que carregam o passado fossem eliminados. Nesse sentido, o passado sempre chega ao presente, isso em condições subjetivas e políticas "normais". "Por sua vez, histórias do passado mais recente, apoiadas quase que apenas em operações da memória, atingem uma circulação extradisciplinar que se estende a esfera pública comunicacional, à política e, ocasionalmente, recebem o impulso do Estado" (Sarlo, 2007, p. 12).

Outro destaque interessante sobre o passado é o fato de ser um perseguidor que escraviza ou liberta o sujeito. Diante da pesquisa de campo, conseguimos perceber essas nuances do passado. Algumas das mulheres que narraram suas memórias se sentem livres para relatar, outras ainda têm medo ou não conseguem lidar ou falar sobre o assunto. Não só o passado, como a memória é um campo de conflito, pois existem sujeitos que querem lembrar e outros que preferem esquecer ou silenciar, como as mulheres que se recusaram a falar conosco sobre suas histórias e outras que aceitaram, porém silenciaram em determinados assuntos. Nesse sentido, a memória é carregada de intencionalidades e, por isso é seletiva, conjugando várias temporalidades. Não é um sonho, é um trabalho. Sendo assim, deve-se duvidar da sobrevivência do passado "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é construída por meio de elementos do agora (Bosi, 1994).

A memória é peça central para reconstituição do passado silenciado:

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum*. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (Sarlo, p. 25, 2007).

Nesse sentido, entendemos, a partir dessas considerações, que o sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito. "A memória é um bem comum, um dever (como se disse no caso europeu) e uma

necessidade, jurídica, moral e política. (...) A confiança nos testemunhos das vítimas é necessário para instalação de regimes democráticos e o enraizamento de um princípio de reparação e justiça" (Sarlo, 2007, p. 4).

Maria (2021), uma de nossas interlocutoras, quase ao final da entrevista, afirmou: "Eu que fico contente por poder contar sempre um pouco da história da gente, é muito bom. Às vezes não é muito bom a gente recordar de sofrimento, não, mas é a vida, né?". Em sua fala, Maria evidencia sentimentos ambíguos em relação ao ato de falar sobre sua história. Ao mesmo tempo em que valoriza a oportunidade de compartilhar suas memórias, também reconhece a dor que certas lembranças podem provocar.

Sua história foi marcada por episódios de violências de todas as formas no âmbito do trabalho doméstico, como destacamos no capítulo anterior. Maria foi levada para outro município com a ilusão de ir brincar com outra criança. Mas ao contrário disso, foi cruelmente explorada aos 9 anos de idade, longe dos pais em outro município.

Conforme afirmado por Bosi:

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo "atual" das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (Bosi, p. 47, 1994).

Como mencionado anteriormente, durante a pesquisa de campo ao entrar em contato com algumas mulheres de Barras-PI, solicitando a participação nas entrevistas para realização deste trabalho, muitas recusaram. Ao chegar em uma casa indicada por outra entrevistada, encontrei várias mulheres conversando. Cumprimentei e logo expliquei sobre a pesquisa, perguntando quem delas havia trabalhado como doméstica na infância. Quatro mulheres responderam afirmativamente. Uma dessas mulheres era a mãe e as outras filhas. Uma delas disse: "a história de 'fulana' é que é boa, ela foi ainda menina trabalhar na casa de um médico em Teresina, cuidando de um bebê". Logo, ela respondeu que não gostaria de conceder a entrevista, levantou e saiu de onde estávamos. Uma das irmãs falou: "Ela não gosta de lembrar desse tempo. Toda vez que ela fala, ela chora".

No caso dessa mulher, a escolha em silenciar as memórias sobre sua história tem como objetivo evitar a dor causada por essas lembranças. Além disso, podemos considerar também o fato de o médico ser seu vizinho atualmente, e ela evitar expor a história, por medo. As outras

mulheres disseram que não sabiam falar, mesmo após ter sido explicado sobre a pesquisa e como funcionavam as entrevistas.

Em respeito a elas e a dor que carregam, não insistimos. Aguardamos a cunhada delas que se chama Marlene chegar em casa, que é ao lado, a qual também havia trabalhado como doméstica desde muito cedo. Ao chegar, Marlene aceitou a realização da entrevista naquele mesmo dia. Então, nos afastamos do grupo de mulheres e iniciamos o diálogo. De longe, uma de suas cunhadas observava. Ao término da entrevista a cunhada que observava e antes havia se recusado me procurou, dizendo que gostaria de falar também sobre sua história.

No decorrer das entrevistas, diversos momentos foram marcados pelo silêncio, seja para ocultar determinado acontecimento, seja por não ter condições emocionais para falar sobre o assunto que ainda machuca ao ser lembrado. Os silêncios, como afirmado por Michael Pollak (1989) em “Memória, esquecimento, silêncio”, têm várias razões bastante complexas e nem sempre significa esquecimento. Michael Pollak considera que:

(...) existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (Pollak, 1998, p. 6).

Partindo desse ponto de vista, a escolha do silêncio pode significar diversas razões, longe de representar apenas o esquecimento. Evitar entrar em contato com memórias traumáticas pode ser uma das razões desse silêncio. Por esse motivo, muitas mulheres preferem manter suas memórias silenciadas, embora as memórias estejam vivas em suas mentes. Há casos em que essas memórias só são narradas em segredo e para pessoas de extrema confiança de quem narra. Isso dificulta o acesso a essas narrativas, mas, ao mesmo tempo, nos revela o quanto esses acontecimentos foram sensíveis e traumáticos para essas mulheres.

Indagamos Marlene sobre o seu sentimento ao lembrar e narrar sua história e ela nos respondeu da seguinte forma: “É muito difícil, às vezes bate uma tristeza. Pelo que a gente tem hoje, né? o que a gente viveu antes... Aí é um pouco triste” (Marlene, 2024). Nesse fragmento de sua fala, foi feita uma comparação do seu passado com o momento presente, evidenciando uma memória que ainda dói, mostrando que, apesar de possíveis melhorias nas condições atuais, as lembranças das dificuldades vividas permanecem vivas em sua memória. Nesse momento da fala os olhos marejaram, e ela se calou por uns instantes. A pausa ao falar sugere o impacto

emocional do que foi vivido e a dificuldade de expressar completamente essas experiências. O sentimento ao lembrar é de tristeza, devido as dificuldades enfrentadas no passado para sobreviver. Por um tempo, o seu pagamento por lavar roupas, varrer terreiros e realizar atividades domésticas para suas tias e para sua avó foi um prato de comida. Então, quando diz “pelo que a gente tem hoje, né?”, refere-se, dentre outras coisas, à facilidade de acesso à comida e bens materiais. A tristeza mencionada não se refere apenas ao passado em si, mas à permanência do sofrimento como parte de si ao longo do tempo. Assim, a entrevistada apresenta memórias dolorosas que ainda afetam o presente.

Nesse sentido, consideramos fundamental destacar aqui, em nossas reflexões, o documentário brasileiro “Curica”<sup>39</sup>, que apresenta as memórias de cinco mulheres piauienses e maranhenses, Rosalina Coelho, Maria Sueli Rodrigues, América Costa, Edite Rosa e Antonia Cardoso. Todas vítimas de exploração doméstica infantil/trabalho análogo à escravidão. A produção estabelece diálogo entre os relatos dessas mulheres e a histórica carta de Esperança Garcia, escrita no século XVIII<sup>40</sup>.

O título da obra carrega significado social e simbólico. “Curica” é o nome de uma pequena ave nativa de diversas regiões da América do Sul. No estado do Piauí, o termo assume uma conotação pejorativa, sendo usado de forma debochada para se referir a empregadas domésticas. Essa associação foi colocada de forma crítica ao longo do filme. O som do pássaro aparece logo nos primeiros minutos da narrativa e se repete em momentos de transição entre os relatos, reforçando a carga simbólica da palavra.

O significado de “Curica” foi explicado por duas das mulheres que aparecem no documentário. Antonia relata: “(...) tratavam a gente como curica, como curica, né? Curica é um pássaro, não precisa comer toda hora não, precisa comer não. Então, eles brincavam assim com a gente, né?” (Furtado, 2021, 0:03:14) Na sequência, Rosalina complementa: “Eu ouvi muito isso, fui muito chamada de Curica e eu mesma me sentia uma curica, né?” (Furtado, 2021, 0:03:28).

---

<sup>39</sup> O filme-documentário Curica tem roteiro e direção de Thiago Furtado, direção de fotografia, colorização e mixagem de som Eduardo Crispim, produção Poliana Oliveira e Maria de Jesus Rufino, som direto David Oliveira, drone dos pássaros Alexandre Rufino, Narração da carta Shirlei Silva. Realização da produtora Madre Filmes e Coletivo VDC, Teresina no ano de 2021.

<sup>40</sup> Esperança Garcia, foi uma mulher negra escravizada no século XVIII na capitania do Piauí, trabalhava como cozinheira na Fazenda Algodões, pertencente à Inspeção de Nazaré, um território incorporado à Coroa Portuguesa após a expulsão dos jesuítas. Posteriormente, ela foi retirada à força de sua função e transferida para outra fazenda, onde sofreu tortura junto com seu filho. Em reconhecimento à sua luta e autoria da carta considerada um marco na defesa de direitos humanos no Brasil Colonial, Esperança Garcia foi oficialmente reconhecida pela OAB/PI como a primeira advogada piauiense.

O filme constrói uma ligação histórica e afetiva entre a resistência de Esperança Garcia e as trajetórias das cinco mulheres retratadas, todas sobreviventes de contextos de exploração e violações de direitos. “Curica” aborda, de forma sensível e crítica, temas como exploração infantil, violência doméstica, humilhação, abuso psicológico e físico, mas também resistência, superação e memória coletiva. Conforme narrado por Suelli:

Isso não modificou, a situação enfrentada pela Esperança Garcia. A única diferença é que, lá tinha uma declaração oficial de desigualdade e aqui a gente tem uma declaração oficial de igualdade. Então, a gente pode se apropriar disso. Mas a gente ver as meninas sendo tratadas de modo muito semelhante (Furtado, 2021, 0:06:42).

Maria Sueli foi uma conhecida professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI), militante do Partido Socialismo e Liberdade (Psol) e participante ativa de movimentos sociais, principalmente nas pautas de direitos humanos, igualdade de gênero, justiça racial e defesa dos povos tradicionais. Sua trajetória também foi marcada pela exploração infantil doméstica. Aos 8 anos, foi retirada da sua comunidade rural:

Foi a minha primeira experiência de injustiça, né? Na verdade, a gente não era contratada como empregada doméstica. Eu não sabia, o que era tristeza e o que era dor, e eu vim saber isso quando eu saí da minha comunidade rural e vim pra cidade. Eu tinha oito anos de idade, era uma idade que não era pra eu tá fazendo aquilo, né? (Furtado, 2021, 0:01:02).

Nesse trecho, Maria Sueli enfatiza sua dor e tristeza ao sair de sua comunidade rural aos 8 anos de idade e ir para cidade. O sofrimento não era apenas referente ao deslocamento, mas também à exploração vivenciada ainda na infância, e como ela mesma destacou, foi sua primeira experiência de injustiça. A fala apresentou elementos de dor, memória e denúncia social. Além disso, a trajetória de Maria Sueli posterior como professora universitária e militante social reforçou o contraste entre a infância marcada por injustiças e a vida adulta de luta por direitos.

No documentário, também foram evidenciados a dor e sofrimento que essas mulheres carregam, expressos por meio das lágrimas e dos silêncios. Antônia, que foi obrigada a trabalhar desde muito cedo por imposição de seu pai, ao narrar determinado episódio, afirmou que preferia não lembrar ou falar sobre o ocorrido. Nas falas das demais mulheres também observamos muitos silêncios, as narrativas foram, muitas vezes, interrompidas pela dor que ainda provoca.

As memórias narradas por todas as mulheres destacadas nesta pesquisa representam não apenas experiências individuais, mas também evidenciam a realidade de milhares de meninas, especialmente negras, historicamente submetidas ao trabalho infantil doméstico em condições análogas à escravidão no Brasil.

As mulheres as quais entrevistamos resumem a infância a um período permeado por dificuldades: Tempos difíceis, principalmente pela falta de recursos para alimentação e pelos dias preenchidos pelo trabalho e falta de tempo para brincar e ser criança. Os termos mais usados para definir a infância das mulheres entrevistadas foram “difícil” e “sofrida”.

Em algumas entrevistas, ao questionar sobre determinado assunto algumas mulheres responderam que não lembravam. Como na entrevista realizada com Joana, em diversos momentos afirmava não lembrar de determinados acontecimentos. É válido refletirmos se ela prefere esquecer ou realmente não lembra. Sabemos que muitas dessas mulheres revelam grande dificuldade em conviver com as memórias traumáticas dos seus passados.

Na entrevista realizada com Luzia (2025) em determinado momento ela disse: “E aí eu gostaria de não entrar em detalhes sobre isso, do que aconteceu lá no interior. No interior aconteceu uma coisa muito ruim comigo (respira fundo e segura o choro)”. A sua fala e os gestos revelaram o quanto o acontecimento foi traumático em sua vida. Nesse instante, foi essencial manter a postura ética que todo pesquisador precisa ter. Respeitamos o seu pedido em não entrar em detalhes sobre o que ocorreu. A escolha por não entrar em detalhes revela o profundo sofrimento que esse episódio ainda causa em sua vida:

E eu fui nessas férias em 89. Eu já tinha 12 anos. Passei um ano e pouco nessa casa, e lá no interior... **E aí eu gostaria de não entrar em detalhes sobre isso, do que aconteceu lá no interior.** No interior aconteceu uma coisa muito ruim comigo (respira fundo e segura o choro) que eu fiquei lá por um tempo, passei as férias, aí depois eu voltei de novo pra essa casa, né? e aí no dia que aconteceu isso comigo, eu olhei pra mãe... Ela não me acolheu. Não me senti acolhida, me senti desamparada, como se eu não pertencesse mais lá. Aí voltei pra essa casa de novo, que eu tava lá só de férias. Passei uns 15 dias e, quando eu voltei (respira fundo), passei um tempo... devido o acontecido lá, eu voltei muito desorientada. Muito desorientada mesmo. Eu queria ter ficado com a minha família. Eu queria ter tido uma mãe. Eu queria ter tido minhas irmãs. Eu queria ter tido alguém que me acolhesse, naquele momento que eu tava passando. Eu não tive. E eu vim desorientada pra lá (Luzia, 2025).

O episódio narrado por Luzia ocorreu quando foi passar as férias com sua família em Barras. Nessa época, morava em Teresina com dona D. D., a professora da APAE. Revela profunda tristeza quando menciona: “Eu queria ter tido minhas irmãs. Eu queria ter tido alguém que me acolhesse, naquele momento que eu tava passando. Eu não tive” (Luzia, 2025). Luzia

chorou bastante durante a narrativa, colocava a mão ao rosto tentando esconder que estava chorando, a preocupação dela era que as pessoas do trabalho a vissem chorando. Em outro trecho da entrevista Luzia refere-se novamente à sua mãe, relacionando os questionamentos do passado com o presente:

Até hoje, eu não sei lhe dizer, se você me perguntar, porque que eu fui a irmã, a filha escolhida pra ir, acho que minha mãe tava zangada comigo por eu não ter ficado. Porque eu era muito pequena pra ir brincar, pra ir pra ir pra Teresina, pra ir pra capital, porque Barras era perto (ela se refere da zona rural para zona urbana da cidade), ela sempre tava na cidade, de vez em quando eu via. (...) E foi eu a escolhida. Não sei lhe dizer, por quê (Luzia, 2025).

Ela se questiona até hoje sobre o motivo de sua mãe tê-la escolhido para ir morar com outras pessoas desconhecidas e distantes. Ela continuou o relato da seguinte forma:

E a minha vó que é a minha referência de pessoa, muitas vezes ela disse pra mãe, nesse período né: Não era pra mãe deixar a gente vim, que era longe e tudo, que era distante. Se acontecesse alguma coisa, como era que a gente ia fazer? Mas a minha mãe não escutou. Eu, às vezes (choro)... é engraçado que hoje ela diz assim pra mim (silêncio)... quando eu vou pra Barras visita-la, ela diz assim: “Minha filha, eu sei que eu não fiz uma boa coisa naquele tempo, lhe mandando lá pra Teresina. Sei também que você passou muita coisa por lá.” E quando ela me diz isso, eu sinto vontade de dizer realmente o quanto foi ruim, o quanto eu... o que passei foi ruim, o quanto eu... o que eu passei que foi difícil, e quanto isso mudou minha vida. Mas aí quando eu a ouço falar isso, pra mim é como se eu - se eu fosse dizer pra ela - como se eu tivesse culpando ela, por uma culpa que ela já tem. Porque, apesar de ela ter consciência de mãe, de saber das coisas que eu passei, mesmo não tendo dito pra ela, ela não faz ideia do que eu tenho passado. (essa parte toda ela narrou chorando e fazendo pequenas pausas). Ter saído antes de completar os 9 anos, pra viver na casa dos outros, num espaço tão distante, tão longe de casa, sem poder voltar... (Luzia, 2025).

O relato de Luzia é marcado por memórias traumáticas, experiências que causam muita dor ao serem narradas. Sua fala foi carregada de emoção e pausas, evidenciando que o trauma não se limita ao passado: ele reinscreve-se no corpo e na voz, revelando-se no presente na forma como ela recorda e compartilha sua experiência. Além disso, no trecho há um sentimento de culpa revelado pela mãe, que expressa arrependimento em ter mandado a filha para Teresina. No entanto, Luzia silencia a vontade de dizer “o quanto foi ruim”, por receio de aumentar a culpa já presente na mãe. Na frase “O que eu passei que foi difícil, e quanto isso mudou minha vida”, revela as contradições com as promessas feitas antes de suas idas, não existia brincar, não existia fazer companhia, o que existia era exploração do trabalho infantil doméstico.

Muitas dessas meninas eram arrancadas de seus lares por meio da promessa que seriam criadas como filhas. No entanto, ao serem colocadas em condições análogas à escravidão, os exploradores tentavam manipulá-las com a falsa ideia de ser parte da família. As condições vivenciadas por elas, porém, evidenciaram o contrário: não eram tratadas como filhas, mas como empregadas domésticas da família. Por isso, é importante refletirmos sobre essas relações contraditórias e perversas que caracterizam esse contexto de exploração.

### 3.2 “DIZIAM ELES QUE FAZIA PARTE DA FAMÍLIA”

Neste tópico, propomos analisar as contradições que permeiam as relações no âmbito do trabalho doméstico. Trata-se de um espaço em que aproximação e distanciamento coexistem de forma ambígua. Entre o suposto vínculo afetivo e a realidade de exploração, havia uma linha tênue. Era comum que os exploradores recorressem a expressões que sugeriam um suposto pertencimento da pessoa explorada à família, como forma de ocultar a exploração. No cotidiano, as interdições, restrições e diferenças deixavam evidente o lugar ocupado. Em alguns casos essa afirmação, embora contraditória com a prática, era uma ferramenta paternalista de manipulação para facilitar a exploração. Aqui, pretendemos usar, na análise, o termo de James Scott, “eufemismo”, no sentido de ações voltadas para pacificação e ocultamento das relações de exploração e Sérgio Buarque de Holanda para dar maior destaque às relações paternalistas.

Em Barras-PI, a expressão comumente utilizada para se referir ao trabalho doméstico era/é “trabalhar em casa de família”. Essa nomenclatura ressalta as relações ditas familiares nesse trabalho. Estratégias como essa são usadas para ocultar práticas exploratórias. Visto que, os exploradores incentivam que as pessoas exploradas se sintam como parte da família, embora sejam colocadas em condições precárias de existência, sem alimentação adequada, sem um lugar digno para dormir, em meio às violências. A precarização dessa atividade laboral perdura até os dias atuais.

Alguns meses atrás, em uma conversa informal com uma prima, ela relatou que havia saído do trabalho onde recebia 300 reais para limpar, lavar e cozinhar, porque a sua patroa queria que, além de fazer o trabalho em sua casa, fizesse na casa de sua filha, pelo mesmo pagamento. Essa história, narrada informalmente, nos revela a continuidade da precarização do trabalho, informalidade e exploração. Um número expressivo de mulheres da cidade de Barras-PI, trabalhou ou trabalha informalmente como domésticas, uma grande parte delas tendo iniciado ainda criança, como ressaltado por meio das fontes orais nos capítulos anteriores.

O sociólogo, historiador e escritor brasileiro Sergio Buarque de Holanda, em seu livro clássico “Raízes do Brasil”, argumenta a respeito do homem cordial, um símbolo das relações sociais sem formalidade. Uma confusão entre vida pública e vida privada, ocasionada pelas relações sociais de proximidade e afetividade. Trata-se de um sujeito movido supostamente pelo coração, mas longe de ser bom em sua totalidade: a sua emotividade pode desencadear relações de amor e ódio, indo de um extremo a outro. O trabalho doméstico é um exemplo explícito: geralmente as pessoas são levadas a acreditar que são tratadas “como se fossem da família” para serem exploradas diante dos interesses de seus “patrões”. Além disso, quando a família exploradora procura os pais da criança, usa-se o discurso de criar como filha, cuidar e colocar a menina em uma escola, para convencer os pais que tratava-se de uma boa oportunidade.

Dentro desse contexto, destaca-se, por meio das entrevistas duas possibilidades: as mulheres que trabalharam para própria família biológica (tias/tios, primas/primos) e as mulheres que foram adotadas informalmente por famílias privilegiadas ou com condições semelhantes, sem vínculos biológicos, mas com vínculos paternalistas. Rita, por exemplo, saiu de sua cidade para trabalhar para uma prima, em Teresina, como doméstica aos 12 anos de idade. Nesse caso, sua patroa não precisava mencionar que ela era “como se fosse da família”, pois ela realmente era parte de sua família. Algumas relações, no entanto, marcavam o seu lugar na casa, por exemplo, a falta de liberdade em relação à comida. Rita, disse: “não, não tinha esse negócio de eu ter liberdade, ter isso e isso aqui. Quando ela pegava uma laranja, uma banana ela já levava na mão, né? Tá aqui, pode comer isso aqui” (Rita, 2024). Embora a geladeira tivesse cheia de comida, Rita não tinha liberdade de pegar o que quisesse para comer, comia apenas o que era escolhido por sua patroa (prima).

No relato de Rita, observa-se que as relações e imposições apresentam-se como formas de distanciá-la do pertencimento familiar. A menina ali só era percebida como empregada doméstica da casa. O tratamento destinado tinha o objetivo de confirmar o lugar dela dentro daquela residência. A localização do quarto também afastava Rita. O quarto para Rita dormir era afastado e dava mais para fora da casa, do que para dentro: “Era em um quarto, era o quarto deles mais pra dentro e o que eu dormia já era mais pra fora, o quarto, né? Só assim arredado (afastado)” (Rita, 2024). O quarto da trabalhadora doméstica costuma ser perto da cozinha e afastado dos demais quartos da casa, essa organização do espaço é uma forma de marcar o lugar e mostrar que, a pessoa ao mesmo tempo que está próxima, está distante.

Além disso, Rita realizava suas refeições em local e horário diferentes: “(...) eles almoçavam primeiro e depois eu colocava a minha comida, aí ia lá pra uma areazinha, aí eu

ficava lá sentada e lá que eu fazia minha refeição, era lá, nessa areazinha" (Rita, 2021). O lugar e o horário de realizar as refeições eram diferentes. Mesmo que ela pertencesse a família de forma biológica, o espaço e as regras estabelecidas a distanciavam de ser parte da família e a empurravam para ser percebida apenas como alguém que estava ali para servir.

O casal de primos trabalhava fora em um comércio, deixando Rita sozinha em casa cuidando de um bebê e fazendo as atividades domésticas, lembrando que ela tinha apenas 12 anos. Nesse tempo em que estavam fora, a porta do quarto deles era trancada e Rita só tinha acesso aos demais cômodos da casa como destacado por ela. Todas as interdições apontadas na narrativa de Rita, mostram como as relações dentro desse contexto eram marcadas pela exploração. A comida controlada, o quarto afastado, a restrição de lugar e horário para fazer a refeição revelam como ela era tratada dentro da casa de sua própria prima. Outras mulheres entrevistadas também ressaltaram alguns detalhes das interdições.

Ducarmo, durante o seu relato, disse que ao se referirem a ela nunca diziam que era a “empregada”, apesar do seu papel ser servir. Segundo a entrevistada: “Às vezes eles... eles me apresentavam... eles não diziam que eu trabalhava, eles diziam ‘essa aqui é uma pessoa da família’. Eles me apresentavam assim. E não diziam assim, porque tem gente que diz aqui é minha empregada, né? Eles não diziam” (2024). Essa ocultação do trabalho desempenhado tem relação também com a idade dela, ainda era muito jovem. Além disso, era uma ferramenta de aproximação, com objetivo de despertar gratidão por ser acolhida como parte da “família”. Diferente de Rita, Ducarmo era levada a acreditar que fazia parte da família, mesmo que sua função fosse fazer todo o serviço doméstico da casa e não tivesse vínculo biológico com a família empregadora. Essa manipulação atuava como um eufemismo da situação.

O conceito de “Eufemismo”, conforme trabalhado por James Scott em suas análises sobre discursos do poder, revela como as classes dominantes utilizam linguagens suavizadas para mascarar conflitos sociais, dissimular relações de exploração e naturalizar hierarquias. Expressões que aparecem afetividade ou neutralidade muitas vezes cumprem a função de esconder a violência simbólica e material subjacente às relações sociais desiguais.

No caso da exploração do trabalho doméstico infantil, o eufemismo aparece de forma clara quando os exploradores se referem à criança como “uma pessoa da família”. Essa expressão, longe de indicar verdadeira inclusão ou afeto, opera como instrumento de invisibilização da condição de exploração. Ao evitar o reconhecimento da criança como trabalhadora e, mais ainda, como trabalhadora infantil submetida a uma relação ilegal e desigual.

Importa destacar, contudo, que nem sempre os sujeitos que reproduzem esses eufemismos são os dominantes. Muitas vezes, as próprias vítimas incorporam o discurso, reproduzem os valores e práticas da dominação. Isso amplia a potência analítica do conceito de eufemismo em Scott, pois mostra que o discurso do poder não está restrito aos dominantes, mas permeia o tecido social, sendo absorvido e reiterado por diferentes segmentos.

Dessa forma, a ideia de que “a criança é como se fosse da família” torna-se uma estratégia ideológica que alivia a culpa, legitima a prática e impede o questionamento ético ou político sobre a exploração. Ao mesmo tempo, serve para domesticar o olhar da sociedade, que passa a enxergar esse tipo de relação como algo natural, comum, e até “caridoso”.

Além disso, é importante considerar o papel paternalista, que caracterizam historicamente as relações sociais no Brasil. O paternalismo cria uma falsa ideia de proteção e cuidado, quando, na verdade, reforça relações de dependência e subordinação. Com isso, exploradores assumem a posição de “benfeitor”, enquanto a criança era vista como alguém a quem se fazia um favor.

Hordge-Freeman (2022), analisou por meio da pesquisa etnográfica vidas de trabalhadoras domésticas informais marginalizadas que são denominadas de “filhas adotivas”, mas que vivem em condições análogas à escravidão em casas das “famílias adotivas”. A socióloga define o conceito filha de criação da seguinte forma: “Typically, the term *filha de criação* was used in reference to young girls who were “given” away and informally adopted into families without a formal legal process” (Hordge-Freeman, 2022, p. 4). É importante entender que o ato de “entregar” a filha para outra família com melhores condições financeiras reflete a ajuda mutua e a interdependência usadas entre famílias vulneráveis como estratégia de sobrevivência. Doam suas filhas pensando na própria sobrevivência dela e da família como um todo.

Whether they were dada (given) to wealthier families as children, plucked from the countryside where it is common for wealthy families to “pegar uma menina” (get a girl), or taken in as the “daughter” of a wealthy family’s domestic worker, they were all lured by promises of a better life and educational opportunities (Hordge-Freeman, 2022, p. 14).

As filhas de criação estão ou estiveram presas em um sistema de opressão racial, de gênero e classe. Em coexistência a diversas formas de exploração, desenvolvem-se interações familiares e relacionamentos afetivos aparentemente amorosos. Podemos observar nas entrevistas orais, e nas outras fontes consultadas, que, inicialmente grande parte dessas meninas cuidavam de outras crianças de idade com poucos anos de diferença. Algumas delas cuidavam

de outra criança e executavam todas as atividades domésticas limpando, lavando, fazendo comida para a sua nova “família” em troca de teto e alimentação. Os filhos biológicos da nova família não realizavam essas atividades. Pelo contrário, são cuidados pela nova “irmã adotiva”, embora ela tenha quase a mesma idade. Como foi mencionado por Sueli, ao narrar sua história no documentário “Curica”: “A filha da dona casa ficava dormindo e eu tinha que acordar muito cedo, ajudar nos trabalhos da cozinha e ajudar no trabalho da higienização da casa. Você tá fazendo isso, porque você não é a filha da dona da casa” (Furtado, 2021, 0:08:05).

No mesmo documentário Rosalinda narra sua história, ressaltando como caiu nas garras da exploração infantil doméstica: “Eu tava completando 10 anos e foi justamente nesse dia, a minha mãe veio óbito, né? E a partir daí eu fui morar com o meu pai e próximo a ele morava uma senhora e veio falar com meu pai a respeito de uma família, né? Essa família queria uma criança para criar como filha, né?” (Furtado, 2021, 0:00:32).

No entanto, quando chegou no destino Rosalinda dormia no chão da casa, fazia as refeições depois de todos. Além disso, comentou: “Eu fui colada em um trabalho que não era um trabalho de empregado, era mesmo sujeito a uma espécie de escravidão, até uma escravidão que você pode dizer, uma escravidão moderna, né?” (Furtado, 2021, 0:04:38). Rosalinda relatou também episódio de violência:

Ela chegou lá na lavanderia e me chamou e falou que o leite tinha derramado, só que nesse momento que ela falou, ela tava bem próximo a mim e ela começou a bater na minha cara, né? E ela bateu tanto, que parecia que eu tinha arrancado um dente, que eu sentia meu rosto é... bem como se o rosto tivesse arrancado um dente, com o rosto inchado, né? E... (silêncio e lágrimas nos olhos) (Furtado, 2021, 0:10:16).

A prática da “criação” pode ser compreendida, segundo Hodge-Freeman, como “(...) a practice whereby a child is given, transferred, and/or exchanged to another adult with the expectation that they will provide nurturance and opportunities” (Hodge-Freeman, 2022, p. 38). Baseada em noções de troca e reciprocidade, é uma extensão do sistema de favores. No sistema de favores, dar-se algo em troca de um favor que será retribuído no futuro. Além disso, é uma prática paternalista onde famílias privilegiadas ou em condições financeiras um pouco melhores prometem fornecer as necessidades básicas para sujeitos pobres, os quais se tornam dependentes de sua generosidade.

Na região amazônica, essas meninas são conhecidas popularmente como “crias de família”. Crianças ou adolescentes, principalmente do sexo feminino, são “dadas” por suas famílias originárias do interior do Estado, para outras, geralmente mais abastadas, da capital

paraense ou das sedes de municípios, a fim de serem cuidadas e para “estudar”, no entanto, são exploradas no trabalho infantil (Castro, 2022). A prática de doar crianças para outras famílias é bastante comum e naturalizada entre famílias empobrecidas em diversas regiões do Brasil, isso é evidenciado na própria pesquisa realizada por Freeman (2022).

Mesmo que a função fosse de empregada doméstica e babá das crianças, a nova “família” insistia em dizer que era filha de criação, uma nova integrante da família. Nesse contexto, recorrem as frases “é quase da família” ou “é como se fosse da família”. Ambas as formas revelam sentidos que indicam que a menina não pertencia à família de fato, com as palavras que antecedem “é quase” e “é como se fosse” já sugerindo a exclusão real da criança daquele núcleo familiar. Tais formas de tratamento atuam para ocultar a exploração diante da sociedade, pois são ditas com intuito de ocultar as relações que realmente são desenvolvidas.

Maria relatou os castigos sofridos na residência. Na realização de alguma tarefa errada era castigada cruelmente. Maria descreveu alguns episódios de violência física em sua narrativa: surras que deixaram hematomas no corpo e em sua memória. Além disso, as atividades domésticas realizadas na casa desproporcionais para idade dela. Quando questionamos sobre ser mencionado que Maria era parte da família ela disse:

(...) quando chegava alguém de fora lá, vish Maria, eram outras pessoas, se transformavam, era como se eu fosse da família. Aí botava só eu pra brincar com a menina. Chegassem alguém lá de fora, algum visitante, alguma coisa, aí botava exatamente eu pra brincar com a menina. Mas, agora, quando todo mundo saía, dava as costas era outra história, não tinha essa de brincar. Diziam eles que fazia parte da família... nunca, no Brasil! Ninguém trata a pessoa daquele jeito, pior que cachorro. Que lá tinha uns cachorros que dormiam lá, num quarto melhor que o meu. O meu... nem um ventilador num tinha (Maria, 2021).

Existia uma família imaginária para Maria quando chegavam visitas na casa. Era tudo um grande teatro para enganar visitantes. Maria tinha apenas 9 anos de idade, então quando chegava alguém, era posta para brincar com a criança que, na verdade em seu cotidiano, longe dos olhos das pessoas, ela cuidava como babá. Como mencionado por ela “não tinha essa de brincar”, seus dias eram preenchidos pelo trabalho doméstico da casa. O seu quarto sem ventilador e a forma como era tratada “pior que cachorro, que lá tinha uns cachorros que dormiam lá num quarto melhor que o meu”, evidenciam nuances de um contexto marcado pela exploração infantil. Nesse caso, o teatro era realizado para que a sociedade fosse convencida de que a criança estava sendo criada pela família como filha.

O relato de Maria revela com contundência a distância entre o que James C. Scott (2013) chama de discursos público e discurso oculto. Segundo Scott, o discurso público é aquele que os dominadores e subordinados encenam diante da sociedade, sustentando uma imagem de harmonia e legitimidade. Já o discurso oculto é o que se revela nos bastidores, onde as verdades da dominação e da resistência emergem. No caso de Maria, “quando chegava alguém de fora”, instaurava-se um teatro doméstico cuidadosamente encenado, no qual era apresentada como “parte da família” e posta para brincar com a criança que, na realidade, cuidava como babá. Sua condição real de trabalhadora infantil explorada era apagada da cena pública. Maria rompe com o discurso público quando afirma que nunca foi tratada como da família, expondo a violência cotidiana escondida nas entrelinhas da normalidade social. Essa encenação, portanto, funciona como uma estratégia da dominação, que busca convencer a sociedade (e a própria criança) de que não há conflito, nem exploração, apenas cuidado e acolhimento. O espaço doméstico, tido como privado e íntimo, torna-se assim um lugar estratégico de ocultamento da violência social, onde a lógica da exploração infantil se sustenta por meio de uma linguagem cuidadosamente manipulada.

Essas relações ditas familiares são denominadas por Hodge-Freeman (2022) como “teatro familiar” baseado em relacionamentos pseudofamiliares. As performances cotidianas e os roteiros discursivos rotineiros sustentam a ilusão da família, uma maneira de mascarar as dinâmicas de poder pelas quais as filhas de criação são diferenciadas dentro da estrutura familiar.

Percebe-se, portanto, aproximação e, ao mesmo tempo, o distanciamento dessas meninas dentro da “família adotiva”. Essas relações originam dúvidas em relação a sua posição dentro do núcleo familiar. “Acho que não... sei lá... tinha hora que sim, né? Pelo jeito que eles tratavam a gente”, afirmou Ducarmo ao ser questionada se se sentia parte da família, como era mencionado. A confusão é gerada justamente por meio da forma como era tratada: ora como se fosse da família e ora como apenas uma empregada da família. O lado oculto do status de ser da “família” revela contradições:

(...)this contemporary form of slave-like exploitation is most notably based on affective technologies of domination. These adoptive families leverage culturally specific notions of love, obligation, gratitude, and morality to create a sense of family where membership is conditioned on obedience and servitude. The power that affective ties wield becomes an emotional juggernaut, which as filha de criação Kátia explains is more powerful than physical confinement because “não tem o ferro no pescoço, mas tem na alma né!” (Hodge-Freeman, 2022, p. 11).

O trabalho doméstico infantil, não só na cidade de Barras, mas no Brasil é um dos lembretes que informam sobre a continuidade de práticas exploratórias da força de trabalho de pessoas depois da abolição legal da escravidão. Os dados sobre o trabalho doméstico destacam o alto número de meninas e mulheres negras, elas vivem o trauma colonial tão bem explicado por Grada Kilomba.

Elas se tornam prisioneiras do amor, sendo denominado por Hordge-Freeman como “Affetive Captivity”. “Power can impact people’s bodies through emotions and these emotions can be weaponized to construct, justify, and reinforce systems of domination through what I refer to as “affective captivity.”( Hordge-Freeman, 2022, p. 17). O domínio sobre os corpos não se exerce apenas pela coerção física ou pela vigilância direta, mas também por meio das emoções. O que a autora chama de cativeiro afetivo revela um mecanismo sofisticado de dominação em que os laços emocionais, como o afeto, a gratidão ou a lealdade, são manipulados para manter pessoas subalternizadas em situações de exploração. No caso das crianças colocadas no trabalho doméstico informal, isso se manifesta quando são ensinadas a amar quem as explora, a sentir gratidão pela assistência mínima que recebem, e a acreditar que fazem parte da família, ainda que sejam tratadas diferente. Essas crianças se tornam prisioneiras do amor, em que o afeto serve para disfarçar a violência. O cativeiro afetivo, nesse sentido, não elimina o sofrimento, apenas o torna mais difícil de nomear e denunciar, pois está mascarado por relações aparentemente amorosas e protegidas pelo discurso público da benevolência.

Não podemos reduzir todos os casos a essa forma de tratamento, pois existem outras meninas em que as relações já destacavam o seu papel como empregada da casa, como no caso de Rita, que em nenhum momento a prima ressaltava o fato de ser da família, embora ela fosse. Pelo contrário o seu lugar de empregada doméstica era reafirmado pelas interdições e regras estabelecidas. Márcia, em sua narrativa, também destacou essa forma de tratamento: “Não tratava assim como se fosse da família, não. Tratava como uma pessoa que trabalhava mesmo na casa, né? Empregada mesmo. Tratava como da família não” (Márcia, 2024). É importante ressaltar a idade dela nessa época que era tratada como empregada da família, ela tinha apenas 12 anos de idade. Uma mulher conhecida fez a proposta para mãe de Márcia: “A mulher propôs pra minha mãe e minha mãe deixou (riso)” (Márcia, 2024).

Apesar da pouca idade, era responsável por todo o serviço doméstico da casa: lavar, limpar, fazer comida. Diferente das outras meninas, Márcia já foi contratada especialmente para realizar esses serviços. Morou apenas por um tempo com essa família para a qual prestava seus serviços, depois passou a voltar para sua casa todos os dias, após realizar as atividades domésticas. Como foi destacado por ela: “Não, todo dia eu ia e voltava. Não, teve uma época

que a gente... morei. Depois ia e voltava, que ficava perto, né? Pertin de casa, não precisava ficar dormindo lá não" (Márcia, 2024). Ao ser questionada sobre como era tratada pela família empregadora, respondeu: "A gente, chega é difícil, às vezes uns tratavam bem, outros não tratavam. Falava pelas costas, era assim, né? Sempre tem, na família tem um melhor, um mais ruim, né?" (2024).

No que diz respeito ao pagamento que era feito para ela, disse:

Olha, eu não sei nem te falar, porque na época lá... é hoje que é o valor de 150,00, era 15 reais. Mas que hoje é o valor de 150,00, né? Que as coisas vai mudando e vai aumentando, né? Que hoje é o valor de 150,00, era 15 reais. Que naquela, na época lá muitos anos atrás, que vamos supor... 15 reais era muito dinheiro. Que hoje fica no valor de 150,00 (Márcia, 2024).

Nessa época ela não estudava, havia desistido para trabalhar. Perguntei se Márcia lembrava de mais alguma coisa dessa época e ela disse: "Não, só lembro que era muito serviço, outras coisas não" (Márcia, 2024). Ficou nessa casa por muito tempo, durante 10 anos, e só saiu quando casou. Geralmente, essas meninas saem para casar, outra etapa da vida, que as empurram para o trabalho doméstico, de forma gratuita, em prol da sua própria família. Casam-se e ficam responsáveis por fazer todas as atividades domésticas na casa. Algumas delas saíam antes de casar.

Entrevistamos também, Ana, 39 anos, natural de Esperantina, solteira, autodeclarada branca. Ana, atualmente mora em Barras-PI, mas sua primeira experiência com o trabalho doméstico na casa de terceiros aconteceu aos 12 anos, na cidade de Batalha-PI. Ana é minha prima, o que facilitou o contato. Já tínhamos a informação que a irmã de Ana havia ido trabalhar como doméstica em Teresina ainda muito pequena. Ao entrar em contato com Ana, com intuito de obter mais informações, ela revelou que também havia trabalhado como doméstica durante a infância. Sabendo dessa informação explicamos sobre a pesquisa e a convidamos para participar, ela rapidamente aceitou. A entrevista ocorreu em sua casa, à tarde. Ana usou a expressão "A gente era pobre lascado" para fazer referência às condições financeiras da família. A casa que viviam: "Era de taipa, paredinha de barro, mal a gente tinha mesmo para comer" (Ana, 2024). A mãe de Ana teve nove filhos: "Meu pai ralou muito pra criar nove filhos, então foi uma vida muito sofrida" (Ana, 2024). Questionada sobre a alimentação respondeu:

Até em certa idade, né? que eu me lembro...era um feijãozinho. O meu pai arrendava aquelas roças pra poder tirar feijão, a meia, que chamavam antigamente. Naquele tempo, aquelas roças também de arroz, né? Que era a meia também, que trabalhava. se desse três sacos, quatro sacos, ficava dois pro patrão, o patrão dava um pra ele, era assim (Ana, 2024).

Durante a entrevista, Ana relatou que outros irmãos já haviam sido entregues para outras famílias, em uma espécie de adoção informal. Essa adoção informal era uma estratégia de sobrevivência das famílias empobrecidas, uma vez que a quantidade de filhos era grande e faltavam recursos para alimentar todos os membros da família. Indaguei se todos na família trabalhavam e ela respondeu:

Nem todos. Por quê? Porque a gente... o meu pai quando eu nasci... eu sou a mais nova, uma das mais nova. Então, os mais velhos já tinha já pego sua independência, ter saído de casa pra trabalhar em casa de família. Outras pessoas pegava pra ter mais... pra ajudar em alguma coisa... pra criar (Ana, 2024).

Nesse trecho, ela destaca que algumas irmãs já haviam saído de casa para trabalhar em casa de família. Uma das irmãs foi para trabalhar como doméstica aos 9 anos de idade, em Teresina, e até os dias atuais ela trabalha como doméstica na cidade. A “ajuda” prestada por meio da criação, fazia parte desse contexto: algumas pessoas pegavam as crianças empobrecidas para “criar”. Sobre quantos irmãos foram pegos para criar, ela falou: “Eu acho que uns quatro... os quatro mais velhos. Quando eu já tava assim, né? comecei a crescer, não convivia mais com a gente. Que já tinha saído pra trabalhar de alguma forma” (2024).

[...] assim, quando eu era, né... Da fase de uns 7/8 anos, eu morava com os meus pais ainda, né? E aí meus pais tinha que sair pra trabalhar e me levava junto, que não ia me deixar da idade que eu tinha. Aí eu fui crescendo, crescendo, quando foi por tempo de uns 12 anos, eu comecei a trabalhar em casa de família” (Ana, 2024).

Os pais de Ana não conheciam a família que a empregou. Ficaram sabendo por meio de um vizinho que havia uma pessoa precisando de alguém para fazer as atividades domésticas em sua casa. De acordo com ela, os pais aceitaram que ela fosse trabalhar para ajudar em casa: “Eles aprovavam, até porque eu trabalhava pra ajudar também eles em algumas coisas” (Ana, 2024).

Eu fazia de tudo. Comecei a limpar, fazer comida, aí o tempo foi passando, passando... Um certo tempo...Aí foi o tempo que eu cheguei casar, né? Construí uma família, passei dez anos casada. Aí não deu certo... aí eu comecei de novo a mesma... é... exercer o mesmo que eu já fazia, trabalhar em casa de família (Ana, 2024).

Nesse trecho da entrevista, ela cita como era seu cotidiano. Embora fosse um cotidiano permeado de obrigações domésticas, como narrado por ela, logo em seguida, disse que se sentia parte da família e que diziam que fazia parte da família, mesmo realizando todo o serviço doméstico em troca de uma pequena quantia que dividia com seus pais.

Portanto, ao longo das análises e dos trechos de entrevistas apresentados, é possível observar como a estratégia discursiva de dizer que a criança é “da família” ou “quase da família” funciona como uma forma de manipulação da realidade, utilizada para encobrir relações marcadas por exploração e violência. Trata-se de um eufemismo que suaviza e naturaliza práticas abusivas, direcionadas a crianças que, em vez de protegidas, são cruelmente submetidas ao trabalho. No entanto, é importante ressaltar que essas crianças não podem ser compreendidas apenas como vítima passivas. Por isso, destacaremos a seguir as formas de resistência cotidiana e as sociabilidades que se constroem nesses contextos, revelando sua capacidade de agência, criação de vínculos e elaboração de estratégias de sobrevivência diante da adversidade.

### 3.3 RESISTÊNCIAS COTIDIANAS E SOCIABILIDADES

O foco aqui será nos pequenos atos cotidianos de resistência e nas brechas encontradas por essas crianças para as sociabilidades. Apesar de estarem em condição de exploração, não podemos tratá-las como passivas. Diante de todo esse contexto, elas ainda se movimentavam, mesmo se tratando de crianças em situação de grande vulnerabilidade.

Nos pequenos atos do cotidiano, essas meninas demonstravam resistência e agência. As mulheres entrevistadas tiveram a inserção no trabalho doméstico precocemente, suas trajetórias de trabalho tiveram início entre os 7 e 12 anos. O fato de ser uma criança distante dos pais já as colocavam em uma posição de vulnerabilidade, chegando à nova residência, eram destinadas a uma escala maior de vulnerabilidade e submissão. Embora tenham sido condicionadas a uma posição de opressão não significava que ocupavam apenas a posição de vítimas nesse cenário. Não que elas não fossem, mas não devem ser reduzidas apenas a essa condição. Diversos comportamentos, atitudes e posicionamentos mostram que essas meninas tinham percepção de si e da sociedade. Na trajetória de Luzia, percebemos detalhes tanto de sua vida como da vida das pessoas que a rodeavam. Em sua narrativa apresentou histórias de outras mulheres semelhante a sua, além de descrever a vida de suas “patroas”. Tais descrições comprovam que a menina observava as relações sociais estabelecidas em sua volta.

No livro “*Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*”, publicado em 1985, o cientista político e antropólogo James Scott defende a ideia de que os camponeses e

grupos subalternos resistem à dominação de maneira sutil e cotidiana, e não apenas por meio de revoluções ou confrontos abertos. Fingir obediência, trabalhar devagar, espalhar boatos, sabotar silenciosamente, roubar pequenas quantidades de produtos eram táticas discretas de resistência. Para Scott (1985), as formas invisíveis e não organizadas de resistência também são politicamente significativas. São estratégias invisibilizadas, por serem sutis e, por essa razão, tornam-se eficazes. Essa invisibilidade evita represálias diretas.

O choro, não fazer determinada atividade doméstica, fugir, sair para brincar na rua com outras crianças sem permissão, são resistências cotidianas empreendidas por essas meninas. Além disso, o posicionamento diante de determinadas situações mostra como elas conseguiram se movimentar por meio de brechas encontradas nesse contexto de exploração doméstica. Muitas delas conseguiram retornar para suas casas, usando tais ações como estratégias. Embora Luzia não tenha permanecido com sua família como desejava, ela conseguiu retornar diversas vezes para zona rural onde sua mãe e seus irmãos viviam.

Nos relatos orais colhidos, as mulheres mencionam o choro como ferramenta de resistência, usado para convencer os “patrões” a devolvê-las para suas famílias. Essa ação revela uma forma de resistir ao poder de forma discreta. Luzia foi retirada de sua casa aos 7 anos de idade, por um compadre de sua mãe. O dia a dia da criança era um fardo grande a ser carregado. Além de realizar as atividades domésticas, era privada de comer os alimentos quando sentia fome. Diante da situação, buscou brechas para enviar recados para mãe ir buscá-la. Porém, esses recados não tinham retorno. Como pontuado na narrativa de Luzia:

E eu sentia muita falta de lá, dos meus irmãos, da minha casa, porque apesar de a gente ter muita pobreza no interior, mas eu me sentia mais segura. Me sentia com os meus irmãos, me sentia em casa. E eu chorava muito pra ir embora, e eu mandei vários recados pra minha mãe, e ela recebia o recado, mas não mandava me buscar (Luzia, 2025).

O choro de Luzia, tinha como propósito ser devolvida para zona rural, onde sua família morava. Chorar, dentro desse contexto, funcionava como resistência cotidiana na vida de Luzia naquele momento. Os recados enviados para sua mãe, nos direcionam a pensar na existência de rede de ajuda e solidariedade, Luzia contava com a ajuda de outras pessoas para poder enviar recados. Com essas atitudes, a menina conseguiu que fossem buscá-la, não sua mãe como esperava. Em certo dia, um homem que para ela, era como a figura de um padrasto foi resgatá-la do cativeiro doméstico, no qual ela se encontrava:

Eu devo ter passado lá uns três a quatro meses. Até que um dia o meu pai - que não é o meu pai biológico, mas eu chamo de pai, que era o padrasto digamos assim - ele chegou lá nessa casa, foi me buscar. Nossa, quando eu vi, era assim como se eu tivesse, **como se o mundo tivesse se aberto de novo pra mim**, e eu fiquei tão alegre por ele ter ido me buscar! Mas o detalhe é que ele foi a pé de onde a gente morava pra Barras (zona urbana da cidade), que naquele tempo era muito difícil carro. E a gente, mesmo quando tinha carro, a gente não tinha dinheiro. Então, de Barras (zona urbana da cidade) pra casa da minha mãe (zona rural), é mais ou menos 32 km na PI, que a gente foi, asfaltada. Mas como a gente foi a pé e por dentro das veredas, a gente saiu mais ou menos umas 8 horas - que ele passou a noite toda caminhando pra ir me buscar - saímos mais ou menos umas 8 horas e chegamos em volta lá no interior quase tipo 10/11 horas da noite. E a gente passou a viagem todinha caminhando, sem comer nada. Não sei como foi que eu aguentei chegar de volta lá no interior. Mas eu, apesar do cansaço, eu tava feliz. Mesmo que a gente não comesse na estrada, mesmo que tivesse caminhando, mas só em eu tá voltando pra casa, pra onde tava minha vó, meus irmãos teve esse sentido positivo do retorno (Luzia, 2025).

A criança conseguiu voltar para casa depois de enviar vários recados ignorados pela mãe e chorar bastante para ir embora. A frase “como se o mundo tivesse se aberto de novo pra mim” mostra que Luzia se sentia presa, em cativeiro na casa do compadre de sua mãe. O retorno para sua casa representava liberdade, o mundo se abrindo diante dela. É válido lembrar que a menina tinha apenas 7 anos de idade.

Além disso, essa parte do relato apresenta outro ponto de resistência e agência de Luzia, durante o trajeto de volta para sua casa: “E a gente passou a viagem todinha caminhando, sem comer nada. Não sei como foi que eu aguentei chegar de volta lá no interior”. O fato de saber que estava retornando para sua casa, fez com que ela suportasse todas as adversidades do trajeto e resistisse até chegar onde tanto desejava. Mesmo estando extremamente cansada e com fome, resistiu ao longo trajeto feito a pé. No entanto, depois de tantas lutas para ir embora e sabendo que sua mãe não havia respondido seus recados, não imaginava como seria recepcionada:

(...) Quando eu cheguei esse dia, minha mãe não foi muito receptiva. Ela tava já deitada com os meninos, não tinha nada pra gente comer. Eu só dei a bênção e eu praticamente desmaiei, lembrei desse detalhe. E no dia seguinte ela foi me perguntar, muito zangada - achei que fosse até apanhar por conta disso – por que que eu não tinha ficado lá, já que o compadre dela tinha pedido e tudo. E eu disse pra ela que era muito ruim, que a gente passava muita fome, não me tratavam bem, que a gente trabalhava muito. E apesar de lá ser cidade, mas o trabalho era muito mais puxado do que no interior, que a gente só tinha hora pra começar, e a gente tinha muitas limitações. Mas a gente passava fome não era porque não tivesse alimento - a gente passava fome porque eles não davam os alimentos pra gente, e o alimento ficava ali na frente. E ela ficou muito zangada comigo por um bom tempo, porque eu não quis ficar lá na casa desse compadre dela (Luzia, 2025).

Mesmo ciente de todo tormento vivenciado pela filha, a mãe de Luzia insistia para que ela permanecesse na casa do compadre. No entendimento da mãe, como o compadre havia feito o pedido e ela havia “doado” a filha, deveria cumprir a ordem de ficar, ainda que as condições fossem diferentes daquelas inicialmente combinadas, que seria apenas fazer companhia para uma senhora. Ao recusar ficar na casa do compadre, mesmo sob risco de apanhar e de enfrentar a raiva da mãe, Luzia fez um gesto de resistência. Mesmo com pouca idade, Luzia foi capaz de identificar a injustiça das condições impostas e de tomar uma decisão, tendo uma atitude de resistência ativa (Thompson, 1998).

A interlocutora narra ainda a fome forçada, mesmo com a presença de alimentos visíveis. Tal atitude vai contra a moral popular de subsistência. Em “Costumes em Comum”, Thompson (1998) discute como os ingleses em situação de pobreza, no século XVIII, se revoltavam quando sentiam que havia uma injustiça moral na distribuição de alimentos. No caso de Luzia, o sofrimento é agravado não apenas pela carência material, mas pela percepção de que a fome era algo desnecessário e imposta de maneira autoritária.

Essa foi a primeira casa a qual a mãe de Luzia a doou para outra família. Nota-se que Luzia, mesmo estando em uma posição de vulnerabilidade, se impôs diante da mãe, que estava zangada por conta do retorno. Ela se posicionou a respeito do seu desejo de voltar, declarando suas razões: “E eu disse pra ela que era muito ruim, que a gente passava muita fome, não me tratavam bem, que a gente trabalhava muito.” Scott (1985), também argumenta que mesmo diante da dominação naturalizada, os indivíduos podem encontrar brechas para afirmar sua autonomia e dignidade, mesmo em condições de opressão.

Além de Luzia, Rita também revelou que chorava bastante, sentindo saudades de sua família biológica e com vontade de retornar para sua casa, devido ao peso das atividades domésticas desempenhadas por ela durante o dia a dia na nova residência. A “patroa” (sua prima) tentou convencê-la a parar de chorar: “(...) Ela dizia assim, não chora não porque tu vai te acostumar, é porque tu veio agora, tu não tem costume de vim, né? Só que eu não tinha costume de fazer o que ela estava botando pra mim fazer, como eu era muito nova, né? (Rita, 2024). Rita chorava com saudades da família e porque estava submetida a exploração de sua força de trabalho dentro da casa de sua prima. Até que, dois meses depois conseguiu retornar para sua família biológica, de onde não saiu mais para trabalhar como doméstica na casa de terceiros. Saiu da casa de seus pais apenas quando se casou. Quando foi indagado o que os pais de Rita haviam falado ela disse: “Não, eles não disseram nada, porque eles estavam vendo que ela estava errada, que ela tinha levado que era pra mim estudar, pra mim ir pro colégio, e ela tinha me prometido uma coisa, e o qual que ela não fez” (Rita, 2024).

Como visualizado nos relatos orais analisados, nenhuma das meninas tiveram tempo para os estudos, para brincar, para fazer companhia ou para ter uma vida melhor. As promessas feitas baseadas em suas expectativas e esperanças transformaram a realidade dessas crianças nas piores condições de existências possíveis. O que era para melhorar, piorou. Os trabalhos eram mais pesados que no interior, não tinha liberdade, sentiam muita fome e sofriam diversas violências.

Rita havia ido para morar com a prima para estudar, como prometido aos seus pais. Mas, quando chegou ao destino, apenas trabalhava e não foi matriculada em uma escola. Ao descobrir que o combinado não estava sendo cumprido, os pais de Rita concordaram com o retorno da filha. Cumprir com a palavra é uma questão relacionada à moral na zona rural, por esse motivo, a prima era considerada errada. Percebe-se que na narrativa, o único erro apontado é não ter cumprido com o combinado de matricular a menina em uma escola, sendo que o erro mais grave era a exploração da força de trabalho da criança por um membro de sua própria família.

Outro episódio do cotidiano dessas meninas, evidenciando resistência, se dava em relação às brincadeiras. Como suas obrigações eram realizar as atividades domésticas da casa, não restava tempo para brincar e estudar. Com isso, para encontrar tempo para as brincadeiras, era necessário deixar de realizar os afazeres domésticos. Atitudes como essas eram consideradas pelas famílias desobediência.

O brincar é uma fase essencial da infância, favorecendo o desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças. No entanto, esse direito fundamental nem sempre lhes era assegurado. Entre as meninas em situação de pobreza da zona rural, as narrativas de nossas interlocutoras revelam que o tempo destinado às brincadeiras era escasso e, em muitos casos, praticamente inexistente, tanto quando viviam na zona rural com suas famílias, quanto na zona urbana em casas de terceiros. Quando conseguiam brincar, esse momento representava apenas uma breve pausa em meio à dura rotina de trabalho que já consumia suas forças ao longo do dia. Na zona rural, se não estavam cuidando dos afazeres domésticos e dos irmãos mais novos estavam na roça ajudando os pais e na zona urbana se dedicavam aos afazeres domésticos.

Luzia lembrou de um episódio das raras vezes que conseguiam brincar, quando vivia na zona rural:

Mas eu me lembro de uma brincadeira nossa uma vez, que era quando dava pra gente brincar. A gente foi lavar uma roupa e terminou - perto de casa - foi lavar essa roupa e terminou ligeiro. Aí fomos brincar: eu, e minha irmã e minhas duas primas. E deixamo o diabo da... da... desculpa a expressão, bendito do sabão na beira d'água, e o porco veio e comeu esse sabão. Quando nós chegamos em casa – aliás, antes de a gente chegar em casa - a mãe foi lá,

viu que a gente tava brincando e perguntou pelo sabão. E aí que a gente olhou que o sabão não tava lá, o porco tava mastigando e ela entrou na água pra bater na minha irmã mais velha, de 8 anos, de 7. E ela, a minha irmã, percorreu nadando - me lembro como se fosse hoje - esse baixão, pra sair lá em casa e eu fiquei. E, quando nós chegamos em casa, minha mãe bateu nela muito, até pra ela chorar, por conta desse... que ela já tinha me batido lá na água, e bateu nela lá. Quanto mais minha mãe batia pra ela chorar, mais ela não chorava. E ela não chorou. Minha mãe tirou sangue dela nesse dia - eu me lembro como se fosse hoje, por conta desse bendito sabão que a gente tava brincando. A gente não tinha o hábito de brincar. Não sobrava tempo pra brincadeira (Luzia, 2024).

Todas as nossas interlocutoras falaram sobre essa escassez de tempo para brincadeiras ainda vivendo com sua família. Se não havia tempo quando ainda moravam com suas famílias, quando passavam a viver em outras casas o trabalho aumentava e o tempo para brincar mais uma vez era sugado pela labuta diária. Sabendo que o brincar é próprio dessa fase, muitas meninas eram induzidas a acreditar junto com seus pais que iriam apenas brincar e serem cuidadas em casa de famílias abastadas ou apenas com uma condição um pouco melhor. Esse discurso era apenas uma estratégia para aliciar as crianças. Aquelas que eram obrigadas a ser babá de uma criança um pouco mais nova, conseguiam brechas para brincar.

Cuidando de uma criança, em determinados momentos conseguiam sentar para brincar. O momento só era permitido porque ao mesmo tempo que brincava estava cuidando de uma criança, cumprindo sua função de babá, embora ainda fosse também uma criança. Algumas delas mesmo na função de babá conseguiam pouco tempo para as brincadeiras, pois realizavam também outras atividades domésticas da casa. A esse respeito, Rita comentou que:

Não, assim...com a criança brincava um pouco, porque, quando ele acordava de tarde, aí sentava lá, colocava os brinquedos dele, né? Aí eu tinha que ficar olhando, brincando um pouco com ele ali. (...) De olho no serviço... quando chegava a hora do trabalho, eu tinha que fazer aquilo que era minha obrigação (Rita, 2024).

Quando perguntei Joselma se havia tempo para brincar na casa que foi levada, ela respondeu: “Pra que?” e sorriu. Depois disso, comentou que não tinha nem forças, visto que sua rotina diária realizando as atividades domésticas consumia suas forças. E esse “pra que?” é para entendermos que não existia tempo de brincar, só tempo de trabalhar. Nesse sentido, algumas dessas crianças não brincavam de forma alguma, pois suas vidas eram consumidas pela exploração.

Em uma das casas que Luzia trabalhou começou a ter comportamentos de desobediência. Não obedecia às regras impostas. Não havia tempo para brincar, mas ela o

encontrava, deixando algumas atividades sem realizar e fugindo para brincar com seus amigos na rua. A fuga e o ato de não realizar as atividades domésticas são formas de resistências cotidianas dentro daquele contexto em que estava inserida:

E aí, no final do dia, eu via as meninas brincando lá na rua São Paulo - que era onde a gente morava - e eu nunca podia brincar com aquelas meninas. Elas brincavam de guerra-guerrou, de triângulo, de peteca. Lá mesmo, na casa do marido dessa garota, tinha uma irmã, a S.. Então, ela tinha era mais ou menos a minha idade, ela brincava muito lá na área, e eu nunca brincava com ela. Nunca. Eu tava sempre cuidando do menino ou fazendo os afazeres domésticos das coisas dela, que ela não queria fazer. A mãe do menino nunca fazia. E era basicamente essa rotina. E foi minha rotina durante um ano e pouco eu fiquei lá com ela. E ela disse que... aí logo eu comecei a brincar com as outras meninas na rua, quando o M. tava dormindo. E quando eu não fazia, lavava a roupa dela, as roupas do menino, no tempo que ela queria, ela dizia que ia me deixar no interior. Aí, daqui uns dias ela mandou eu ajeitar minhas coisas e disse que ia me deixar lá no interior. E eu perguntei: "Porque que você vai me deixar?" – "Não, porque você tá me dando trabalho demais (Luzia, 2025)."

Nunca era permitido que fosse brincar na rua com as outras crianças. Logo, Luzia conseguiu encontrar brechas para se juntar às outras crianças e brincar: colocava o menino para dormir e saía para rua escondida, deixando algumas atividades para fazer depois, em outro tempo, diferente do horário determinado pela "patroa". Essas atitudes faziam com que ela recebesse constantes ameaças: "Ela dizia que ia me deixar no interior". Como a menina não deixou de brincar na rua com as outras crianças, foi devolvida para a família na zona rural, sob a justificativa que estava dando muito trabalho. Desobedecer às regras estabelecidas é uma das formas que sujeitos em situação de vulnerabilidade encontram para resistirem a determinadas formas de dominação.

"A rua era o espaço de sociabilidade das crianças pobres" (Pessoa, 2010). Passando o tempo longe de suas famílias sendo forçadas a trabalhar, a rua tornava-se um espaço de sociabilidade. O estar na rua significava uma forma de se reinventar. Sobre as brincadeiras das crianças na rua dentro do recorte de 1890-1920, a autora fez a seguinte reflexão:

O correr, perambular, o ficar na rua para além de ser visto como um simples ato de vadiagem pode ser percebido como uma prática subversiva desse mesmo espaço. Pode ser visto como um abrir nessas ruas uma possibilidade de vivê-las, reintroduzindo dentro delas a mobilidade plural de interesses e prazeres que foram cerceados a essas crianças (Pessoa, 2010, p. 163).

Embora estejamos analisando outro recorte temporal e outra temática podemos chegar às mesmas considerações realizadas por Pessoa (2010). A rua para Luzia representava uma

possibilidade de viver sua infância por meio do brincar. A rua representava um espaço de liberdade, algo que não tinha dentro de casa. Não sendo diferente das crianças que trabalhavam nos espaços domésticos no período analisado pela autora: “Para aquelas que trabalhavam como domésticos nas casas de seus tutores a rua representava um espaço de liberdade, o que eles não tinham na casa em que serviam. Em qualquer oportunidade que havia de eles se dirigirem à rua, o faziam prolongando o máximo essa permanência” (Pessoa, 2010, p. 164). Para além da desobediência podemos ver este ato como estratégias de usufruir dos prazeres que lhes eram negados. Dentro de casa, Luzia não encontrava tempo nem liberdade para brincar, ser babá de uma criança um pouco mais nova que ela preenchia seu tempo, com isso, a rua era um meio de estar com outras crianças de sua idade brincando.

Walter Johnson, na obra “Soul by Soul: Life Inside the Antebellum Slave Market” (1999), analisou o mercado de escravos no sul dos Estados Unidos, principalmente como esse mercado era organizado não apenas economicamente, mas também de forma afetiva e subjetiva, observando os compradores e os próprios escravizados. Nesse contexto, o autor nos apresentou importantes contribuições sobre agência de sujeitos oprimidos.

É importante dizer que, para Johnson, agência não significa que o sujeito tinha liberdade plena ou controle absoluto de suas próprias escolhas. Ele tece críticas a respeito das visões que romantizam a agência dos escravizados como se cada ato de resistência representasse um gesto de liberdade. Ao contrário disso, afirma que agência precisa ser compreendida como um espaço de ação limitado, localizado dentro de estruturas coercitivas de poder, ou seja, um espaço onde sujeitos oprimidos fazem escolha dentro de suas possibilidades, regulados por um sistema que os restringe.

Johnson, também defende que os pequenos gestos, precisam ser observados como formas de agência, embora não sejam uma resistência no sentido clássico. Os pequenos atos revelam aspectos sobre a capacidade de ação, desejo e subjetividade dos sujeitos, mesmo que estejam condicionados a contextos muito violentos.

O relato de Maria evidencia pequenos atos, lidos como forma de agência. Maria, menciona um momento que o “patrão” questiona sobre os hematomas e ela fala sobre a vontade de ir embora:

Aí eu não aguentei mais e disse pra ele: ‘É tudo ou nada. Aí foi que eu disse pra ele que ela me batia e tudo. Aí ele falou assim: ‘Não, pois se ela lhe bate, não vale a pena você ficar aqui, não, né? Aí eu disse: ‘Não, moço, não quero ficar mesmo, não. Me leve pra casa.’ Ele foi me levou até na casa da mãe dele, em Barras. Ele não teve coragem de me devolver, me entregar na casa do meu pai. Aí foi quando ela foi mais ele, mas ele não teve coragem. E aí na verdade,

ela ia me trazendo, mais assim, ela não sabia que eu estava indo embora. Ela achava que eu estava indo só passear. Aí foi quando ela foi atrás de mim de novo, pra mim voltar. Foi quando, eu disse que eu não ia mais, aí eu não fui mais, não (Maria, 2021).

Maria não rompeu com a situação de violência que vivenciava de forma rápida, ela esperou o momento oportuno para falar sobre a situação. Ela precisou negociar seu retorno, confiar no marido da mulher que lhe batia, tomando decisões dentro dos limites que estavam impostos a ela. O momento que Maria afirma: “Eu disse que não ia mais, aí eu não fui mais não” demonstra uma decisão importante feita por ela, uma escolha dentro de suas possibilidades.

A muié falou por que que eu num queria voltar. Aí eu falei assim: ‘A senhora não devia me perguntar, por que que eu não ia mais voltar.’ Aí, quando ela falou isso, quando eu falei isso, ela fechou a cara para meu rumo. Aí meu pai falou assim: ‘Dona, vá embora, porque, segundo a minha filha disse, que você muito maltrata muito dela, bate nela, judeia com ela. Não dá, não deixa ela comer as coisas que tem direito pra comer. Só tem direito no almoço, a janta só era um café com pão, e olhe lá. E eu sou pobre mais tenho costume de dar comida pra minha filha, então não vou mais deixar minha filha ir embora com você, mais não.’ E ela pegou e disse que eu estava mentindo, que ele preferia acreditar em uma menina mentirosa do que nela. Aí meu pai disse assim: ‘Eu? Jamais! Porque eu nunca ensinei meus filhos mentir.’ Aí meu pai ainda quis até se zangar com ela, brigar com ela, mas eu disse que não valia a pena, não. Aí ela foi embora. Aí eu não fui pra lá mais, não (Maria, 2021).

Quando Maria diz: “A senhora não devia me perguntar, por que que eu não ia mais voltar”, representa seu posicionamento subjetivo e moral, diante da situação. Pode parecer uma fala simples, mas mostra a sua postura ativa. Maria, talvez tenha assumido essa postura por se sentir mais segura, pois já se encontrava na casa de seus pais. Antes, quando estava distante, em outro município, adotou outra postura, visto que o contexto limitava suas ações. Agência não é apenas realizada de forma individual. Na narrativa de Maria, percebe-se a ação do seu pai, ela naquele momento, estava fazendo uso de redes afetivas as quais tinha acesso. Quando ela pede para seu pai não brigar, não significa que ela não entendesse a situação, mas que, novamente, fez uma escolha a partir de sua observação do contexto, evitando mais violência e demonstrando compreensão lógica da situação.

O relato de Maria apresenta agência, assim como os das outras narrativas analisadas. Por meio de resistências estabelecidas no cotidiano, Maria conseguiu sair de uma residência que a família a violentava de diversas formas. Por essa razão que James Scott nos conduz a

refletir sobre as resistências cotidianas como formas eficazes de enfrentar estruturas de dominação.

Na narrativa de Rosalinda, no documentário “Curica”, também observamos resistência e agência:

Eu não sei, eu não recordo o que foi que eu fiz de errado. Mas eu sei que nesse dia era um peixe e ela botou a cabeça do peixe que era pra eu comer, quando ela fazia essas coisas, ela ficava lá sentada esperando que eu, pra eu comer, né? Pra ela ver, só que nesse momento que ela botou essa cabeça do peixe pra eu comer, um momento ela teve que sair, quando ela saiu eu peguei joguei no lixo. Só que ela não era burra, percebeu que eu tinha jogado no lixo fez eu comer comida do lixo, o peixe do lixo e comer novamente. E... (silêncio) (2021).

Rosalinda se movimentou de acordo com suas possibilidades naquele momento, mesmo que ela não tenha conseguido seu objetivo, ela tentou e se movimentou. Em outro momento ela destaca como saiu daquela casa: “Ela chegou lá no quarto e perguntou: você... perguntou se eu não ia voltar pra terminar de fazer o meu serviço, que eu tava limpando a casa, eu disse pra ela que não, que eu ia embora (... )” (2021).

Portanto, os relatos orais destacados apresentam resistências, agência e sociabilidades encontradas nas brechas por essas crianças. Foram atos pequenos e, de certa forma, estratégicos, feitos em seus cotidianos com o objetivo e desejo de retornar para suas famílias biológicas, embora, muitas vezes, a vontade da família fosse que a filha permanecesse para onde tinha sido enviada. Essa decisão talvez fosse pautada na escassez vivenciada pela família. Tais reflexões são importantes para a compreensão dessa problemática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração do trabalho infantil doméstico, muitas vezes mascarada como um ato de ajuda, foi e continua sendo um grave problema social que precisa ser debatido com urgência. No caso de Barras-PI, recorte espacial desta pesquisa, fica evidente que tal prática não se restringia a uma realidade local. Pelo contrário, trata-se de um sistema de exploração que se produzia e reproduzia em diferentes regiões do Brasil.

Durante o período de 1980 e 1990, as meninas submetidas a essa forma de trabalho provinham, majoritariamente, de famílias empobrecidas, inseridas no sistema de moradia condicionadas à exploração da força de trabalho. Barras-PI e o Piauí, de modo geral, seguiam a lógica dos grandes latifúndios, onde o acesso à terra para moradia e cultivo era concedido em troca da força de trabalho. Essas famílias viviam como agregadas nas terras dos fazendeiros, em uma relação de dependência que reforçava sua vulnerabilidade social. A sobrevivência exigia o trabalho de todos os membros da família.

Dentro desse contexto, o trabalho infantil doméstico tornou-se uma extensão da exploração. Algumas meninas eram enviadas da zona rural para zona urbana com a promessa de melhores condições de vida, sob o argumento de que seriam “criadas como filhas” pelas famílias dos proprietários de terras. No entanto, o que esperavam era submissão a uma rotina exaustiva de trabalho, sem acesso à educação, com alimentação precária e sem tempo para brincar. Os relatos de Domingas e Luzia evidenciam essas falsas promessas feitas às famílias biológicas.

Um aspecto central observado nesta pesquisa é como a infância dessas meninas foi engolida pelo trabalho. Todas as mulheres entrevistadas, ao serem questionadas sobre suas memórias de infância, iniciaram suas narrativas falando do trabalho doméstico. Muitas afirmaram, de forma categórica, que não tiveram infância. Isso demonstra como a exploração da força de trabalho infantil se articulou a uma sociedade de fortes nuances patriarcais, onde o lugar da menina pobre, especialmente negra, era o de servir.

Outro ponto relevante diz respeito à migração do campo para a cidade, identificada como um fator que agravava a vulnerabilidade das crianças. Muitas meninas saíram do meio rural com a esperança de melhores condições de vida e acabaram vítimas de um sistema de exploração profundamente enraizado na estrutura social.

Entretanto, mesmo dentro desse cenário de exploração, conseguimos identificar formas de resistência e agência por parte dessas meninas. Algumas delas encontraram brechas dentro das próprias relações de poder para retornar para suas casas.

As entrevistas realizadas com mulheres atualmente residentes em Barras-PI, mas também originárias de outros municípios como Batalha-PI e Esperantina-PI, confirmam que a prática da exploração infantil doméstica não era uma exclusividade de um só município. Tratava-se de um fenômeno mais amplo, reproduzido em várias localidades do Piauí e do Brasil.

Além disso, as fontes orais revelaram um dado extremamente significativo em nossas análises: a fome. Todas as mulheres entrevistadas mencionaram essa condição como realidade marcante em suas famílias de origem. Esse dado evidencia a profunda precariedade alimentar vivenciada na infância, tornando-se um fator para compreender as decisões tomadas por algumas famílias. A falta de recursos para garantir o sustento básico contribuía para que essas crianças fossem em busca de outros lares ou mesmo doadas como forma de sobreviver às adversidades impostas pela pobreza extrema. A fome, portanto, não era apenas um pano de fundo dessas histórias, mas um elemento que corroborava para as trajetórias de migração forçada e da exploração que se seguiu.

De maneira geral, este estudo buscou compreender como se estruturaram historicamente as estratégias de produção e reprodução da força de trabalho doméstica infantil, com foco no período de 1980 a 1990. Ao analisar as memórias dessas mulheres, contribuímos para visibilidade de histórias antes invisibilizadas e para reflexão crítica sobre um sistema de exploração que durante décadas foi naturalizado pelas estruturas familiares e pelo próprio estado.

Vale destacar que, embora políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família tenham contribuído para amenizar a exploração da força de trabalho infantil, essas medidas foram insuficientes para erradicar a prática. Por muito tempo, o trabalho doméstico foi aceito socialmente e até incentivado pelo Estado, só começaram a problematizar e enfrentar a questão a partir do final da década de 1980 e ao longo da década de 1990.

A abordagem interseccional foi fundamental para o desenvolvimento de nossas análises, uma vez que o trabalho infantil doméstico está profundamente atravessado por marcadores sociais como raça, classe e gênero. Esses elementos não operam isoladamente, mas se articulam de forma complexa para produzir e legitimar desigualdades estruturais. As meninas negras, oriundas de contextos de pobreza, são as principais afetadas por esse tipo de exploração, o que evidencia como as hierarquias sociais se sobrepõem e se reforçam mutuamente. Assim, a interseccionalidade permitiu compreender não apenas quem são as crianças exploradas, mas porque elas estão mais vulneráveis, iluminando os mecanismos sociais que sustentam e naturalizam essas práticas.

Assim, a dissertação apresentada procura evidenciar como as relações de trabalho infantil doméstico foram historicamente produzidas e reproduzidas, profundamente articuladas a uma sociedade patriarcal, marcada pela desigualdade social, pelo racismo estrutural e por práticas paternalistas que usaram a afetividade como máscara para a exploração.

## FONTES

**ANA. Entrevista concedida à Iramaira de Oliveira Torres**, em 10/2024, na cidade de Barras-PI.

**BARREIRA, Ana Paula; COUTO, Ana. Mulher é presa após manter parente em cárcere privado por 15 anos em Teresina; vítima é resgatada.** A10+, Piauí, 23 de mai de 2023. Disponível em: <https://a10mais.com/noticias/policia/mulher-e-presa-apos-manter-parente-em-carcere-privado-por-15-anos-em-teresina-vitima-e-resgatada-12012.html>. Acessado em: 24/06/2024.

**BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22/10/2023.

**BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília-DF, 1990.

**BRASIL. Código De Menores De 1927.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6697impressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697impressao.htm). Acesso em: 20/07/2025.

**BRASIL. Código De Menores De 1979.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697impressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697impressao.htm). Acesso em: 20/07/2025.

**BRASIL. Decreto Nº 6.481, De 12 De Junho De 2008.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007- 2010/2008/Decreto/D6481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007- 2010/2008/Decreto/D6481.htm). Acesso em: 16/05/2021.

**BRASIL. Lei Do Ventre Livre Nº 2040.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm). Acesso em: 22/05/2025.

**BRASIL. Lei Dos Sexagenários.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3270.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm). Acesso em: 22/05/2025.

**BRASIL. Lei Eusébio De Queirós.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm). Acesso em: 22/05/2025.

**CRUZ, Angélica Santa. A história muito brasileirinha de Soninha.** Piauí, Folha Uol. Piauí, 14 de ago de 2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/a-historia-muito-brasileira-de-soninha/>. Acesso em: 22/12/2024.

**DOMINGAS. Entrevista concedida à Iramaira de Oliveira Torres**, em 2021, na cidade de Barras-PI.

**DUCARMO. Entrevista concedida à Iramaira de Oliveira Torres**, em 10/2024, na cidade de Barras-PI.

**ENTREVISTA COM CABELOURO EX-PREFEITO DE BARRAS/PI.** Disponível em: <https://www.facebook.com/radiopubafm/videos/entrevista-com-jos%C3%A9-ribamar-pereira-cabelouro/441188727648974/>

**FANTÁSTICO.** Mãe e filho réus acusados de submeter idosa a trabalho análogo à escravidão durante 72 anos. **G1**, 10 de mar de 2024. Disponível em : <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/03/10/mae-e-filho-viram-reus-acusados-de-submeter-idosa-a-trabalho-analogo-a-escravidao-durante-72-anos.ghtml>. Acesso em: 26/05/2024.

**FURTADO**, Thiago. **CURICA**. Direção de Thiago Furtado. Teresina: Madre Filmes, 2021.

**G1.** Brasil tem maior número de domésticas do mundo. **G1**. São Paulo, 09 jan. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-diz-oit.html>. Acesso em: 28/08/2024.

**G1.** População De Barras (Pi) É De 47.938 Pessoas, Aponta O Censo Do IBGE. **G1 Piauí, TV Clube**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/06/28/populacao-de-barras-pi-e-de-47-938-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 22/07/2025.

**GORTAZÁR**, Naiara Galarraga. Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil. **El País**, 14 de jan de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html>. Acesso em: 16/09/2022.

**GURGEL**, Célia. **Você viu a Rosinha?** Universidade Federal do Ceará (UFC), 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i5DLLzwV-ao&t=1480s>. Acessado em: 25/05/2024.

**IBGE. Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua (PNAD):** Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil (2012-2013). Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domiciliarios\\_continua/Principais\\_destaque\\_PNAD\\_continua/2012\\_2023/PNAD\\_continua\\_retrospectiva\\_2012\\_2023.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domiciliarios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2023/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2023.pdf). Acesso em: 20/05/2025.

**ILO.** Organização Internacional Do Trabalho. **Relatório mundial sobre trabalho infantil Vulnerabilidade econômica, proteção social e luta contra o trabalho infantil**. Genebra, Secretariado Internacional do Trabalho, primeira edição 2013. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/media/451516/download>. Acesso em: 06/07/2024.

**ILO. Organização Internacional Do Trabalho.** Disponível em: <http://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm> Acessado em: 15/05/2021.

**JOANA.** **Entrevista concedida à Iramaira de Oliveira Torres**, em 2021, na cidade de Barras-PI.

**JOSEFA.** **Entrevista concedida à Iramaira de Oliveira Torres**, em 10/2024, na cidade de Barras-PI.

**JOSELMA. Entrevista concedida à Iramaira de Oliveira Torres**, em 10/2024, na cidade de Barras-PI.

LEÓN, Lucas Pordeus. Caso Sônia é desastroso para combater trabalho escravo, alerta auditor. **Geledés, Instituto da Mulher Negra**, 9 de mai de 2024.. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/caso-sonia-e-desastroso-para-combater-trabalho-escravo-alerta-auditor/>. Acesso em: 10/04/2025.

**LUZIA. Entrevista concedida à Iramaira de Oliveira Torres**, em 02/2024, na cidade de Barras-PI.

**MARIA. Entrevista concedida à Iramaira de Oliveira Torres**, em 2021, na cidade de Barras-PI.

**MARLENE. Entrevista concedida à Iramaira de Oliveira Torres**, em 10/2024, na cidade de Barras-PI.

**MÁRCIA. Entrevista concedida à Iramaira de Oliveira Torres**, em 10/2024, na cidade de Barras-PI.

**RITA. Entrevista concedida à Iramaira de Oliveira Torres**, em 10/2024, na cidade de Barras-PI.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Fontes orais**: Histórias dentro da História. In. PINSK, Carla Bassanezi(Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. L.T.C. Rio de Janeiro, 1981.
- ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **Mães infames, rebentos venturosos**: Mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu**: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. 2013. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.30, n. 1, p. 147-163, jan./abr. 2015. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269922015000100147&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922015000100147&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 abr.2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3a ed. São Paulo: Companhias Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. A infância em Teresina nas primeiras décadas do século XX. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, n. 3, p. 1-21, 2009.
- BRONISLAW, Geremek. **A piedade e a força**: história da miséria e da caridade na Europa. Tradução de Maria da Assunção Santos. Lisboa: Terra mar, 1986.
- BUENO, Marina de Araújo; OLIVEIRA, Rita Magalhães. A invisibilidade do trabalho escravo doméstico: uma questão de desigualdades sobrepostas. In. MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira; HERNANDEZ, Juliana do Nascimento; OLIVEIRA, Rayhanna Fernandes de Sousa (Org.). **Trabalho Escravo Contemporâneo**: Conceituação, desafios e perspectivas, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça na Sociedade Brasileira. In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de Uma Vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2020b. p. 150-184.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano. 2003. Cap. 7. p. 49-58.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **Nem sina, nem acaso**: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011b, CE.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. Fronteiras de sentido e os sentidos da fronteira. **Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 1, nº 1 – Junho de 2011a, p. 9-25.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan-abr. 2016.

CASTRO, Avelina Oliveira de. ‘**Cria(da)s**’, ‘**Casadas**’: “meninas”, “circulação” e “entrega”, em Breves (Marajó). 2022.

COSTA, Francielcio Silva da Costa; SANTOS, Francisca Ravenna da Silva. Coronelismo no Contexto Político do Município de Barras-Piauí (1955-1980). **Baraúnas**, nº 1, v.1, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan-abr. 2016.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª ed., 2001.

CHAYANOV, Alezander. **The theory of peasant economy**. Lllinois: American Economic Association, 1966.

CRENSHAW. Kimberlé Williams. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Painel 1- Cruzamento: raça e gênero. Em: **Revista Estudos Feministas**, nº1, 2002.

CUNHA, Tainá de Oliveira Meinberg. Trabalho infantil escravo: a pior forma de exploração laboral do mundo contemporâneo. In. MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira; HERNANDEZ, Juliana do Nascimento; OLIVEIRA, Rayhanna Fernandes de Sousa (Org.). **Trabalho Escravo Contemporâneo**: conceituação, desafios e perspectivas, 2018.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heici Regina Candiani (1Ed.). São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Milena Ayla da Mata. PEREIRA, Kelci Anne. Mulheres, floresta e extrativismo: modos de ser, existir, educar e resistir de quebradeiras de coco babaçu da comunidade “Sítio” (Cristino Castro, Piauí/Brasil). **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental - FURG** v. 39, n. 1, p. 372-394, jan./abr. 2022.

FEDERICI, Silva. **O ponto zero da revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminina. São Paulo, Editora: elefante, 2019.

FERRERAS, Norberto Osvaldo. **Escravidão e trabalho forçado**: das abolições do século XIX às abolições contemporâneas. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2022.

FONTES, Paulo; ACCIARI, Louisa; PINTO, Tatiane de Oliveira; GONÇALVES VICENTE, Yasmin Getirana. “Eu tinha minha liberdade”: Entrevista de Nair Jane de Castro Lima, liderança histórica das trabalhadoras domésticas do Rio de Janeiro. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 167–189, 2019. DOI: 10.5007/1984-9222.2018v10n20p167. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2018v10n20p167>. Acesso em: 30 set. 2024.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**: escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **História Oral e Historiografia**: Questões Sensíveis. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 23, n.3: Crise, Feminismos e Comunicação, p. 12-33, 2020.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**: Novos Estudos sobre História Operária. Tradução: Waldea Barcellos e Sandra Bedran; Revisão técnica: Edgar de Decca e Michael Hall. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. **Second-Class Daughters**: Black Brazilian Women and Informal Adoption as Modern Slavery. Cambridge University Press, 2022.

JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 147–170, 2009. DOI: 10.5007/1984-9222.2009v1n2p147. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p147>. Acesso em: 24 maio. 2025.

JOHSON, Walter. **On Agency. Journal of Social History 2003**; Fall: 113-124.

JOHSON, Walter. **Soul by Soul**: Life Inside the Antebellum Slave Market. Harvard University Press Cambridge, Massachusetts London, England, 1999. Disponível em: [https://www.ayanetwork.com/aya/research/Soul%20by%20Soul%20Life%20Inside%20the%20Antebellum%20Slave%20Market%20\(Walter%20Johnson\)%20\(z-lib.org\).pdf](https://www.ayanetwork.com/aya/research/Soul%20by%20Soul%20Life%20Inside%20the%20Antebellum%20Slave%20Market%20(Walter%20Johnson)%20(z-lib.org).pdf).

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobodó, 2019.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: O município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Tatiana Silva de. Trabalho escravo e trabalho livre: os libertos ocupados nos serviços domésticos no Recife oitocentista. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 10, n.20, p. 145-1666, 2019. DOI: 10.5007/1984-9222.2018v10n20p145. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2018v10n20p145>. Acesso em: 29/05/2024.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo e CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. Geminiana e seus filhos: escravidão e morte; maternidade e infância em São Luís (MA) da década de 1870. In: **Ventres livres?**: gênero, maternidade e legislação. São Paulo: Unesp, 2021.

MACHADO, Maria Helena P. T.; BRITO, Luciana da Cruz; VIANA, Iamara da Silva; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Ventres livres?** Gênero, maternidade e legislação. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

MACÊDO, Edilson Ferreira de Macêdo. Crianças, adolescência e pobreza na contemporaneidade. **Revista de História e Estudos Culturais**, 2014.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Dois domingos, com duzentos anos de intervalo. In: MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (org). **Historiadores pela democracia**: o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alamedo Editorial, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MENEZES, Maria Aparecida de. Memória de infância de mulheres e homens camponeses. Trajetos. **Revista de História UFC**. Fortaleza, 2002.

MENEZES, Maria Aparecida de. Trabalho, família e migrações: uma relação afetiva e uma trajetória de pesquisa. **Revista Latinoamericana de Antropología Del Trabajo**, vol. 4, núm. 7, enero-junio, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral**: como fazer, como pensar. Fabiola Holanda. – 2ed., 4<sup>a</sup> reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

MORAIS, Francilene Cunha de. **Sociedade e família**: um estudo dos casamentos em Barras (PI) de 1889 a 1930. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí – 2017.

PEÇANHA, Natália Batista. “Precisa-se de uma menor para pequenos serviços de uma casa”: a mão de obra infanto-juvenil no serviço doméstico carioca (1880-1930). **Revista Mundos do**

**Trabalho**, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 103-123, 2019. DOI: 10.5007/1984-9222.2018v10n20p103. Disponível em:  
<https://priodicosufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2018v10n20p103>. Acesso em: 29 maio. 2024.

PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e Trabalho**: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920). Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. 2010.

PESSOA, Alba. **Pequenos construtores da nação**: Disciplinarização da infância na cidade de Manaus. 2018. Tese (Doutorado. Faculdade de História da Universidade Federal do Pará. FAHIS/UFPA). Belém (PA), 2018.

PERROT, Michele. **Os Excuídos da História**: Operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 7a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação. Observações sobre a História Oral. In: CARDINA, Miguel; CORDOVIL, Bruno (Orgs.). **A morte de Luigi Tratulli e outros ensaios**. 1 ed. Lisboa: Edições Unipop, 2013.

PORTELLI, A. História Oral e Poder. I:Mnemosine. **Revista eletrônica do Instituto de Psicologia da UERJ**. Vol. 6. n.º 2, p. 2-13. 2010b. (Tradução de BLUME, L.H.S).

PORTELLI, Alessandro. **A História Oral como a arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santiago. São Paulo: Letras e Voz, 2016.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. vol. 18, núm. 2, 2010.

RIZZINI, Irene. **O século perdido [livro eletrônico]**: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2021.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. vol. 18, núm. 2, 2010.

REVEL, Jacques (Org). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REIS, Ramon; ORTEGA, Francisco. **As raízes do trauma**: uma revisão sobre a história do psicotraumatismo. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Hd3QLTGpXpCpRDpnNRtfsKy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22/05/2025.

RÊGO FILHO, Antenor. **Barras, histórias e saudades**. Teresina: EDUFPI, 2007.

ROCHA, Cristiana Costa da. **Memória Migrante**: A experiência do trabalho escravo no tempo presente (Barras-Piauí). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Mestrado em História Social, Fortaleza (CE), 2010.

ROCHA, Cristiana Costa da. **A vida lei, a lei da vida**: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. 2015.

RODRIGUES, H.C.B. Disponível em: <http://www.mnemosine.cjb.net>. Acessado em: 03/06/2021.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução Cristina Murachco. Edusp – Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1998.

SAFFIOTI, Heleith. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleith. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978

SANTOS, Marcos Oliveira dos. **Experiências camponesas**: mundos do trabalho e a industrialização do babaçu no Piauí (1940-1990). Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual do Piauí- UESPI, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura, Teresina-PI, 2024.

SANTOS, Rosana de Jesus dos. **Entre a casa grande e o borralho**: as representações sociais sobre as trabalhadoras domésticas na novela Cheia de Charme. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte, UFMG, 2007.

SILVA, Alessandra Belo Assis. Mundos do trabalho em diálogo: a importância das intersecções para a História do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 10, n.20, p. 191-195, 2019. DOI: 10.5007/1984-9222.2018v10n20p191. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2018v10n20p191>. Acesso em: 22 maio. 2024.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Maria Aparecida. **Migrações no Brasil**: velhas e novas questões. Disponível em: [https://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1416/migracoes\\_rurais\\_no\\_brasil\\_velhas\\_e\\_novas\\_questoes.pdf](https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/migracoes_rurais_no_brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf). Acesso em: 28/12/2024.

SCHWARZSTEIN, D. (2009). História Oral, memória e histórias traumáticas. **História Oral**, 4. Disponível em: <https://doi.org/10.51880/ho.v4i0.36>. Acesso em: 15/05/2025.

SCOTT, James C. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. Yale University Press, 1985. JSTOR. Disponível em: Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance on JSTOR. Acesso em 15/12/2024.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG, 2010.

SOUZA, F. F. de; SILVA, M. H. Trabalho doméstico: sujeitos, experiências e lutas. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v.10, n. 20, p. 9-14, 2019. DOI: 10.5007/1984-9222.2018v10n20p9. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.201v10n20p9>. Acesso em: 05/08/2024.

SOUZA, Igor Thiago Silva de. **As rosas negras**: quebradeiras de coco babaçu, raça e território no Maranhão contemporâneo. 2022. 213 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História do Social do Trabalho no Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 275–296, 2016. DOI: 10.5007/1984-9222.2015v7n13p275. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2015v7n13p275>. Acesso em: 7 dez. 2024.

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados**: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre sobrados**: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. 2011. Dissertação (mestrado em História) - Universidade de São Paulo, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária**. Tradução Denise Bottmann – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo, Ubu Editora, 2020. Tradução Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo.